

21,00

(-25)

ETAPAS DO  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

★

W. W. ROSTOW

*Professor de História Econômica*  
do  
*Instituto Tecnológico de Massachusetts (M. I. T.)*

ETAPAS DO  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO

*(Um manifesto não-comunista)*

*tradução de*

OCTAVIO ALVES VELHO

*revisão de*

CASSIO FONSECA

ZAHAR EDITORES

RIO DE JANEIRO

*Título original:*

THE STAGES OF ECONOMIC GROWTH  
(A Non-Communist Manifesto)

publicado pela Cambridge University Press, Cambridge, Inglaterra

1 9 6 1

---

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por

ZAHAR EDITORES

Rua México, 31 — Rio de Janeiro

que se reservam a propriedade desta tradução

---

Impresso nos Estados Unidos do Brasil

*Printed in the United States of Brazil*

## ÍNDICE

	Pág.
<i>Prefácio</i> .....	7
I — INTRODUÇÃO .....	11
II — AS CINCO ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO — UM SUMARIO .....	15
A sociedade tradicional. As condições para o arranco. O arranco. A marcha para a maturidade. A era do consumo em massa. Para além do consumo. Uma teoria dinâmica da produção.	
III — AS PRECONDIÇÕES PARA O ARRANCO .....	32
Os dois casos. A natureza da transição. A análise da transição. Dois problemas setoriais. A agricultura e as indústrias extrativas. O capital social fixo. Mudanças não-econômicas. As coligações de transição. As direções alternativas do racionalismo. O primeiro arranco.	
IV — O ARRANCO .....	55
A realização do desenvolvimento regular. Definição e caracterização do arranco. Provas das taxas de investimento no arranco. Estrutura interna do arranco. Disponibilidade de recursos financeiros. Fontes de capacidade de iniciativa. Setores líderes do arranco. Perspectiva do arranco.	
V — A MARCHA PARA A MATURIDADE .....	86
Definição e ajustamento no tempo. Padrões setoriais de maturidade: as ferrovias e seus resultados. Suécia. Japão. Rússia. Algumas dificuldades para definir a maturidade. Perspectiva da maturidade.	
VI — A ERA DO CONSUMO EM MASSA .....	104
As três alternativas. O caso norte-americano — Primeira fase: O período progressista, 1901-1916. Se-	

gunda fase: A década de 1920. Terceira fase: A Grande Depressão. Quarta fase: A prosperidade do Após-Guerra. Quinta fase: E agora para onde? — Após-maturidade em outros lugares: Antes de 1914. A década de 1920. A década de 1930. Após 1945. As relações de troca depois de duas guerras. Para além do consumo em massa.

VII — DESENVOLVIMENTO RUSSO E NORTE-AMERICANO	129
Um paralelismo extraordinário. As principais diferenças. A questão militar. A questão econômica. O <i>locus</i> do desafio.	
VIII — AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO RELATIVO E A AGRESSÃO .....	144
A guerra na História moderna. O problema da soberania nacional. Três tipos de guerras. Colonialismo. Agressão regional. Lutas pelo equilíbrio euro-asiático. A escolha da agressão. A fase seguinte: armas nucleares e maior disseminação da industrialização.	
IX — AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO RELATIVO E O PROBLEMA DA PAZ .....	164
A revolução do armamento. A difusão do poder a longo prazo. O problema da paz. O interesse nacional russo. O problema de aceitação por parte de Moscou. O grande ato de persuasão. Para além da paz. Significado da difusão do poder para a Europa Ocidental. Arrancos do passado e do presente. Semelhanças. Algumas diferenças relativas. Algumas vantagens relativas. Três conseqüências capitais para a política.	
X — MARXISMO, COMUNISMO E ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO .....	192
As sete proposições marxistas. Semelhança com a análise das etapas do desenvolvimento. Temas centrais das etapas do desenvolvimento. Perspectiva de Marx. A evolução do comunismo moderno. Comunismo: uma doença da transição. Uma declaração de valores.	
APÊNDICE — A DIFUSÃO DO AUTOMÓVEL PARTICULAR	221

## P R E F Á C I O

**Ê**STE livro é o fruto de um esforço ao mesmo tempo altamente espontâneo e longamente protelado.

*Sua causa imediata foi uma série de conferências preparadas e apresentadas na Universidade de Cambridge, durante o outono de 1958. Enquanto me achava lá, num ano de licença concedido pelo M. I. T., fui convidado pela Faculdade de Economia e Política a expor opiniões a respeito do "Processo de Industrialização" para um auditório de estudantes universitários. Este livro surgiu diretamente do empenho para corresponder àquele convite, trazendo ainda as marcas da sem-cerimônia e do caráter não-técnico de tais conferências.*

*Por outro lado, o livro atende, pelo menos ad interim, a uma decisão tomada quando eu próprio ainda era um estudante na Universidade de Yale, nos meados da década de 1930. Naquela época, resolvi dedicar-me profissionalmente a dois problemas: o problema relativamente restrito de levar a moderna teoria da Economia a entrosar-se com a História Econômica; e aquêlo, mais lato, de correlacionar as forças econômicas com as forças políticas e sociais nas atividades de sociedades integradas. Desde então, como aluno e como professor, tenho-me dedicado a êsses dois propósitos.*

*Especificamente, julguei insatisfatória a solução de Marx para a questão do encadeamento do comportamento econômico e não-econômico — bem como as soluções de outros que nela se engajaram — embora não me sentisse, então, preparado para oferecer uma alternativa. No decurso dos anos, explorei facetas de suas relações mútuas: em trabalho acerca da Grã-Bretanha no século XIX; ao ensinar História dos Estados Unidos em Oxford e Cambridge; em estudos atinentes à Rússia, à China e aos Estados Unidos de nossos dias; e ao aperfeiçoar pontos*

de vista gerais relativos ao processo do desenvolvimento econômico. Ademais, a experiência intermitente com problemas de política militar e exterior aduziu mais esclarecimentos. Este livro unifica o que até aqui aprendi, partindo de tôdas essas direções, quanto ao problema central.

As opiniões aqui apresentadas poderiam ter sido mais burladas, em um tratado de tipo mais convencional, com maior extensão, pormenor e sutileza profissional. Contudo, talvez haja certa virtude em expressar novas idéias de maneira resumida e simples para um público inteligente não-especializado. Há artifícios de obscurantismo e tentações para desviar-se da rota que são denegados ao professor universitário. De qualquer maneira, devo muito aos estudantes entusiastas e interessados de Cambridge, que assistiram minhas conferências e cuja reação deu ao empreendimento um toque de autêntica aventura intelectual.

O capítulo IV é em grande parte uma transcrição, com certas supressões, do artigo "O Arranco para o Crescimento Autônomo", publicado no *Economic Journal* de março de 1956, e aqui incluído com a amável aquiescência dos diretores.

Sou igualmente devedor a outras pessoas, em Cambridge e alhures, que fizeram comentários sobre este corpo de idéias. Desejo agradecer, em particular, a Lawrence Barss, Kenneth Berrill, Denis Brogan, Richard Goodwin, Richard Hofstadter, Richard Kahn, Albert Kervyn, W. J. Macpherson, Gunnar Myrdal, M. M. Postan, E. A. Radice, C. Raphael, Sir Dennis Robertson, Joan Robinson, George Rosen, P. N. Rosenstein-Rodan, Arthur Schlesinger Sr., Charles Wilson e a redação de *The Economist* pelas observações que, aceitas de todo ou não, mostraram-se extremamente valiosas.

Tenho uma dívida muito especial e muito grande para com minha espôsa, Elspeth Davies Rostow. Quando eu estava trabalhando, durante o verão de 1957, em um estudo da recente política militar e exterior norte-americana, ela insistiu em que era mister apelar para a intuição que nos confere o estudo da História Econômica. Foi a partir dessa exortação, e do prolongado diálogo que se seguiu, que pela primeira vez apareceram, nos devidos lugares, tôdas as etapas do desenvolvimento, bem como algumas das aplicações contemporâneas aqui expostas nos capítulos VII a IX.

*Uma dívida mais longa e esparsa é a que tenho para com meus colegas do M. I. T., que generosamente comentaram vários trechos desta argumentação, à medida que foram sendo formulados e, sobretudo, aos estudantes do meu seminário de bacharéis em História Econômica, que funciona desde 1950, os quais participaram ativamente da criação desta estrutura de idéias.*

*A preparação dêste livro se tornou a um só tempo fácil e agradável em virtude dos recursos postos à minha disposição pela Faculdade de Economia e Política de Cambridge e pela diretoria da Biblioteca Marshall. Sua boa vontade em ajudar um professor visitante, em meio a responsabilidades urgentes, é inesquecível.*

*Os quadros do capítulo VI, demonstrando a difusão do automóvel particular, assim como os dados que lhes serviram de base e constam do Apêndice, são obra de John Longden, que muito generosamente desviou-se de seus próprios afazeres para auxiliar-me a dramatizar aquela parte da argumentação.*

*Finalmente, quero agradecer às autoridades do M. I. T., que me concederam um ano de licença, e à Corporação Carnegie, que ofereceu a liberdade e os recursos de Subvenção para um Ano de Reflexão. Não é fácil, na atual vida universitária, encontrar ambiente onde se possa concentrar a atenção exclusivamente na formulação de uma única linha de raciocínio.*

W. W. ROSTOW

Biblioteca Marshall

Cambridge, março de 1959

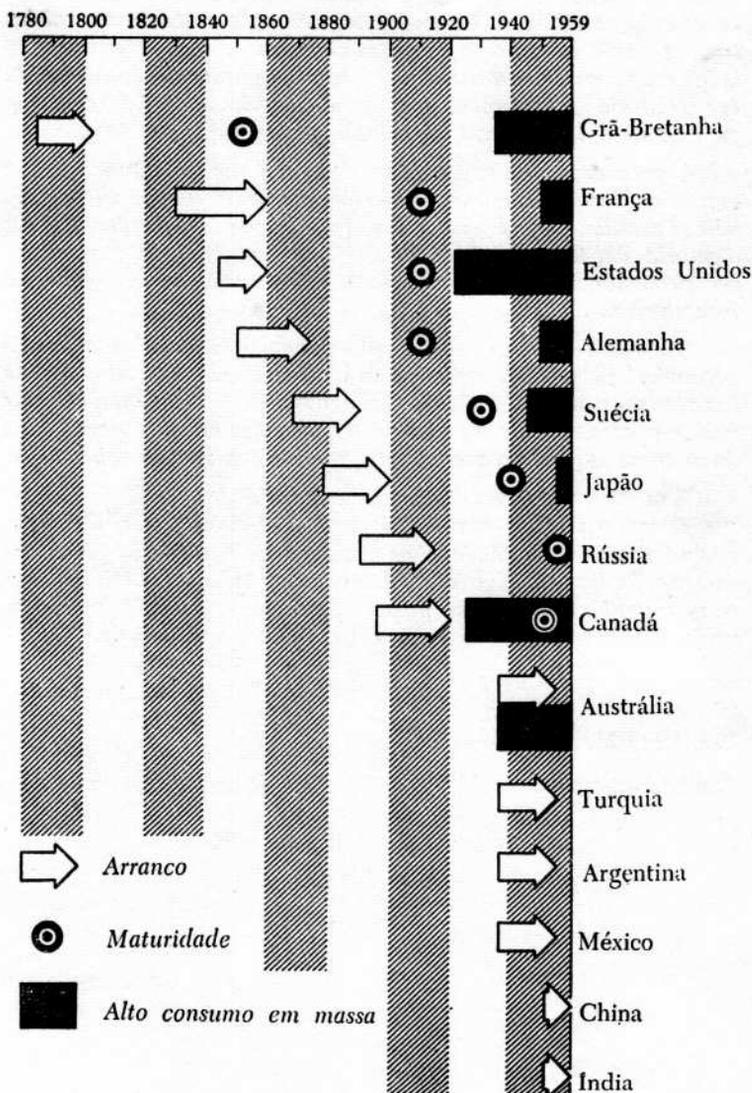


Gráfico das etapas de crescimento econômico em alguns países escolhidos para exemplo. Note-se que o Canadá e a Austrália entraram na fase do alto consumo em massa antes de atingirem a maturidade. (Cortesia do The Economist, de Londres).

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

**Ê**STE livro apresenta uma generalização da marcha da História moderna feita por um historiador da economia. A forma de tal generalização é um conjunto de etapas de desenvolvimento.

Aos poucos, cheguei à conclusão de que é viável e, para determinados fins limitados, útil, decompor a história de cada economia nacional — e por vêzes a de regiões inteiras — de acôrdo com êste conjunto de etapas. Elas constituem, no fim de contas, tanto uma teoria sôbre o desenvolvimento econômico quanto uma teoria mais geral, embora ainda consideravelmente parcial, sôbre a totalidade da História moderna.

Todavia, qualquer maneira de encarar as coisas que ela procura abranger — digamos, aspectos significativos da Grã-Bretanha dos fins do século XVIII e a Rússia de Khruschev; o Japão do período Meiji (§) e o Canadá do surto ferroviário anterior a 1914; os Estados Unidos de Alexander Hamilton e a China de Mao; a Alemanha de Bismarck e o Egito de Nasser — qualquer esquema assim, para sermos moderados, tende a sofrer certas limitações.

Nunca será demais salientar, desde logo, que as etapas de desenvolvimento são um modo arbitrário e restrito de encarar a seqüência da História moderna, e que não são, em

---

(§) De 1868 a 1912 (N. do T.).

qualquer sentido absoluto, uma forma exata. Elas se destinam, com efeito, a dramatizar não as meras uniformidades na marcha da modernização, mas também — e igualmente — a exclusividade da experiência de cada nação.

Como Croce disse, ao discutir as limitações do materialismo histórico: "... se bem que seja possível reduzir a conceitos gerais os fatores particulares da realidade que aparecem na História... não é possível compor em conceitos gerais o complexo total único formado por êsses fatores" (\*). Assim, interessar-nos-emos por certos "fatores particulares da realidade" que parecem ser constantes através da História do mundo moderno desde aproximadamente 1700.

Tendo aceitado e salientado a natureza limitada do empreendimento, deve notar-se que as etapas do desenvolvimento se destinam a lidar com uma faixa bastante extensa de problemas. Quais os impulsos que levaram as tradicionais sociedades agrícolas a iniciar o processo de sua modernização? Quando e como o desenvolvimento regular se tornou um traço inerente a cada sociedade? Que forças impulsionaram a marcha do desenvolvimento automático e determinaram sua configuração? Que traços sociais e políticos comuns do processo de desenvolvimento podem ser percebidos em cada etapa? Em que direções a originalidade de cada sociedade se expressou em cada etapa? Que forças determinaram as relações entre as áreas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas; e qual a relação, se é que houve, da seriação relativa do desenvolvimento com a irrupção de guerras? E, por fim, para onde nos estão levando os juros compostos (\*\*)? Estarão levando-nos para o comunismo; para os opulentos subúrbios, elegantemente refinados com o capital social básico; para a destruição; para a Lua, ou para onde?

---

(\*) Benedetto Croce, *Historical Materialism and the Economics of Karl Marx*, tr. C. M. Meredith (London), págs. 3-4.

(\*\*) Essa expressão é empregada como uma forma sintética de sugerir que o desenvolvimento normalmente se processa numa progressão geométrica, tal e qual uma conta bancária popular quando se deixam os juros acumularem-se ao capital.

As etapas de desenvolvimento se destinam a enfrentar êsses temas e, visto constituírem uma alternativa para a teoria de Karl Marx sôbre a História moderna, reservei o último capítulo para uma comparação entre o seu modo de ver as coisas e o meu.

Uma coisa, entretanto, deve ficar clara: conquanto as etapas de desenvolvimento sejam um método econômico de encarar sociedades integradas, em nenhum sentido implicam que os mundos da política, da organização social e da cultura sejam uma simples superestrutura construída sôbre a economia e oriunda exclusivamente dela. Pelo contrário, aceitamos, desde logo, a noção a que Marx, no fim, voltou as costas, e que Engels estava disposto a admitir de todo o coração já em sua velhice, qual seja a de que as sociedades são organismos interatuantes. Embora seja verdade que a mudança econômica tem conseqüências políticas e sociais, a mudança econômica pròpriamente dita é aqui olhada como a conseqüência de forças políticas e sociais, tanto quanto de forças estritamente econômicas. E, em têrmos de motivação humana, muitas das mais profundas mudanças econômicas são encaradas como decorrentes de motivos e aspirações humanos que nada têm de econômico. O estudante do desenvolvimento econômico nunca deve olvidar a asserção de Keynes: "Se a natureza humana não se sentisse tentada a arriscar-se sem qualquer satisfação (exceto o lucro) a construir uma fábrica, uma estrada de ferro, uma mina ou uma fazenda, talvez não houvesse muitos investimentos só devido a um calculismo frio (\*)."

A explanação principia com uma definição impressionista das cinco etapas de desenvolvimento mais importantes e um enunciado resumido da teoria dinâmica da produção que constitui a ossatura dessas etapas. Os quatro capítulos seguintes apreciam mais analiticamente, e exemplificam com casos da História e da experiência contemporâneas, as etapas posteriores à sociedade tradicional: o período das precon-

---

(\*) *General Theory*, pág. 150.

dições, o arranco, a maturidade, e o período de difusão maciça de produtos duráveis de consumo e serviços.

O capítulo VII examina comparativamente os padrões de desenvolvimento da Rússia e dos Estados Unidos no último século, uma questão que é não só de interesse histórico como contemporâneo.

O capítulo VIII aplica as etapas de desenvolvimento ao problema da agressão e da guerra, até os primeiros anos da década de 1950, ou seja, o problema comumente suscitado sob a rubrica do Imperialismo.

O capítulo IX prossegue com essa análise da relação entre o desenvolvimento e a guerra, projetando-a no futuro e considerando a natureza do problema da paz, examinado sob o ponto de vista das etapas de desenvolvimento.

E, afinal, no capítulo X estudamos explicitamente a relação entre as etapas de desenvolvimento e o sistema marxista.

Ora, quais são, pois, essas etapas de desenvolvimento?

## CAPÍTULO II

### AS CINCO ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO — UM SUMÁRIO

É possível enquadrar tôdas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as precondições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.

#### A SOCIEDADE TRADICIONAL

Primeiramente, temos a sociedade tradicional. Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico. Newton é aqui tomado como um símbolo daquele divisor de águas da História após o qual os homens passaram a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava sujeito a umas quantas leis cognoscíveis e que era suscetível de manipulação produtiva sistemática.

O conceito de sociedade tradicional, todavia, não é de forma alguma estático, nem exclui aumentos do volume da produção. A área podia ser dilatada; algumas inovações técnicas *ad hoc* (amiúde inovações altamente rendosas) podiam ser introduzidas no comércio, na indústria e na agricultura; a produtividade podia crescer, por exemplo, com o

melhoramento das obras de irrigação ou a descoberta e propagação de uma nova colheita. O fato central, contudo, no que toca à sociedade tradicional, era que existia um teto no nível alcançável do volume da produção *per capita*. Esse teto se originava do fato de as potencialidades inerentes à ciência e à tecnologia modernas não estarem ainda disponíveis ou não serem regular e sistematicamente aplicadas.

Tanto no passado recuado quanto em tempos recentes, a história das sociedades tradicionais foi, por isso, uma série de mudanças ilimitadas. A área e o volume do comércio dentro delas e entre elas flutuava, por exemplo, conforme a turbulência social e política, a eficiência do governo central, o bom estado das vias de comunicação. A população — e, dentro de certos limites, o nível da vida — subia e descia não só de acordo com a seqüência das colheitas, mas igualmente conforme a incidência das guerras e das pragas. Surgiram diversos graus de manufatura; porém, como na agricultura, o nível da produtividade foi limitado pela inexistência da ciência moderna, assim como de suas aplicações e da atitude mental que cria.

Falando de um modo geral, essas sociedades, devido à limitação de sua produtividade, tinham de dedicar uma proporção extremamente elevada de seus recursos à agricultura; desse sistema agrícola, originava-se uma estrutura social hierarquizada, com âmbito relativamente reduzido — mas sempre havendo algum — para a mobilidade vertical. Os vínculos de família e de clã exerciam importante papel na organização social. O sistema de valores dessas sociedades estava sincronizado geralmente com o que poderíamos chamar de fatalismo a longo prazo; ou seja, com a suposição de que a gama de possibilidades abertas para os netos da gente seria a mesma que existira para nossos avós. Contudo, aquele fatalismo a longo prazo não excluía a opção a curto prazo de, dentro de amplos limites, ser perfeitamente lícito e possível ao indivíduo esforçar-se por melhorar sua sina, ainda em sua vida. Nas aldeias chinesas, por exemplo, feria-se uma luta interminável para adquirir ou evitar perder terras, produzindo

uma situação em que as terras raramente permaneciam na mesma família durante um século.

Conquanto o poder político central — sob uma ou outra forma — muitas vèzes existisse em sociedades tradicionais, transcendendo as regiões relativamente auto-suficientes, o centro de gravidade do poder político geralmente ficava nas regiões, nas mãos dos que detinham a posse ou o contròle da terra. O proprietário de terras mantinha influência flutuante, porém comumente profunda, sôbre o poder político existente, apoiado por seus funcionários civis e soldados, inspirado por atitudes e controlado por interesses que ultrapassavam as regiões.

Em termos de História, pois, com o nome “sociedade tradicional” nós englobamos todo o mundo pré-newtoniano: as dinastias da China; a civilização do Oriente Médio e do Mediterrâneo; o mundo da Europa medieval. E ainda adicionamos as sociedades pós-newtonianas que, por certo tempo, permaneceram intatas ou indiferentes à nova capacidade do homem para manipular regularmente o meio ambiente tendo em vista seu proveito econômico.

Incluir tôdas essas infinitamente diversas e mutáveis sociedades em uma categoria única, alegando que tôdas compartilharam um mesmo teto de produtividade de suas técnicas econômicas, é deveras dizer muito pouco. Mas, afinal de contas, estamos apenas abrindo caminho para chegar ao assunto dêste livro, qual seja o das sociedades pós-tradicionais, em que cada uma das principais características da sociedade tradicional foi alterada de maneira tal a permitir o desenvolvimento regular: sua política, sua estrutura social, e (até certo ponto) seus valores, assim como sua economia.

## AS PRECONDIÇÕES PARA O ARRANCO

A segunda etapa do desenvolvimento abarca sociedades em pleno processo de transição; isto é, o período em que as condições para o arranco se estabelecem, pôsto que leva

tempo para transformar uma sociedade tradicional de molde a poder ela explorar os frutos da ciência moderna, para afastar os rendimentos decrescentes e, assim, desfrutar as bênçãos e opções abertas pela acumulação dos juros compostos.

As precondições para o arranco se desenvolveram pela primeira vez, de forma bem acentuada, na Europa Ocidental do fim do século XVII e início do XVIII, à medida que as concepções da ciência moderna principiaram a se converter em novas funções de produção, tanto da agricultura quanto da indústria, num ambiente dinamizado pela expansão paralela dos mercados mundiais e pela concorrência internacional por estes. Não obstante, tudo que se oculta por trás da decomposição da Idade Média diz respeito à criação das precondições para o arranco na Europa Ocidental. Entre os Estados do Oeste da Europa, a Grã-Bretanha, favorecida pela geografia, pelos recursos naturais, pelas possibilidades comerciais, pela estrutura social e política, foi a primeira a desenvolver amplamente tais condições prévias.

O caso mais geral da História moderna, entretanto, viu a fase das precondições surgir não endôgenamente, mas provindo de uma intromissão externa por sociedades mais adiantadas. Essas invasões — literais ou figuradas — abalaram a sociedade tradicional e iniciaram ou aceleraram seu desmoroamento; elas, porém, igualmente puseram em movimento idéias e sentimentos que originaram o processo graças ao qual uma alternativa moderna para a sociedade tradicional pôde ser construída a partir da antiga cultura.

Dissemina-se a idéia de que não só é possível o progresso econômico, mas também que êle é condição indispensável para uma outra finalidade considerada benéfica: seja ela a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para os filhos. A educação, pelo menos para alguns, amplia-se e modifica-se a fim de atender às necessidades da moderna atividade econômica. Aparecem novos tipos de homens de empresa — na economia privada, no governo ou em ambos — dispostos a mobilizar economias ou a correr riscos visando ao lucro ou à modernização. Des-

pontam bancos e outras instituições destinadas à mobilização de capital. Crescem os investimentos, notadamente em transportes, comunicações e matérias-primas em que outras nações possam ter um interesse econômico. Alarga-se a órbita do comércio, interna e externamente. E, aqui e ali, aparece a moderna empresa industrial, empregando os novos métodos. Toda essa atividade, porém, se processa em ritmo limitado dentro de uma economia e de uma sociedade ainda caracterizadas sobretudo pelos métodos tradicionais de baixa produtividade, pela estrutura social e pelos antigos valores, bem como pelas instituições políticas com bases regionais que evoluíram com aquêles.

Em muitos casos recentes, por exemplo, a sociedade tradicional persistiu ao lado de atividades econômicas modernas, geridas com objetivos econômicos limitados por uma potência colonialista ou quase-colonialista.

Se bem que o período de transição — entre a sociedade tradicional e o arranco — assistisse a mudanças de vulto, tanto na própria economia quanto no equilíbrio dos valores sociais, o aspecto decisivo era amiúde político. Politicamente, a formação de um Estado nacional centralizado eficaz — baseada em coligações matizadas pelo novo nacionalismo, em oposição aos tradicionais interesses regionais agrários, à potência colonialista ou a ambos — foi um aspecto decisivo do período das condições. Isso também foi, quase universalmente, uma condição necessária para o arranco.

Muita coisa ainda tem de ser dita acerca do período das condições, mas reservaremos isso para o capítulo III, onde se examina a transição entre uma sociedade tradicional e uma sociedade moderna.

## O ARRANCO

Atingimos agora um grande manancial da vida das sociedades modernas: a terceira etapa desta seqüência, o arranco. É êle o intervalo em que as antigas obstruções e resistências

ao desenvolvimento regular são afinal superadas. As forças que contribuem para o progresso econômico, e que já haviam dado lugar a surtos e ilhotas de atividade moderna, dilatam-se e conseguem dominar a sociedade. O desenvolvimento passa a ser sua situação normal. Os juros compostos como que se integram em seus hábitos e em sua estrutura institucional.

Na Grã-Bretanha, bem como nas partes bem dotadas do mundo povoado principalmente por ela (Estados Unidos, Canadá, etc.), o incentivo próximo para o arranco foi principalmente (mas não inteiramente) tecnológico. No caso mais geral, o arranco aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também o acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político.

Durante o período do arranco, a taxa real de investimentos e poupança pode subir, digamos, de 5% da renda nacional para 10% ou mais; sem embargo, onde era necessário um maciço investimento de capital social fixo para criar as condições técnicas para o arranco, a taxa de investimento na fase das condições podia ser superior a 5% como, por exemplo, no Canadá antes de 1890 e na Argentina antes de 1914. Em casos assim, os capitais importados geralmente representam alta proporção do investimento total no período das condições e, às vezes, até mesmo durante o próprio arranco, como na Rússia e no Canadá durante seus surtos ferroviários anteriores a 1914.

No decurso do arranco, novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais grande parte é reinvestida em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças à necessidade aceleradamente crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de outros bens manufaturados, uma ulterior expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais modernas. Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda nas mãos daqueles que não só economizam a taxas mais ele-

vadas, como também colocam suas economias à disposição dos que se acham empenhados em atividades no setor moderno. A nova classe empresarial se amplia e dirige os fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados.

Difundem-se novas técnicas agrícolas e industriais, à medida que a agricultura vai sendo industrializada, e um número cada vez maior de fazendeiros se dispõe a aceitar os novos métodos e as modificações profundas que estes acarretam para seu estilo de vida. As mudanças revolucionárias na produtividade agrícola são condição indispensável ao êxito do arranco, pois a modernização da sociedade aumenta radicalmente seus gastos com produtos da agricultura. Em um ou dois decênios, tanto a estrutura básica da economia quanto a estrutura social e política da sociedade se transformam de maneira tal que, a partir daí, pode ser mantido um ritmo constante de desenvolvimento.

Como se indica no capítulo IV, pode-se atribuir aproximadamente o arranco da Grã-Bretanha às duas décadas após 1783; da França e dos Estados Unidos a várias décadas precedendo 1860; da Alemanha, ao terceiro quartel do século XIX; do Japão, ao último quartel do século XIX; da Rússia e do Canadá ao quarto de século imediatamente anterior a 1914; no decênio iniciado em 1950, a Índia e a China, de maneiras assaz diferentes, lançaram-se aos seus respectivos arrancos.

## A MARCHA PARA A MATURIDADE

Após o arranco, segue-se um longo intervalo de progresso continuado, embora flutuante, à medida que a economia agora em firme ascensão procura estender a tecnologia moderna a toda a frente de sua atividade econômica. Cerca de 10 a 20% da renda nacional são investidos continuamente, permitindo à produção ultrapassar regularmente o incremento demográfico. A contextura da economia se modifica incessante-

mente à medida que a técnica se aperfeiçoa, novas indústrias se aceleram e indústrias mais antigas se estabilizam. A economia encontra seu lugar no panorama internacional: bens anteriormente importados são produzidos localmente; aparecem novas necessidades de importação, assim como novos artigos de exportação para se contraporem. A sociedade estabelece os acórdos que deseja com as necessidades da moderna eficiência da produção, balanceando os novos valores e instituições com os antigos, ou revendo êstes últimos de forma a auxiliar e a não retardar o processo do crescimento.

Uns 60 anos após o início do arranco (digamos, 40 anos depois do seu término) geralmente se atinge o que se denomina maturidade. A economia, concentrada durante o arranco num complexo relativamente estreito de indústria e tecnologia, dilatou seu campo de ação para abranger processos mais apurados e tecnologicamente amiúde mais complexos; por exemplo, pode haver uma deslocação do foco de interesse do carvão, ferro e indústrias de engenharia pesada da fase ferroviária para máquinas-ferramenta, produtos químicos e equipamento elétrico. Esta foi, por exemplo, a transição que a Alemanha, a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos haviam passado no fim do século XIX ou pouco depois disso. Há outros padrões específicos, contudo, que foram seguidos na seqüência do arranco para a maturidade, e que são examinados no capítulo V.

Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos — se não a todos êles — os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. Pode carecer (como a Suécia e a Suíça contemporâneas, por exemplo) das matérias-primas ou de outros fatores de suprimento necessários para produzir economicamente um determinado tipo de produção; sua dependência, todavia, é antes uma questão de opção eco-

nômica ou de prioridade política do que uma carência tecnológica ou institucional.

Históricamente, pareceria que cerca de 60 anos são necessários para uma sociedade avançar do início do arranco até a maturidade. Analiticamente, a explicação desse intervalo assim pode ser encontrada na poderosa aritmética dos juros compostos aplicada ao estoque de capital, combinada com as conseqüências mais latas da capacidade demonstrada por uma sociedade para absorver a tecnologia moderna de três gerações sucessivas vivendo em um regime em que o desenvolvimento é a condição normal. Entretanto, é evidente, não se justifica qualquer dogmatismo a respeito da duração exata do intervalo entre o arranco e a maturidade.

#### A ERA DO CONSUMO EM MASSA

Chegamos agora à era do consumo em massa, em que, no devido tempo, os setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços: uma fase de que os norte-americanos estão principiando a sair; cujas alegrias, nem sempre nítidas, a Europa Ocidental e o Japão estão começando a experimentar, e com a qual a sociedade soviética está flertando meio contrafeita.

À proporção que as sociedades atingiram a maturidade no século XX, duas coisas aconteceram: a renda real por pessoa elevou-se a um ponto em que maior número de pessoas conseguiu, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário; e a estrutura da força do trabalho modificou-se de maneira tal que não só aumentou a produção da população urbana em relação à total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializados — conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida.

Além dessas transformações econômicas, a sociedade deixou de aceitar a ulterior expansão da tecnologia moderna como objetivo supremo. É nessa etapa pós-maturidade, por

exemplo, que as sociedades ocidentais, mediante processos políticos, decidiram atribuir recursos cada vez maiores à assistência social. O surto do Estado do Bem-Estar (*welfare state*) é uma manifestação de uma sociedade que marcha para além da maturidade técnica; mas também é nessa etapa que os recursos tendem cada vez mais a ser dirigidos para a produção de artigos de consumo durável e à difusão dos serviços em massa, caso predomine a soberania dos consumidores. A máquina de costura, a bicicleta e, posteriormente, os vários utensílios domésticos elétricos foram gradativamente disseminados. Historicamente, contudo, o elemento decisivo foi o automóvel barato produzido em série com seus efeitos bastante revolucionários — tanto sociais como econômicos — sobre a vida e as expectativas da sociedade.

Para os Estados Unidos, o ponto crítico foi, quiçá, a linha de montagem móvel de Henry Ford em 1913-1914; foi, porém, na década de 1920, e novamente na do pós-guerra, em 1946-1956, que esta etapa de desenvolvimento foi levada, praticamente, à sua conclusão lógica. No decênio inaugurado em 1950, a Europa Ocidental e o Japão parecem haver ingressado plenamente nesta fase, devido em grande parte a um ímpeto de suas economias assaz inesperado nos anos imediatamente seguintes à guerra. A União Soviética está tecnicamente pronta para esta etapa, e, segundo todos os indícios, seus cidadãos mostram-se sequiosos, mas os chefes comunistas enfrentarão difíceis problemas políticos e sociais de ajustamento caso se desencadeie essa etapa.

## PARA ALÉM DO CONSUMO

Para além daí, é difícil fazer previsões, exceto, talvez, observar que os norte-americanos, pelo menos, se têm comportado neste último decênio como se uma utilidade marginal relativa decrescente se estabelecesse, depois de certo ponto, para os bens duráveis de consumo; e eles escolheram, na margem, maiores famílias — comportamento êsse conforme

ao padrão da dinâmica dos Buddenbrooks (\*). Os norte-americanos vêm agindo como se, tendo nascido em um sistema que garante segurança econômica e consumo em massa, atribuísem escasso valor à aquisição de acréscimos adicionais à renda real sob a forma convencional, em contraste com as vantagens e os valores de uma família maior. Mas, ainda nesta aventura de generalização, é um tanto cedo para criar — baseando-nos em um único caso — uma nova etapa de desenvolvimento, fundamentada em crianças, para suceder à dos bens duráveis de consumo: como diriam os economistas, a relação elasticidade-renda da procura de filhos talvez varie de uma sociedade para outra. Sem embargo, é verdade que as conseqüências do grande surto de bebês a par do *deficit* não de todo desconexo de capital social fixo têm mais probabilidades de dominar a economia norte-americana da próxima década do que a ulterior difusão de bens duráveis de consumo.

Eis, assim, sob uma forma mais impressionista do que analítica, as etapas de desenvolvimento que se podem distinguir logo que a sociedade tradicional comece a modernizar-se: o período de transição em que as precondições para o arranco são criadas, geralmente como reação à intromissão de uma potência estrangeira, concomitantemente com certas forças nacionais que favorecem a modernização; o arranco propriamente dito; a marcha para a maturidade, que via de regra abarca a vida de mais duas gerações; e a seguir, finalmente, se o aumento da renda acompanhou a disseminação do virtuosismo técnico (o que, segundo veremos, não precisa conseguir imediatamente), o desvio da economia totalmente amadurecida para proporcionar produtos duráveis de consumo e serviços

---

(\*) No romance de Thomas Mann sobre três gerações, a primeira procurava fortuna; a segunda, nascida já endinheirada, procurava posição social e cívica; a terceira, que conheceu desde o berço o conforto e o prestígio social, buscou realizar-se na música. A frase é indicada para sugerir, assim, as mudanças de aspirações das gerações, visto darem pouco valor ao que aceitam como natural e procurarem novas formas de satisfação.

(assim como o Estado do Bem-Estar) para sua população cada vez mais urbana — e posteriormente suburbana (\*). Além dêsse ponto, jaz a questão de saber se surgirá ou não uma estagnação espiritual secular e, em caso afirmativo, como pode o homem afastá-la: um tema apreciado no capítulo VI.

Nos quatro capítulos seguintes examinaremos com maior minúcia e rigor as precondições, o arranco, a marcha para a maturidade e os processos que conduziram à era do consumo em massa. Entretanto, ainda neste capítulo introdutório deve ser esclarecida uma característica dêste sistema.

## UMA TEORIA DINÂMICA DA PRODUÇÃO

Estas etapas não são meramente descritivas. Não são apenas um modo de generalizar certas observações de fatos acêrca da seqüência do desenvolvimento das sociedades modernas. Possuem elas uma lógica e uma continuidade interiores; têm um arcabouço analítico, enraizado numa teoria dinâmica da produção.

A teoria clássica da produção é formulada partindo de hipóteses essencialmente estáticas que imobilizam — ou só lhes permitem uma única alteração — as variáveis mais relevantes do processo do desenvolvimento econômico. Ao procurarem os economistas modernos fundir a teoria clássica da produção com a análise da renda de autoria de Keynes, introduziram as variáveis dinâmicas: população, tecnologia, iniciativa, etc. Contudo, tenderam a fazer isso de modo tão rígido e genérico que seus modelos não podem dar conta dos fenômenos essenciais do desenvolvimento, segundo aparecem aos olhos de um historiador econômico. Precisamos de uma teoria dinâmica da produção que não só isole a distribuição da renda

---

(\*) Nas modernas metrópoles norte-americanas, é marca de prestígio social viver nos subúrbios, isto é, em pequenas cidades dos arredores do grande centro urbano, estritamente residenciais e hierarquizadas. (N. do T.).

entre consumo, poupança e investimento (e o equilíbrio da produção entre bens de consumo e bens de produção), mas que focalize diretamente e com certo pormenor a composição do investimento e as transformações ocorridas dentro de setores particulares da economia. A argumentação que se segue baseia-se em uma teoria da produção assim flexível e específica.

Quando dilatamos os lindes convencionais da teoria da produção, é possível definir posições de equilíbrio teórico não só para a produção, o investimento e o consumo tomados em conjunto, mas para cada setor da economia também (\*).

Dentro do arcabouço estabelecido por forças que determinam o nível total da produção, posições ideais dos setores são determinadas relativamente à procura, pelos níveis de renda e de população, e pela natureza dos gostos; relativamente à oferta, pela situação da tecnologia e pela qualidade da capacidade empresarial, já que a última determina a proporção de inovações tecnicamente disponíveis e potencialmente lucrativas deveras incorporadas ao estoque de capital (\*\*).

Ademais, deve-se introduzir uma hipótese empírica extremamente significativa: a de que a desaceleração é o caminho normal ideal de um setor, devido à variedade de fatores que influem dentro dele, tanto relativamente à oferta quanto à procura (\*\*\*)).

Os balanceamentos que provêm da aplicação desses critérios constituem um conjunto de opções setoriais, do qual se

---

(\*) W. W. Rostow, *The Process of Economic Growth* (Oxford, 1953), especialmente cap. IV. Também, "Trends in the Allocation of Resources in Secular Growth", cap. 15 de *Economic Progress*, organizado por Leon H. Dupriez, com a colaboração de Douglas C. Hague (Louvain, 1955).

(\*\*) Em um modelo fechado, uma teoria dinâmica da produção tem de levar em conta, como aspectos específicos de investimento, os recursos variáveis de ciência básica e aplicada, o que é feito em *The Process of Economic Growth*, especialmente págs. 22-25.

(\*\*\*) *Process of Economic Growth*, págs. 96-103.

origina, como primeira derivada, uma seqüência de padrões ideais de investimento.

Os modelos históricos de investimento não obedeceram, está claro, exatamente a êsses padrões ideais. Foram deturpados por imperfeições no processo do investimento privado, por orientações dos governos e pelo impacto das guerras. As guerras alteraram temporariamente as direções lucrativas de investimento, ao criarem procuras arbitrárias e ao modificarem as condições da oferta; destruíram capital e, ocasionalmente, aceleraram a criação de nova tecnologia importante para a economia de tempo de paz, além de modificarem a estrutura política e social em condições propícias ao desenvolvimento de tempo de paz (\*). A seqüência histórica dos ciclos econômicos e tendências a longo prazo resulta dêsses desvios dos padrões reais em face daquelas considerações ótimas; e essas flutuações, a par do impacto das guerras, dão lugar a caminhos históricos de desenvolvimento que diferem daqueles que os caminhos ideais, calculados *a priori*, teriam suscitado.

Não obstante, a história econômica das sociedades em crescimento deve parte de sua forma tôrca ao esforço das sociedades para aproximarem-se dos caminhos setoriais ótimos.

Em qualquer época, o ritmo de desenvolvimento dos setores varia grandemente; é possível isolar empiricamente certos setores líderes, nos estágios iniciais de sua evolução, cujo rápido ritmo de expansão exerce papel essencial, direto e indireto, na manutenção do ímpeto global da economia (\*\*). Para determinados fins, é útil caracterizar uma economia em função de seus setores líderes, e uma parte da base técnica das etapas de desenvolvimento consiste na seqüência mutável dêsses setores. Em suma, o fato de tais setores tenderem a mostrar uma fase de crescimento rápido, bem no princípio,

---

(\*) *Process of Economic Growth*, cap. VII, especialmente págs. 164-167.

(\*\*) Para um exame dos setores líderes, suas conseqüências diretas e indiretas e os diversos rumos de seu impacto, ver "Trends in the Allocation of Resources in Secular Growth", *loc. cit.*

é que possibilita e torna útil olhar a história econômica antes como uma sucessão de etapas do que como um simples contínuo, no qual a natureza nunca dá saltos.

As etapas do desenvolvimento também impõem, no entanto, que sejam levadas em conta as elasticidades da procura e que este assaz conhecido conceito seja ampliado. Isso porque estas fases de crescimento setorial rápido não provêm unicamente da descontinuidade das funções de produção, mas também das elevadas elasticidades-preço ou elasticidades-renda da procura. Os setores líderes não são determinados unicamente pela mudança do fluxo da tecnologia e da disposição dos homens de empresa para aceitar inovações existentes: são determinados ao mesmo passo pelos tipos de procura que demonstraram alta elasticidade com relação a preços, a renda ou a ambos.

A procura de recursos, sem embargo, não resultou exclusivamente das procuras estabelecidas pelo gosto e pela escolha dos particulares, senão também das decisões sociais e da política dos governos — democraticamente responsáveis ou não. É preciso, por conseguinte, encarar as escolhas feitas pelas sociedades quanto ao destino a dar a seus recursos em termos que ultrapassam os processos mercantis convencionais. Cumprir em vista suas funções assistenciais, no mais lato sentido, inclusive os processos não-econômicos que as determinaram.

A tendência dos índices de natalidade, por exemplo, representa uma forma da escolha do bem-estar feita pelas sociedades com a variação da renda, e as curvas demográficas refletem (a par das variações das taxas de mortalidade) como o cálculo do tamanho da família foi feito nas várias etapas. Partindo do declínio usual (mas não universal) da natalidade, durante ou pouco depois do arranco, à medida que a urbanização se impôs e o progresso se tornou uma possibilidade palpável, até a recente alta, os norte-americanos (e outros em sociedades de consumo em massa) parecem ter procurado em famílias maiores outros valores que não os assegurados pela segurança econômica e por uma vasta disponibilidade de bens duráveis de consumo e serviços.

Há outras decisões, análogamente, que as sociedades têm tomado quando as escolhas com que se defrontam são alteradas pelo processo do desenvolvimento econômico em plena marcha. Estas latas decisões coletivas, determinadas por muitos fatores — cujas raízes são encontradas na História, na cultura e no processo político ativo — alheios ao mercado, têm interagido com a dinâmica da procura do mercado, a disposição para correr riscos, a tecnologia e a iniciativa, a fim de precisar o conteúdo específico das etapas de desenvolvimento para cada sociedade.

Como, por exemplo, deveria a sociedade tradicional reagir ante a intromissão de uma potência mais adiantada: com coesão, presteza e vigor, como os japoneses; fazendo da fraqueza força, como os irlandeses do século XVIII; alterando lenta e relutantemente sua estrutura, como os chineses?

Quando é alcançado o *status* de nação moderna e independente, qual o destino a dar às energias nacionais: agressão externa, para reparar erros antigos ou para explorar possibilidades recém-criadas ou recém-percebidas de aumento do poder nacional; coroamento e consolidação da vitória política do novo governo nacional sobre primitivos interesses regionais; ou modernização da economia?

Uma vez em marcha o desenvolvimento, com o arranco, até que ponto as exigências de difundir a tecnologia moderna e acelerar o ritmo de crescimento deverão ser moderadas pelo desejo de incrementar o consumo *per capita* e o bem-estar?

Quando se atinge a maturidade tecnológica e a nação tem a seu dispor uma máquina industrial modernizada e diferenciada, a serviço de que fins e em que proporção deverá ser ela posta: para aumentar a assistência social, por intermédio do Estado do Bem-Estar; para expandir o consumo em massa a fim de penetrar no campo dos bens duráveis de consumo e dos serviços; para engrandecer a estatura e o poder da nação no palco mundial; ou para incrementar o lazer?

E depois vem a época mais além, uma época de que a História só nos dá por enquanto fragmentos esparsos: o que

fazer quando a própria elevação da renda real perder seu fascínio? Mais filhos, tédio, fins de semana de três dias, a Lua, ou a criação de novas fronteiras humanas interiores em substituição aos imperativos da escassez? (\*)

Ao examinar os grandes lineamentos de cada etapa de desenvolvimento, estamos então estudando, não simplesmente a estrutura de cada setor das economias, para ver como é que elas se transformaram para crescer, e como cresceram, mas igualmente uma série de opções estratégicas feitas por várias sociedades, referentes ao emprêgo a dar a seus recursos, que incluem, porém transcendem, as elasticidades-renda e as elasticidades-preço da procura.

---

(\*) Cf., a propósito, Erich FROMM: *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*, trad. de G. Rebuá e L. Bahia, págs. 322-352 e *Análise do Homem*, trad. de Octávio A. Velho, págs. 162-170, ambas publicadas por esta Editôra. (N. do T.).

### CAPÍTULO III

## AS PRECONDIÇÕES PARA O ARRANCO

### OS DOIS CASOS

**A**PRECIAMOS, neste capítulo, as condições para o arranco: a era de transição em que uma sociedade se prepara — ou é preparada por forças externas — para o desenvolvimento sistemático.

É mister começar estabelecendo a distinção entre dois tipos de casos que a História nos apresenta.

Há inicialmente o que se pode denominar caso geral. Ele se adapta não só à evolução da maior parte da Europa, mas também da Ásia, do Oriente Médio e da África. Neste caso geral, a criação das condições para o arranco exigiu modificações fundamentais em uma sociedade tradicional bem estabelecida: transformações que afetaram, e alteram profundamente, a estrutura social e o sistema político, assim como as técnicas de produção.

Vem, a seguir, o segundo caso. Abarca ele o pequeno grupo de nações que, em certo sentido, “nasceram livres” (\*): os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá e, talvez, umas poucas mais. Essas nações foram criadas principalmente despojando uma Grã-Bretanha já bem adiantada no processo de transição. Outrossim, foram fundadas por

---

(\*) Frase empregada por Louis Hartz em *The Liberal Tradition in America* (New York, 1955).

grupos sociais — em princípio, um determinado tipo de inconformados — que se achavam à margem do processo dinâmico de transição que aos poucos progredia dentro da Grã-Bretanha. Por fim, os respectivos meios físicos — de terra e outros recursos naturais, selvagens porém abundantes — desestimulavam a manutenção daqueles elementos na estrutura tradicional, ao serem transplantados, e aceleravam o processo de transição oferecendo incentivos extremamente atraentes para prosseguir no desenvolvimento econômico. Assim, as nações compreendidas no segundo caso, nunca se viram tão seriamente enredadas nas estruturas, políticas e valores da sociedade tradicional; e, portanto, o processo de sua transição para o desenvolvimento moderno foi mormente econômico e técnico. A criação das precondições para o arranco foi, em grande parte, uma questão de construir o capital social básico — estradas de ferro, portos e rodovias — e de encontrar um arranjo econômico em que a conversão da agricultura para o comércio e a indústria fôsse vantajosa, pois que, no primeiro caso, havia superioridade relativa na agricultura e na produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para exportação.

A distinção entre os dois casos é bastante real; todavia, vistas de perto, as linhas de separação não se mostram assim tão nítidas. Os Estados Unidos, por exemplo, criaram para si mesmos uma espécie de sociedade tradicional no Sul, como um apêndice do Lancashire, e depois as fiações de algodão da Nova Inglaterra; o longo e lento processo de desvinculação do Sul de sua versão peculiar de uma sociedade tradicional se enquadra claramente antes no caso geral do que no especial. O Canadá, igualmente, teve seu problema regional de uma espécie de sociedade tradicional na província de Quebec. O arranco do Sul dos Estados Unidos é um fenômeno dos dois últimos decênios, ao passo que o de Quebec talvez só agora esteja de fato se iniciando em sua plenitude.

Há outros tipos meio nebulosos, também. Deverão os Estados da América Latina ser considerados no caso geral ou entre os felizardos rebentos da Europa já em transição? De modo global, diríamos que pertencem ao caso geral, isto é,

começaram com uma certa versão de sociedade tradicional — em muitos casos uma mescla da Europa latina tradicional com culturas tradicionais indígenas — que impôs uma transformação fundamental antes de poderem ser alcançados os benefícios multiformes dos juros compostos; sem embargo, os casos latino-americanos variam muito entre si. Anàlogamente, a Escandinávia, um tanto como a própria Grã-Bretanha, enfrentou problemas menos angustiantes que muitas outras partes da Europa, para libertar-se dos parâmetros limitadores da sociedade tradicional. A Suécia quase que se situa melhor na segunda do que na primeira categoria.

Não obstante, a distinção entre os dois casos, empregada adequada e moderadamente, é valiosa.

Este capítulo se concentra no caso geral; ou seja, nos processos, dentro de uma sociedade tradicional, por meio dos quais se criam as condições indispensáveis ao arranco.

## A NATUREZA DA TRANSIÇÃO

A transição que estamos examinando evidentemente possui muitas dimensões. A sociedade predominantemente agrícola — que tenha, de fato, geralmente 75% ou mais de sua força de trabalho empenhados na agricultura — deve passar para um predomínio da indústria, das comunicações, do comércio e dos serviços.

A sociedade cujo dispositivo econômico, social e político gira em torno da vida de regiões relativamente pequenas — sobretudo auto-suficientes — tem de orientar seu comércio e suas idéias para a nação e para um ambiente internacional ainda mais amplo.

O ponto de vista acêrca da procriação — inicialmente a bênção residual e afirmação de imortalidade em uma vida árdua, de horizontes relativamente fixos — tem de modificar-se de forma a acabar ocasionando um declínio da taxa de natalidade, à proporção que a possibilidade de progresso e

a redução da necessidade de mão-de-obra rural não-especializada criam um nôvo modo de encarar as coisas.

A renda acima dos níveis mínimos de consumo, grandemente concentrada nas mãos dos que detêm a posse de terras, há de passar às mãos dos que a gastarão em estradas de rodagem e de ferro, escolas e fábricas, ao invés de em casas de campo e empregados, adereços pessoais e templos.

Os homens devem passar a ser estimados na sociedade não em função de clã ou classe, ou mesmo de sua guilda, mas pela capacidade individual para desempenhar certas funções específicas, cada vez mais especializadas.

E, acima de tudo, deve ser difundido o conceito de que o homem não precisa olhar seu meio físico como fator praticamente dado pela Natureza e pela providência, porém como um mundo ordenado que, se racionalmente compreendido, pode ser manejado de sorte a dar lugar a mudanças produtivas e, pelo menos em uma dimensão, progresso.

Tudo isso — e mais ainda — está implícito na conversão de uma sociedade tradicional para uma outra, moderna e em desenvolvimento. Ora, como iremos analisar essa transição? Como tentaremos dar-lhe certa ordem intelectual?

Voltar-nos-emos primeiro para seus aspectos econômicos — em acepção razoavelmente restrita — e depois para suas dimensões não-econômicas.

## A ANÁLISE DA TRANSIÇÃO

O economista moderno — ou talvez se devesse dizer, devido à recente transferência de interesse para o desenvolvimento, o economista moderno de uma década atrás — poderia sentir-se inclinado a dizer ao historiador algo parecido com isto: “Esta complexidade sobre as sociedades é mais do que conhecida, e sem dúvida apresenta certo interesse para você e os de sua profissão, mas não arme uma tempestade por causa disso. Você está falando é de uma elevação da

taxa de investimento e do estoque de capital *per capita*. Leve a taxa de investimento até um ponto em que o crescimento da produção ultrapasse o da população — digamos, até uma taxa de investimento acima de 10% da renda nacional — e está resolvida a questão. A diferença entre sociedade tradicional e moderna é simplesmente saber se sua taxa de investimento é baixa em relação ao incremento demográfico — digamos, abaixo de 5% da renda nacional — ou se se elevou a 10% ou mais. Com uma razão capital-produto de aproximadamente 3, uma taxa de investimento de 10% ultrapassará qualquer provável incremento da população — e aí você tem, então, um aumento regular de produção *per capita*.”

E o que esse moderno economista à moda antiga teria dito estaria, evidentemente, bastante certo.

Mas, para elevar a taxa de investimento, alguns membros da sociedade hão de estar em condições de manipular e aplicar — em um sistema fechado deverão ser capazes de criar — a ciência moderna e valiosas invenções passíveis de reduzir os custos.

Outros homens dessa sociedade devem estar aptos a suportar a tensão e os riscos da liderança para conduzir produtivamente o fluxo de invenções disponíveis para o estoque de capital.

Outros ainda têm de estar preparados para emprestar seu dinheiro a longo prazo, com grande risco, a fim de patrocinar os homens de empresa inovadores — não emprestar dinheiro, jogar na bolsa, explorar o comércio estrangeiro ou imóveis — mas aplicá-lo na indústria moderna.

E a população em geral há de estar preparada para aceitar o aprendizado — e a seguir o funcionamento — de um sistema econômico cujos métodos são sujeitos a mudanças regulares e que também cerceia cada vez mais o indivíduo por via de organizações vastas e disciplinadas, atribuindo-lhe tarefas limitadas, especializadas, monótonas.

Resumindo, o aumento da taxa de investimento — que o economista evoca para sintetizar a transição — requer uma

mudança radical na atitude afetiva da sociedade perante a ciência fundamental e aplicada, diante do desencadeamento de mudanças nas técnicas de produção, em face dos riscos a enfrentar, e ante as condições e métodos de trabalho.

Deve-se falar em mudança de atitude positiva — e não meramente em mudança de atitude — porque o que se subentende aqui não é uma vaga modificação de orientação psicológica ou sociológica, porém uma que se traduz em instituições e procedimentos atuantes. Uma transformação dessas não pode ser estabelecida através de inquéritos retrospectivos da opinião pública, mas pelo exame comparado da atuação política, social e econômica em resposta a possibilidades de lucro similarmente objetivas.

Tendo dado uma rápida vista de olhos ao processo de investimento em um mundo de funções de produção variáveis, podemos concluir concordando em que, afinal, a essência da transição pode ser legitimamente descrita como um aumento da taxa de investimento até um nível que regular, substancial e perceptivelmente ultrapasse o crescimento demográfico. Não quer isso dizer, todavia, que o aumento da taxa de investimento seja uma causa final.

## DOIS PROBLEMAS SETORIAIS

O aumento da taxa de investimento, assim como reflete estas mudanças sociais mais profundas, também é a consequência de acontecimentos em setores particulares da economia, em que a transformação desta ocorre deveras. A análise do desenvolvimento econômico, pois, pouco pode avançar, e assim mesmo de forma altamente abstrata, sem recorrer à decomposição dos setores.

Para elucidar a necessidade de romper o véu da análise macroeconômica no período de transição, consideraremos agora, sumariamente, dois problemas particulares compartilhados, de uma forma ou outra, por todas as sociedades que aprenderam a desenvolver-se: o do aumento da produtividade

na agricultura e nas indústrias extrativas, e o do capital social básico.

## A AGRICULTURA E AS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

Conquanto boa parte do início do processo de desenvolvimento repouse na disponibilidade de alimentos, o primeiro destes dois problemas específicos deve ser apropriadamente definido como sendo o da agricultura e das indústrias extrativas. A exigência genérica da transição é aplicar mudanças de ação imediata na produção dos recursos naturais mais acessíveis. Geralmente significa isso maior produção de alimentos. Todavia, também pode significar lã, algodão ou sêda — como na Nova Zelândia do século XIX, no Sul dos Estados Unidos e no Japão, respectivamente. Na Suécia, significou madeira; na Malásia, borracha; no Oriente Médio, petróleo; em certas regiões norte-americanas, na Austrália e no Alasca, foi o ouro que ajudou a realizar a mágica.

O que importa é que não basta indústria para industrializar. A indústria por si mesma leva tempo para adquirir ímpeto e capacidade para concorrer com os rivais; nesse ínterim, é certo haver uma grande dívida de capital social fixo a ser paga e quase certo uma população radicalmente aumentada para ser alimentada. Numa acepção geral, a modernização exige bastante capital produtivo e boa parte dêle tem de provir de rápidos aumentos do volume da produção obtidos por uma produtividade maior da agricultura e das indústrias extrativas.

Mais especificamente, a tentativa de simultaneamente expandir o capital fixo — de longo período de gestação — e alimentar uma população em expansão exige tanto maior produção nacional de alimentos quanto importações do estrangeiro, ou aumento destas. As importações de capital podem, está claro, auxiliar, mas no fim os empréstimos têm de ser resgatados, e isso imporá a ampliação das exportações.

É, assim, condição essencial de uma transição bem sucedida que o investimento seja aumentado e — até mais importante — que a acumulação de inovações até então inexplorada seja aplicada ao solo e aos demais recursos naturais da sociedade, possibilitando rápidos aumentos de produção.

Tendo exposto o caso geral em função das necessidades de capital de giro, vejamos, por um instante, mais de perto, a questão da agricultura e da oferta de alimentos. Há, com efeito, três principais papéis distintos que a agricultura deve desempenhar no processo de transição entre uma sociedade tradicional e o arranco coroado de êxito.

Antes de mais nada, a agricultura tem de proporcionar mais gêneros alimentícios. Estes são necessários para fazer face ao provável aumento da população, sem acarretar seja a fome seja a depleção da moeda estrangeira a que se pode recorrer para fins indispensáveis ao desenvolvimento. Entretanto, o aumento do sofrimento e a transferência de alimentos das áreas rurais para as urbanas são necessários por outra razão: sustentar as populações citadinas que, durante a transição, certamente crescerão em ritmo grandemente desproporcional. E, na maior parte dos casos, são precisos maiores suprimentos agrícolas igualmente para reforçar a disponibilidade de cambiais para as compras de bens de capital no exterior: seja positivamente, obtendo moeda estrangeira, como nos Estados Unidos, Rússia, Canadá e diversas outras nações que criaram e mantiveram excedentes agrícolas enquanto suas populações cresciam (e as populações urbanas cresciam mais depressa que a população total), ou negativamente, reduzindo as compras de alimentos no estrangeiro — como toda uma série de nações procedeu, desde a Inglaterra na década de 1790 até Israel na de 1950.

O fato central é que, no período de transição, não é provável que a indústria haja estabelecido uma base suficientemente vasta e produtiva para obter suficiente moeda estrangeira, de molde a atender aos incrementos das despesas nacionais com as importações acrescidas. Aumentos de população, urbanização, e maiores necessidades de moeda

estrangeira para aquisição de capital fixo e circulante, portanto, tendem a conspirar para exercer uma pressão especial no setor agrícola, durante o processo de transição. Expressando por outras palavras, pode-se dizer que o ritmo do aumento de produção da agricultura pode fixar o limite dentro do qual se processe a transição para a modernização.

Isso não é tudo, porém. A agricultura pode entrar no quadro de uma forma correlata mas bem diferente, tanto do lado da procura quanto da oferta. Imaginemos que o setor governamental dessa economia em transição não é tão grande que sua procura ampliada possa suportar o rápido progresso industrial. Imaginemos que alguns dos setores potencialmente líderes se encontram nos bens de consumo — como, de fato, tem sido freqüentemente o caso: não só tecidos de algodão — como na Inglaterra e na Nova Inglaterra — mas também uma imensa gama de sucedâneos de importações, como em diversos casos latino-americanos. Além disso, o setor moderno pode — e muitas vezes deve — erigir-se em parte com elementos que representem capital para a agricultura: maquinaria agrícola, fertilizantes químicos, bombas diesel, etc. Em suma, um ambiente de rendimentos reais crescentes na agricultura, com raízes na maior produtividade, pode ser estímulo importante para novos e modernos setores industriais essenciais no arranco.

O aspecto da renda na revolução da produtividade agrícola pode ser importante mesmo nos casos em que a transição para a industrialização não se baseie em indústrias de bens de consumo. Pois é das maiores rendas rurais que se podem tirar impostos maiores, de determinada espécie — necessários para financiar as funções do governo durante a transição — sem forçar os lavradores a passar fome ou a população urbana a sofrer os efeitos da inflação.

E há um terceiro papel característico da agricultura na fase de transição, que ultrapassa suas funções de suprir recursos, procura efetiva e aumentar a receita fiscal: ela deve ceder parte substancial de sua renda ao setor moderno. No âmago de a *Riqueza das Nações* — perdida entre discussões

sobre alfinêtes e livre câmbio — está a percepção por parte de Adam Smith de que a renda excedente obtida da propriedade territorial deve, de algum modo, ser transferida das mãos dos que a esbanjariam numa vida pródiga para as mãos produtivas que a investirão no setor moderno e, a seguir, metódicamente reinvestirão seus lucros à medida que aumentarem a produção e a produtividade.

Foi isso exatamente que o Japão, a Rússia e muitas outras nações fizeram, em seus projetos de reforma agrária do século XIX, durante a transição, em um esforço para aumentar a disponibilidade de capital social fixo e outros processos essenciais à modernização.

São, pois, as conseqüências múltiplas, diversas mas convergentes, da revolução da agricultura, que dão peculiar relevância ao período das precondições. Ela tem de proporcionar mais alimentos, mais mercados e uma ampliada disponibilidade de recursos financeiros para o setor moderno.

Observações generalizadas atinentes à formação agregada de capitais não lançam luz sobre êsses múltiplos elos básicos entre o desenvolvimento agrícola e o industrial.

## O CAPITAL SOCIAL FIXO

Semelhantermente, a maneira convencional de lidar com a formação de capitais em função da renda nacional agregada, regra geral não elucida o papel decisivo, no período das precondições, da formação do capital social fixo. Onde existem dados relativos ao nível e ao padrão da formação de capitais em sociedades pré-arranco — e igualmente para o arranco — está claro que uma proporção muito elevada do investimento total tem de ser dedicada aos transportes e a outros dispêndios sociais fixos (\*).

---

(\*) Ver, por exemplo, A. K. Cairncross, *Home and Foreign Investment, 1870-1913* (Cambridge, 1953), cap. III, págs. 44-48, a respeito da composição do investimento canadense durante o período

À parte sua importância quantitativa, os investimentos sociais fixos têm três características que os distinguem do investimento em geral, como é comumente apresentado em modelos macroeconômicos. Primeiramente, os períodos de gestação e de remuneração são em princípio longos. Ao contrário da duplicação da colheita ou da aplicação de fertilizantes químicos, um sistema ferroviário não dará resultados provavelmente dentro de um ou dois anos após ser encetada sua construção, conquanto venha a proporcionar benefícios imensos durante tempo bastante longo. Em segundo lugar, o capital social fixo é geralmente volumoso: a gente ou bem constrói uma estrada de ferro, digamos de Chicago a San Francisco, ou não constrói — uma linha ferroviária incompleta é de uso limitado, malgrado muitas outras formas de investimento — na indústria e na agricultura — possam ser valiosas através de pequenos acréscimos sucessivos. Em terceiro lugar, é de sua própria natureza que os lucros oriundos do capital social fixo retornou muitas vezes à comunidade considerada como um todo — por via de causas indiretas — em vez de diretamente para os homens de empresa que o puseram em movimento.

Consideradas em conjunto, essas três características do capital social fixo — os longos períodos de gestação e de remuneração, o volume e as vias indiretas de remuneração — fazem com que os governos devam geralmente exercer papel extremamente importante no processo de formação desse capital, o que quer dizer, no período das condições. Por outras palavras, o capital social fixo não pode ser formado — em algumas de suas formas mais essenciais — por meio de um fluxo crescente de lucros reinvestidos provindos de uma base inicialmente diminuta. Não é possível dar-se uma boa arrancada sem que se possam antes mobilizar somas de capital inicial assaz consideráveis.

---

do arranco (digamos, 1895-1915). Ver, também, sobre o padrão de investimento da Suécia e o papel neste dos investimentos em ferrovias e habitações no período 1870-1890, E. Lindhal e outros, *National Income of Sweden, 1861-1930* (Estocolmo, 1937), especialmente págs. 257-266.

Assim, mesmo em uma sociedade de transição tão altamente capitalista quanto os Estados Unidos entre 1815 e 1840, os governos estaduais e locais exerceram papel decisivo no início da formação do capital social fixo. O Canal Erie foi construído pela Assembléia Legislativa do Estado de Nova Iorque, e as grandes rêsdes ferroviárias transcontinentais o foram com imensos subsídios federais sob a forma de concessões territoriais.

A discussão em tórno de agricultura e capital social fixo em sociedades em transição sublinha uma questão de método e outra de conteúdo. A de método é que é indispensável uma decomposição ordenada para uma análise do crescimento econômico que se apega aos fatôres estratégicos principais. Conjuntos que podem ter valor para fins de análise da renda a curto prazo ocultam mais do que esclarecem quando se passa à análise do desenvolvimento. A questão de conteúdo refere-se ao fato da preparação de uma base viável para uma estrutura industrial exigir mudanças bastante revolucionárias em dois setores não-industriais: a agricultura e o capital social fixo, sobretudo no que toca aos transportes.

## MUDANÇAS NÃO-ECONÔMICAS

Passamos, agora, ao aspecto não-econômico das precondições para o arranco.

As grandes linhas da mudança social necessária para preparar uma sociedade tradicional para o desenvolvimento sistemático estão-se tornando bastante familiares. Todos concordarão em que uma nova elite — uma nova liderança — deve aparecer e que a ela deve ser dada liberdade para começar a construir uma sociedade industrial moderna, e, embora a ética protestante não represente absolutamente o único conjunto de valores adequado à modernização, é indispensável que os membros de tal elite encarem a modernização como tarefa possível, atendendo a determinado fim que ela julgue ser éticamente bom ou de qualquer outra forma vantajoso.

Sociologicamente, esta nova elite deve — até certo ponto — suceder à antiga elite de senhores da terra, cujo domínio sobre a renda acima dos níveis de consumo deve ser rompido sempre que se mostrar impossível desviar simplesmente aquela renda para o setor moderno.

E de mais lata forma — tanto nas áreas rurais como nas urbanas — o horizonte das expectativas deve dilatar-se. Os homens hão de preparar-se para uma vida de transformações e de funções especializadas.

Algo parecido com esse grupo de mudanças sociológicas e psicológicas, podemos concluir, acha-se no cerne da criação das precondições para o arranco. Isto, porém, é uma opinião insuficiente. Conquanto não neguemos, de forma alguma, o significado de mudanças tais de atitude, valor, estrutura social e expectativas, devemos salientar, ademais, o papel do processo político e da motivação política na transição.

É fato histórico que um nacionalismo reativo — reagindo contra a intromissão de nações mais adiantadas — tem sido uma força motivadora muito importante e poderosa na transição das sociedades tradicionais para as modernas, no mínimo tão relevante quanto o motivo do lucro. Homens que exercem autoridade ou influência efetiva se têm mostrado dispostos a desarraigá-las sociedades tradicionais, não fundamentalmente para ganhar mais dinheiro, mas sim porque a sociedade tradicional fracassou — ou ameaçou fracassar — em protegê-los de serem humilhados por estrangeiros. Ponha-se a Inglaterra de lado por um momento e considerem-se as circunstâncias e os motivos que lançaram sociedades tradicionais de outras regiões na marcha para a modernização.

Na Alemanha, foi certamente um nacionalismo baseado em passado humilhante e esperança para o futuro que provocou isso: a lembrança de Napoleão, a par da percepção prussiana das potencialidades para o poder da unidade e do nacionalismo alemães. Foi o nacionalismo alemão que se apossou da revolução de 1848 em Francforte e construiu o arcabouço dentro do qual se desenrolou o arranco germânico — os *Junkers* e os homens do Leste, mais do que os homens de negócios

e os liberais do Oeste. Na Rússia, foi uma série de invasões e derrotas militares, prolongando-se por mais de um século, que constituiu o principal motor da mudança: a invasão de Napoleão, a Guerra da Criméia, a Guerra Russo-Japonesa e, finalmente, a I Guerra Mundial. No Japão, foi o efeito-demonstração, não de lucros elevados nem de artigos de consumo manufaturados, mas da Guerra do Ópio na China, no início da década de 1840 e dos sete navios negros do Comodoro Perry um decênio mais tarde, que lançou os dados para a modernização. E na China, a sociedade tradicional profundamente encastelada só cedeu lenta e penosamente, mas acabou entregando os pontos, após um século de humilhações de origem estrangeira, que ela não pôde impedir.

Assim também ocorreu, está claro, com as regiões coloniais do hemisfério meridional. Lá nas colônias, no entanto, houve um duplo efeito-demonstração.

Embora as potências imperialistas seguissem diretrizes que nem sempre favorecessem ao máximo o desenvolvimento das condições para o arranco, elas não podiam deixar de acarretar transformações nas idéias, conhecimentos, instituições e suprimento de capital social fixo que impulsionaram a sociedade colonial ao longo do caminho de transição, e, amiúde, compreenderam certa espécie de modernização como um objetivo explícito da política colonial.

De qualquer maneira, a realidade do poder eficaz que acompanhava a capacidade de aplicar a tecnologia moderna foi demonstrada e isso fez os habitantes mais inteligentes tirarem conclusões apropriadas. Portos, docas, estradas e depois ferrovias, foram construídos; instituiu-se um sistema centralizado de impostos; alguns nativos das colônias foram levados a exercer um mínimo de atividades econômicas modernas necessárias para dirigir o comércio a fim de produzir o que a metrópole queria exportar e o que podia ser lucrativamente produzido no local para os mercados urbanos e agrícolas comercializados em expansão; alguns produtos e serviços modernos foram disseminados suficientemente para alterar a concepção de um nível de consumo alcançável; foi

aberta a alguns, pelo menos, a oportunidade de estudar na Europa Ocidental; e um conceito de nacionalismo, transcendendo os antigos liames de clã ou região, inevitavelmente se cristalizou ao redor de um ressentimento acumulado contra o domínio colonial.

No fim, dêsses ambientes semimodernizados brotaram coligações locais que geraram pressão política e, em alguns casos, militar, capaz de forçar a retirada; coligações essas criadas tanto pelo tipo positivo de demonstração quanto pelo negativo.

O nacionalismo xenófobo, ou essa sua forma peculiar que se formou em áreas coloniais, não foi, com efeito, um motivo original para a modernização de sociedades tradicionais. O mercador sempre estêve presente, vendo na modernização não apenas a eliminação de obstáculos a mercados e lucros maiores, mas também a posição social elevada que lhe era negada — a despeito da riqueza — na sociedade tradicional. E houve quase sempre intelectuais que viram na modernização um meio de exaltar a dignidade ou o valor da vida humana, tanto para os indivíduos quanto para a nação como um todo. E o soldado — uma figura absolutamente decisiva da transição — inúmeras vêzes contribuiu com muito mais do que o ressentimento do domínio alienígena e sonhos de futura glória nacional em campos de batalha no estrangeiro.

### AS COLIGAÇÕES DE TRANSIÇÃO

Não há dúvida que sem afrontas à dignidade humana e nacional provocadas pela intromissão de potências mais adiantadas, o ritmo de modernização das sociedades no último século e meio teria sido bem mais lento do que deveras o foi. Interesses e motivos diversos levaram à formação de coligações nessas sociedades tradicionais ou em início de transição, visando a formar um forte governo nacional moderno, e preparadas para enfrentar os inimigos dêsse objetivo: isto é, elas estavam preparadas para lutar contra os grupos polí-

ticos e sociais enraizados na agricultura de bases regionais, algumas vêzes a ela se juntando a potência colonialista ou quase-colonialista.

Aquelas coligações de transição amiúde partilhavam de uma única convicção comum sólida, qual a de terem interesse na criação de um Estado independente moderno. Históricamente, tais coligações via de regra tinham uma ala política (ou militar) e uma ala econômica, cada uma representando motivos e objetivos um tanto diferentes na formação da nação nova ou modernizada; assim, na Alemanha, a coligação dos *Junkers* e dos comerciantes e industriais da parte ocidental; no Japão, os samurais e os mercadores de cereais; na Rússia após 1861, a classe média comercial e os mais ativos funcionários públicos e militares.

Essas coligações do século XIX evidentemente apresentam um ar de família com relação às coligações pós-medievais do rei com a classe média urbana que ajudaram a criar os Estados da Europa Ocidental, bem como com as do século XX, de soldados, comerciantes e intelectuais ocorridas na Turquia com êxito, fracassadas na China Nacionalista, e cujos destinos ainda são duvidosos na maior parte da metade austral do mundo.

## AS DIREÇÕES ALTERNATIVAS DO NACIONALISMO

Chegamos, agora, à encruzilhada. O nacionalismo pode ser dirigido em uma de várias direções. Pode sê-lo centripetamente para reparar humilhações reais ou supostas do passado, sofridas no palco mundial, ou para aproveitar oportunidades reais ou supostas para engrandecimento nacional que apareçam pela primeira vez como possibilidades reais, uma vez que o novo Estado esteja estabelecido e a economia adquira certo ímpeto. Ou, então, o nacionalismo pode ser dirigido centripetamente e concentrado na consolidação política da vitória obtida pelo poder nacional contra o de bases regionais; ou pode dirigir-se para as tarefas de modernização

econômica, social e política que haviam sido obstruídas pela antiga estrutura social, de bases regionais e comumente aristocrática, pela primitiva potência colonial, ou pela coligação de ambas.

Uma vez instaurada a nacionalidade em termos modernos, diferentes elementos da coligação forcejam por mobilizar o recém-triunfante sentimento nacionalista em diferentes direções: os militares, digamos, para o estrangeiro; os políticos profissionais, para levar até o fundo a vitória do centro contra a região; os comerciantes, para o desenvolvimento econômico; os intelectuais, para a reforma social, política e jurídica.

A inclinação da política interna e externa de Estados novos ou recentemente modernizados apóia-se grandemente, pois, no equilíbrio de forças dentro da coligação que emerge e no equilíbrio com que são visados os vários objetivos alternativos do nacionalismo.

Um professor do M. I. T., o Sr. Lawrence Barss, crê, com efeito, que a estrada da modernização foi geralmente transposta em duas fases: na primeira, a coligação política efetiva queria os frutos da modernização, mas estava demasiadamente sobrecarregada com interesses e atitudes do passado tradicional para poder realizar aquilo que se impunha a fim de construir uma sociedade moderna. Depois, por fim, chegou ao poder numa segunda fase de transição (a que êle dá o nome de "transformação") uma geração de homens que não estavam simplesmente ansiosos de afirmar a independência nacional como também preparados para criar uma sociedade moderna com bases urbanas. Aí, afinal, completaram-se as condições para o arranco.

Quer essa transição de duas fases de Barss se mostre ou não se mostre uma parte constante da experiência comum do período das condições, está claro que a duração no tempo e as vicissitudes da transição da situação tradicional para a moderna dependem substancialmente da medida em que os talentos, recursos e energias locais são canalizados para as tarefas internas de modernização e não para outros objetivos

alternativos do nacionalismo. Esse desafio tem de ser em grande parte, no caso geral, uma função da liderança política.

Assim ocorre porque o governo central se vê a braços com importantes tarefas essenciais, técnicas, de que se desincumbir no período das precondições. Não se faz mister que o governo detenha a posse dos meios de produção — muito pelo contrário. Mas o governo deve estar apto a organizar a nação de maneira tal que se formem mercados comerciais unificados; deve criar e conservar um sistema tributário e fiscal que desvie recursos para empregos modernos, se necessário à custa dos antigos *rentiers*; e deve abrir caminho através de todo o espectro das diretrizes da política nacional — desde as tarifas até a educação e a saúde pública — para a modernização da economia e da sociedade de que faz parte. Pois, como se salientou anteriormente, é uma responsabilidade ineludível do Estado certificar-se de que se forma o estoque de capital social fixo necessário ao arranco, também é provável que só uma vigorosa liderança do governo central possa provocar as modificações radicais na produtividade da agricultura e na utilização de outros recursos naturais cuja pronta obtenção igualmente pode constituir uma precondição para o arranco.

## O PRIMEIRO ARRANCO

Este modo de encarar os fatos suscita um interessante problema histórico. Se a fragmentação das sociedades tradicionais fôr considerada como tendo sido induzida pela transmissão dos efeitos-demonstração de outras sociedades, como explicaremos o primeiro arranco, o da Grã-Bretanha?

A resposta clássica a esta pergunta é, igualmente, a mais óbvia e sensata, e talvez seja a mais próxima da verdade histórica. Basicamente, consiste em que, no fim do século XVIII, enquanto muitas partes da Europa Ocidental se achavam envolvidas numa das versões do processo das precondições, só na Grã-Bretanha foram preenchidas as condições

necessárias e suficientes para o arranco. Essa combinação de condições resultou da convergência de circunstâncias diversas e assaz independentes, uma sorte de acidente estatístico da História que, uma vez ocorrido, foi irreversível, tal como sucede com a perda da inocência.

Como se explica essa resposta clássica?

Decorre, ela, essencialmente, de dois aspectos da Europa pós-medieval: o descobrimento e o redescobrimento de regiões para além da Europa Ocidental e o desenvolvimento, inicialmente lento, mas a seguir acelerado, dos conhecimentos e atitudes científicos modernos.

Adveio, do descobrimento de novos territórios, tóda uma cadeia de acontecimentos, compartilhados pela maior parte da Europa Ocidental em grau variável. Primeiramente, houve a expansão do comércio, incluindo o intercâmbio de novos artigos, tanto alimentos quanto têxteis — e até mesmo matérias-primas, até então desconhecidas, como os novos corantes. A par do surto do comércio deu-se o da navegação e, quiçá mais importante, o das instituições creditícias e comerciais. Acima de tudo, houve um surto de homens dedicados ao comércio: homens interessados nos meticulosos cálculos de lucros e perdas, homens de largos horizontes, cujas atitudes se transmitiram de várias maneiras por tôdas as suas sociedades.

Os novos territórios e o nôvo comércio que assim surgiram foram uma profunda inovação lateral na sociedade da Europa Ocidental — lateral no sentido de distinta do tipo de inovação vertical inerente, digamos, à máquina a vapor e ao tear mecânico.

O significado e o impacto dessa inovação lateral se exacerbaram e assumiram aspecto peculiar por ela se ter dado num sistema de Estados-nação intrinsecamente concorrentes. As porfias dinásticas, acêrca de quem deveria controlar a quantidade invariável de território europeu, mesclaram-se com a questão de saber quem deveria controlar as correntes do comércio e qual delas deveria obter um saldo de metal em barra, provisões marítimas e coisas análogas. Mas,

segundo indica Charles Wilson, a preocupação dos governos com o comércio ultrapassou as preocupações primitivas com o poderio militar ou mesmo político no cenário internacional. A procura e a proteção de um balanço comercial favorável foi, diz Wilson:

em muitos países, uma obsessão dos estadistas, e a obtenção de um balanço comercial favorável um objetivo primordial da política. A explicação do aparente paradoxo está na relação estreita entre os governos e os poderosos grupos com interesses adquiridos no comércio estrangeiro... bem como no interesse fiscal dos próprios governos. Mais do que isso, uma interrupção do comércio poderia ocasionar desemprego e pôr em perigo a ordem pública em certas regiões, ou até ameaçar a segurança nacional. Na Inglaterra, o algodão da Jamaica foi sendo cada vez mais utilizado pela indústria têxtil do Lancashire. Os corantes das Índias Ocidentais eram essenciais à preparação de tecidos escuros no Yorkshire e no West Country. Sêda em rama de Esmirna e Livorno era necessária aos fiandeiros da região central da Inglaterra e aos tecelões de Spitalfields (\*).

E assim prossegue o catálogo de interconexões vitais, organizado por Wilson, penetrando a fundo nas diversas sociedades nacionais.

Destarte, bem longe das questões de poder, a grande inovação lateral teve, na acepção de Adam Smith, um efeito de ampliação do mercado, produzindo novos tipos de especialização e interdependência, inclusive a interdependência internacional da indústria.

A segunda força geral que atuou na Europa Ocidental foi o espírito científico e de pesquisa de engenhos para a produção, desde Galileu e Leonardo até Newton, Bacon e o

---

(\*) *The New Cambridge Modern History*, Vol. VII (Cambridge, 1957), pág. 45.

enxame de oitocentistas enredados naquilo a que Ashton apropriadamente denomina “o impulso para inventar” (\*): os homens que deliberadamente lutaram para romper os gargalos do suprimento de combustível para a siderurgia, da tecelagem, da eficiência das máquinas a vapor, e assim sucessivamente.

Algo semelhante a êste fundo de cena do comércio concorrente e de deliberada inventiva — com tôdas as suas conseqüências diversificadas — a par de um fortalecimento dos governos nacionais, em parte como reação aos problemas da concorrência internacional — constitui o ambiente do período das precondições para a Europa Ocidental tomada como um todo.

Ora, mas por que a Grã-Bretanha? Por que não a França? Por que não o mais adiantado país do século XVII na fase das precondições — a Holanda — que ensinou tanto aos outros?

Repete-se, aqui, um rol de fatos notórios. Os holandeses se haviam engajado demasiadamente no comércio e nas finanças, sem uma adequada base de manufatura — em parte careciam de matérias-primas em seu território nacional, e de outra parte porque predominavam os grupos financeiros e comerciantes em vez dos industriais. E então, quando a Grã-Bretanha e a França se lançaram com todo o pêsna na competição pelo comércio, no século XVIII, os holandeses não dispunham dos recursos econômicos nem dos militares e navais indispensáveis para se manterem na dianteira comercial ou para criarem um arranco industrial.

E o que dizer dos franceses? Eles foram demasiado brutais com os seus protestantes. Eram política e socialmente inflexíveis ao extremo, peados não só por uma sociedade dividida em classes, como em castas. As melhores inteligências e espíritos da França oitocentista, conta a história,

---

(\*) T. S. Ashton, *An Economic History of England: the Eighteenth Century* (London, 1955), pág. 104.

tiveram de pensar em revolução política, social e religiosa em vez de pensar na revolução econômica. Outrossim, os franceses estavam por demais empenhados em travar guerras terrestres na Europa, e descuidaram de sua marinha mercante e de seu poderio naval numa época histórica em que os navios foram tão decisivos.

Por isso, a Grã-Bretanha, que contava com mais recursos industriais básicos do que a Holanda; onde havia mais não-conformistas e mais navios do que na França; que teve sua revolução política, social e religiosa travada antes de 1688 — só ela estava em condições de conjugar a manufatura do algodão, a tecnologia do carvão e do ferro, a máquina a vapor e um vasto comércio estrangeiro para dar a arrancada.

Também é justo perguntar: por que não os Estados Unidos? Os Estados Unidos, afinal de contas, possuíam um grande mercado interno, eram mais tolerantes para com os seus não-conformistas do que a própria Grã-Bretanha, e dissiparam menos recursos na guerra. Nisto, dizem-nos acertadamente que a atração de abundantes terras férteis e do comércio baseado na posse de ricos recursos naturais era por demais poderosa para trazer, de modo suficiente, energia, talento e recursos para a indústria, no século XVIII. Além disso, até certo ponto, a política mercantilista imposta pelos britânicos às colônias americanas pode ter retardado um pouco as condições. E, pode-se acrescentar, nas colônias norte-americanas da Grã-Bretanha — como em muitas outras sociedades coloniais — as melhores inteligências e os espíritos mais vigorosos foram arrastados para os problemas da política até ser alcançada e consolidada a independência; isto é, a partir dos meados do século XVIII em diante. Foi só depois de 1815 — passada a geração que criou a independência e uma constituição atuante — que a sociedade norte-americana começou a concentrar as energias de seus homens mais capazes na aventura de criar uma moderna economia continental.

Podemos imaginar que seja parecido com isso a saga clássica.

Todavia, é lícito fazer mais uma pergunta: por que a Grã-Bretanha do século XVIII foi mais tolerante para com seus não-conformistas do que a França; por que ela saíra do século XVII com uma estrutura social relativamente tão flexível com um sentido de nacionalismo que mitigou as rigidezas que deram tanto trabalho à França, e permitiram aos inovadores levar avante a revolução industrial?

Uma resposta a estas perguntas mais profundas repõe a Grã-Bretanha novamente no caso geral, em grande parte. O caso geral é de uma sociedade que se moderniza numa reação nacionalista contra a intrusão ou a ameaça desta por parte de potências estranhas mais adiantadas. A experiência britânica ao libertar-se da Igreja de Roma, assim como do poderio espanhol que a esta apoiava no século XVI; a fase do nacionalismo elisabetano, relativamente extenso; o consenso nacional do século XVII, atingido por volta de 1688, penosamente obtido e acompanhado por um esforço obsessivo para desvencilhar a Grã-Bretanha do que era encarado como uma relação quase-colonial ante os holandeses; os conflitos do século XVIII com a maior e aparentemente mais poderosa França... tudo isso não é uma descrição um tanto familiar do nacionalismo reativo, criando um ambiente em que a modernização — em sua acepção pós-1688 — se tornou uma meta amplamente sancionada e até estimulada.

É possível, portanto, que o nacionalismo britânico, transcendendo castas e lealdades, criado por uma série de intrusões e desafios a uma pequena ilha ao largo de uma terra firme dominadora, tenha sido uma força decisiva na criação de uma matriz social relativamente flexível, dentro da qual se acelerou o processo de formação das precondições na Grã-Bretanha, e que, nessa acepção limitada, o primeiro arranco, a despeito de muitos aspectos que lhe são exclusivos, ocupe seu lugar entre os outros.

## CAPÍTULO IV

### O ARRANCO

#### A REALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGULAR

VOLTAMO-NOS agora para a análise minuciosa daquele intervalo decisivo da história de uma sociedade em que o desenvolvimento passa a ser sua condição normal. Consideraremos como ela surge, com as lentas mudanças do período das precondições, quando as forças modernizadoras contendem contra os hábitos e instituições, valores e interesses consagrados da sociedade tradicional, conseguindo afinal uma rotura decisiva, e os juros compostos passam a integrar a estrutura da sociedade.

Conforme se sugeriu no cap. III, houve arrancos em sociedades de dois tipos bastante diferentes e, por conseguinte, variaram os processos de estabelecimento das precondições. No primeiro caso, o mais geral, a consecução das precondições do arranco exigiu profundas mudanças na estrutura política e social e até em valores sociais reais. No segundo caso, a arrancada retardou-se não por obstáculos políticos, sociais e culturais, mas pelos altos níveis (e ainda crescentes) de bem-estar que podiam ser atingidos pela mera exploração da terra e dos recursos naturais. Neste segundo caso, o arranco foi desencadeado por um processo mais restritamente econômico, como, por exemplo, na parte setentrional dos Estados Unidos da América, na Austrália e, talvez, na Suécia. E,

lembramo-nos, como seria de esperar no campo essencialmente biológico do crescimento econômico, que a História apresenta casos mistos assim como casos puros.

O início do arranco pode ser geralmente atribuído a um determinado estímulo bem definido. Pode êle revestir a forma de uma revolução política que afete diretamente o equilíbrio do poder social e dos valores reais, o caráter das instituições econômicas, a distribuição da renda, o padrão dos gastos com investimentos e a proporção de inovações potenciais deveras aplicadas. Tal foi o caso, por exemplo, da revolução alemã de 1848, da restauração Meiji no Japão em 1868, e dos mais recentes fatos da independência da Índia e da vitória comunista na China. Pode originar-se de uma inovação tecnológica (inclusive dos meios de transporte), que impulsiona uma cadeia de expansão secundária em setores modernos e que exerce poderosos efeitos nas economias externas que a sociedade aproveita. Pode assumir a forma de um novel ambiente internacional favorável, como foi a abertura dos mercados britânico e francês à madeira sueca na década de 1860 ou uma elevação relativamente abrupta dos preços de exportação e (ou) as novas e vastas importações de capitais, como no caso dos Estados Unidos nos últimos anos da década de 1840, e do Canadá e da Rússia nos meados de 1890; pode decorrer igualmente de um desafio apresentado pela mudança desfavorável no ambiente internacional, como uma queda violenta das relações de troca (ou um bloqueio do comércio com o estrangeiro em tempo de guerra) impondo o urgente desenvolvimento de sucedâneos para as manufaturas importadas, como sucedeu com a Argentina e a Austrália de 1930 a 1945.

O que importa aqui não é a forma do estímulo, mas o fato de o progresso anterior da sociedade e de sua economia se haver convertido em uma reação positiva, prolongada e suscetível de fortalecer-se a si mesma ante aquêle: o resultado não é uma única modificação das funções de produção nem do volume de investimentos, mas uma proporção mais ele-

vada de inovações potenciais que são aceitas num fluxo mais ou menos regular e uma taxa de investimento maior.

O emprêgo dos têrmos da renda nacional agregada evidentemente pouco revela do processo que ocorre. Não obstante, é útil considerar como condição necessária, embora não suficiente, para o arranco, o fato de a proporção do investimento líquido em relação à renda nacional (ou produto nacional líquido) elevar-se, digamos, de 5 para 10%, superando definitivamente a provável pressão demográfica (desde que, nas circunstâncias imaginadas para a arrancada, a relação capital-produto seja baixa) (\*), e originando uma ascensão nítida do produto real *per capita*. Já o consumo real *per capita* depende do padrão de distribuição da renda e da pressão demográfica, bem como da magnitude, natureza e produtividade do próprio investimento.

---

(\*) A razão capital-produto é o volume com que um dado aumento no investimento afeta o montante da produção: uma medida aproximada — muito grosseira — da produtividade do investimento de capital; mas como a aritmética do desenvolvimento econômico precisa de um conceito assim, implícita ou explicitamente, é melhor aperfeiçoarmos o instrumento do que abandoná-lo. Nas fases iniciais do desenvolvimento econômico, duas forças opostas agem sobre a razão capital-produto. De um lado, há uma enorme necessidade de capital social baixo sob a forma de transportes, energia, educação, etc. Devido sobretudo ao longo prazo de rendimento do investimento, a razão capital-produto aparente (a curto prazo) é alta. Por outro lado, geralmente há grandes reservas inexploradas de técnicas conhecidas e recursos naturais disponíveis, e estas reservas contribuem para uma baixa razão capital-produto. Podemos supor explicitamente uma baixa razão capital-produto para o período do arranco, porque imaginamos que as precondições já foram criadas, af incluindo boa dosagem de capital social fixo. Com efeito, a razão capital-produto marginal agregada provavelmente será mantida durante o arranco pelas exigências de contínuos gastos consideráveis com rubricas de capital fixo, que só proporcionam rendimento muito lento. Sem embargo, uma razão de 3:1 ou de 3,5:1 para o crescimento da razão capital-produto parece suficientemente realista como dado aproximado até que aprendamos mais acerca das razões capital-produto em base setorial.

Consoante mostra o quadro abaixo, cremos ser possível identificar, pelo menos experimentalmente, os períodos de arranco de diversos países que já passaram para a fase de crescimento.

#### QUADRO 1

*Datas aproximadas experimentais de alguns arrancos*

<i>País</i>	<i>Arranco</i>	<i>País</i>	<i>Arranco</i>
Grã-Bretanha	1783-1802	Rússia	1890-1914
França	1830-1860	Canadá	1896-1914
Bélgica	1833-1860	Argentina (***)	1935-
Estados Unidos (*)	1843-1860	Turquia (****)	1937-
Alemanha	1850-1873	Índia (&)	1952-
Suécia	1868-1890	China (&)	1952-
Japão (**)	1878-1900		

(\*) O arranco norte-americano é aqui encarado como o desfecho de dois períodos diferentes de expansão: o primeiro, o da década de 1840, assinalado pelo desenvolvimento ferroviário e fabril, principalmente confinado ao Leste — ocorrido enquanto o Sul e o Oeste assimilavam a extensa expansão agrícola da década precedente; o segundo, o grande ímpeto ferroviário penetrando o Centro-Oeste durante a década de 1850, marcado por um considerável afluxo de capitais estrangeiros. Julga-se que ao irromper a Guerra Civil, a economia norte-americana do Norte e do Oeste arrancou com real ímpeto em seu setor da indústria pesada.

(\*\*) A falta de dados adequados, há certa dúvida quanto à data do arranco japonês. Parte do período pós-1868 foi certamente, de acordo com as definições hoje aceitas, devotado à consolidação das precondições para o arranco. Em 1914, a economia japonesa sem dúvida havia arrancado. A questão é saber-se se o período de 1878 até a Guerra Sino-Japonesa dos meados da década de 1890 deve ser ou não encarado como arremate das precondições ou como arranco. Em face das provas atuais, inclinamo-nos para a última hipótese.

(\*\*\*) Em certo sentido, a economia argentina iniciou seu arranco durante a I Guerra Mundial. Mas, de maneira geral, tendo caído ao mínimo na depressão posterior a 1929, o crescimento de seu setor moderno, estimulado durante a guerra, tendeu a afrouxar e, como boa parte do mundo ocidental, a Argentina procurou, no decênio de 1920, regressar a uma normalidade de antes de 1914. Só nos meados da década de 1930 é que encetou um arranco contínuo, que de modo lato pode ser julgado bem sucedido apesar de vicissitudes estruturais de sua economia.

(\*\*\*\*) Além dos antecedentes das medidas de industrialização iniciadas em meados do decênio de 1930, a economia turca tem

## DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANCO

O arranco é uma transição tão decisiva na história de uma sociedade que se torna importante examinar a natureza de nossa definição e o mecanismo interno do arranco um pouco mais de perto.

São diversos os problemas de opção implícitos na definição precisa do arranco. Podemos principiar por uma definição arbitrária e considerar sumariamente as duas principais alternativas.

Para nossos objetivos no momento, o arranco é definido como exigindo ao mesmo tempo as seguintes três condições inter-relacionadas:

1. — Um aumento da taxa de investimento produtivo, digamos de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional (ou produto nacional líquido — PNL);

2. — O desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros básicos (\*), com um elevado índice de crescimento;

---

revelado extraordinária impulsão nos últimos cinco anos, baseada na renda e produtividade agrícola. Ainda resta ver se estas duas ascensões, dirigidas por diretrizes nacionais bem diferentes, constituirão uma transição para o crescimento contínuo e se a Turquia poderá sobrepujar seus atuais problemas estruturais.

(&) Conforme se indica no texto, é ainda muito cedo para julgar se as presentes tentativas de arranco da Índia e da China terão êxito.

(\*) Nesta acepção, “manufatureiro” é tomado como compreendendo o beneficiamento de produtos agrícolas ou de matérias-primas por métodos modernos: por exemplo, madeira na Suécia, carne na Austrália, laticínios na Dinamarca. O requisito duplo de um setor “manufatureiro” é que seus processos ponham em movimento uma cadeia de ulteriores exigências do setor moderno e que sua ampliação proporcione a possibilidade de efeitos sobre as economias externas, que sejam de caráter industrial.

3. — A existência ou a rápida eclosão de um arcabouço político, social e institucional que aproveite os impulsos expansionistas do setor moderno e os efeitos potenciais das economias externas do arranco e imprima ao desenvolvimento um caráter constante.

A terceira condição subentende uma capacidade considerável de mobilizar capital oriundo de fontes internas. Alguns arrancos já ocorreram sem haver praticamente importação de capitais, como, por exemplo, os da Grã-Bretanha e do Japão. Outros apresentaram um grande componente de capital estrangeiro, como, por exemplo, os dos Estados Unidos, Rússia e Canadá. Alguns países, porém, importaram grandes quantias de capital estrangeiro por longos períodos, que indiscutivelmente contribuíram para criar as precondições para o arranco sem de fato o iniciar, como, por exemplo, a Argentina antes de 1914, a Venezuela até estes últimos anos, o Congo Belga no momento atual (\*).

Em resumo, qualquer que seja o papel das importações de capital, as precondições para o arranco abrangem uma capacidade inicial para mobilizar economias internas produtivamente, assim como uma estrutura que subsequente permite uma elevada taxa marginal de poupança.

Esta definição visa antes a caracterizar a fase inicial, em que se firma a industrialização, do que a fase posterior em que esta se torna um fenômeno mais maciço e estatisticamente mais impressionante. Na Grã-Bretanha, por exemplo, não há dúvida de que foi entre 1815 e 1850 que a industrialização assumiu sua plena influência. Se o critério escolhido para o arranco se referisse ao período de mais rápido crescimento industrial em geral ou ao em que a indústria em grande escala chegou à maturidade, nossas datas de arranco teriam de ser tôdas transpostas para mais tarde: da Grã-Bretanha, por exemplo, para 1819-48; dos Estados Unidos, para 1868-93; da Suécia, para 1890-1920; do Japão, para 1900-20; da Rússia,

---

(\*) Este livro foi escrito antes da proclamação da Independência da República do Congo e dos tumultuosos acontecimentos que ali vêm tendo lugar. (N. do T.).

para 1928-40. Optamos aqui pelas primeiras datas porque cremos que as transformações decisivas (inclusive uma alteração decisiva da taxa de investimento) ocorrem nas primeiras fases industriais, e a ulterior maturidade industrial pode ser rastreada a partir das fundações lançadas nessas primeiras fases.

Esta definição também se destina a excluir do arranco o progresso econômico assaz substancial que pode sobrevir numa economia antes de se pôr em marcha um processo genuíno de crescimento autônomo. Considere-se, por exemplo, a expansão econômica britânica entre, digamos, 1750 e 1783; a russa entre, digamos, 1861 e 1890 e a canadense entre 1867 e os meados da década de 1890. Esses períodos — para os quais há correspondentes na história econômica de quase toda economia em crescimento — foram marcados por acontecimentos extremamente importantes, e mesmo decisivos. A rede de transportes expandiu-se, e com ela o comércio interno e externo; foi, pelo menos iniciada, uma revolução na produtividade agrícola; foram criadas novas instituições para mobilizar a poupança conseguida; uma classe de homens de empresa comerciais e até industriais começou a despontar; o empreendimento industrial em escala limitada (ou em setores limitados) cresceu. E, no entanto, por mais essenciais que fôsem esses períodos pré-arranco para o desenvolvimento ulterior, sua escala e impulsão foram insuficientes para transformar radicalmente a economia, ou, em certos casos, para superar o crescimento demográfico e dar lugar a um aumento no volume da produção *per capita*.

Conscientes da grande violência cometida contra a história econômica, estamos aqui buscando isolar um período em que a escala da atividade econômica produtiva atinge um nível crítico e ocasiona mudanças que conduzem a transformações maciças e progressivas na estrutura das economias e das sociedades de que são parte, e que devem ser antes encaradas como variações qualitativas e não quantitativas.

## PROVAS DAS TAXAS DE INVESTIMENTO NO ARRANCO

A concepção do arranco apóia-se, em parte, nas provas quantitativas sobre a escala e a produtividade do investimento com relação ao crescimento demográfico. Nisto, enfrentamos um problema difícil: os dados referentes ao investimento geralmente inexistem no que tange às fases primitivas da história econômica. Abaixo, expomos um caso assim, no que toca à passagem de uma taxa de investimento produtivo de cerca de 5% do PNL para 10% ou mais, como característica do processo.

### 1. *Um caso de "prima facie"*

Se tomarmos a razão capital-produção marginal, para uma economia em seus primeiros estágios de desenvolvimento como 3,5:1, e se supusermos, o que não é anormal, um aumento de população de 1 a 1,5% ao ano, está claro que algo entre 3,5 e 5,25% do PNL tem de ser investido sistematicamente para ser mantido o PNL *per capita*. Um incremento de 2% ao ano no PNL *per capita* exige, partindo destas suposições, que algo entre 10,5 e 12,5% do PNL seja sistematicamente investido. Por definição e hipótese, portanto, uma transição do aumento relativamente estagnado para o aumento regular e substancial do PNL *per capita*, em condições demográficas típicas, impõe que a proporção do produto nacional investido produtivamente passe das vizinhanças dos 5% para as dos 10%.

### 2. *O caso sueco*

No apêndice a seu estudo das diferenças internacionais de formação de capital, Kuznets fornece dados de formação de capital bruto e líquido com referência ao produto nacional bruto e líquido, para um número considerável de países para os quais existem dados estatísticos razoáveis. Excetuando-se a Suécia, esses dados não recuam claramente até as fases do

pré-arranco (\*). Os dados suecos começam pela década 1861-1870; e o arranco sueco deve ser datado dos últimos anos daquela, conforme se mostra no Quadro 2. (FCB: Formação do Capital Bruto; PNB: Produto Nacional Bruto; FCL: Formação do Capital Líquido; FCBI: Formação do Capital Bruto Interno.)

(\*) Os dados dinamarqueses são marginais. Começam com a década de 1870-1879, provavelmente a primeira do arranco propriamente dito. Indicam taxas de formação de capital bruto e líquido interno bem acima de 10%. Em face do esboço da economia dinamarquesa apresentado no trabalho de Kjeld Bjerke, "Preliminary Estimates of the Danish National Product from 1870-1950" (mimeografado previamente para a Conferência de 1953 da Associação Internacional de Pesquisa sobre Renda e Riqueza), págs. 32-34, parece provável que o prosseguimento das pesquisas permitirá identificar os anos 1830-1870 como o período em que as condições se firmaram ativamente e 1870-1900 como o período do arranco. Esta opinião tem a seu favor diversas e bem aproximadas estimativas da riqueza nacional dinamarquesa que revelam um aumento notável da formação de capital entre 1864 e 1884.

*Estimativas da Riqueza Nacional da Dinamarca*

	<i>1.000 milhões de kröner</i>	<i>Fonte</i>
1864	3,5	Falbe-Hansen, <i>Danmarks statistik</i> (1885).
1884	6,5	Falbe-Hansen, <i>op. cit.</i>
1899	7,2	Comissão de impostos de 1903.
1909	10,0	Jens Warming, <i>Danmarks statistik</i> (1913).
1927	24,0	Jens Warming, <i>Danmarks ehrvervs- or samfundsliv</i> (1930).
1939	28,8	Comissão de peritos econômicos de 1943, ( <i>Oekonomiske efterkrigsproblemer</i> (1945)).
1950	54,5	N. Banke, N. P. Jacobsen e Vedel-Petersen, <i>Danske ehrversliv</i> (1951).

(Fornecido em correspondência por Einar Cohn e Kjeld Bjerke. Deve ser novamente sublinhado, contudo, que estamos trabalhando com uma hipótese cujas fundações empíricas, no que toca a estatísticas, são ainda fragmentárias.)

## QUADRO 2

### Quadro de cálculos de Kuznets para a Suécia

Década	FCB/PNB	GCL/PNL	Depreciação para FCBI (%)
	Interno (%)	Interno (%)	
1. — 1861-70	5,8	3,5-	(42)
2. — 1871-80	8,8	5,3	(42)
3. — 1881-90	10,8	6,6	(42)
4. — 1891-1900	13,7	8,1	43,9
5. — 1901-10	18,0	11,6	40,0
6. — 1911-20	20,2	13,5	38,3
7. — 1921-30	19,0	11,4	45,2

*Nota* (de Kuznets): Baseado em estimativas de Eric Lindahl, *op. cit.*, partes I e II, especialmente os pormenores da Parte II. Estes totais básicos da formação de capital excluem variações dos inventários. Embora os totais brutos provenham dos volumes acima referidos, não foi computada a depreciação para as três primeiras décadas. Supusemos que ela tenha constituído 42% da formação de capital bruto interno.

### 3. O caso canadense

Os dados referentes ao Canadá, fornecidos por O. J. Firestone (\*), indicam uma transição similar para a formação

---

(\*) O. J. Firestone, *Canada's Economic Development, 1867-1952, with Special Reference to Changes in the Country National Product and National Wealth*, trabalho preparado para a Associação Internacional de Pesquisa sobre Renda e Riqueza (1953), para o qual o Sr. Firestone forneceu-me algumas correções, e a ser publicado brevemente. Em 1900, o Canadá já tinha cerca de 29 mil quilômetros de linha férrea, mas o território por ela servido só progredira muito pouco. Nessa época, também, o Canadá possuía um saldo líquido de dívida estrangeira superior a um bilhão de dólares. Embora esse número quase quadruplicasse nos dois de-

de capital líquido em seu arranco (digamos, 1896-1914); todavia, a proporção do investimento bruto a partir da época da Confederação até meados da década de 1890 foi mais elevada do que a que parece ter assinalado outros períodos, em que se estabeleceram as condições, devido ao investimento na rede ferroviária (anormalmente vasta para uma nação com a população do Canadá) e ao investimento estrangeiro relativamente vultoso, mesmo antes do grande surto de importação de capitais da década pré-1914 (Ver Quadro 3).

### QUADRO 3

*Canadá: investimento bruto e líquido em bens físicos duráveis, sob a forma de percentagem dos gastos nacionais brutos e líquidos*

(para anos selecionados)

	FCB/PNB	FCL/PNL	Consumo de capital como percentagem do investimento bruto
1870	15,0	7,1	56,2
1900	13,1	4,0	72,5
1920	16,6	10,6	41,3
1929	23,0	12,1	53,3
1952	16,8	9,3	49,7

#### 4. Configuração das provas contemporâneas em geral (\*)

Nos anos seguintes a 1945, cresceu o número de países sobre os quais se dispõe de dados razoáveis referentes à renda

---

cênios seguintes, as importações de capital representaram um importante incremento para as fontes internas de capital, a partir do período da Confederação até o surto canadense anterior a 1914, que começou nos meados da década de 1890.

(\*) Devo ao Sr. Everett Hagen os dados estatísticos desta secção do livro, a não ser quando expressamente indicada outra fonte.

nacional (ou ao produto nacional) e, com isso, surgiram algumas estimativas aceitáveis acerca da poupança e do investimento para países em fases diferentes do processo de desenvolvimento. Dentro da categoria de nações usualmente agrupadas como "subdesenvolvidas", podemos distinguir quatro tipos (\*).

(a) Economias de pré-arranco, em que as taxas aparentes de poupança e investimento, incluindo limitadas importações de capital líquido, provavelmente ficam abaixo de 5% do produto nacional líquido. De maneira geral, os dados sobre esses países não são satisfatórios e a opinião que se forme acerca de ser baixa a formação de capital neles tem de apoiar-se em dados fragmentários e julgamento em parte subjetivo. Exemplos são a Etiópia, o Quênia, a Tailândia, o Camboje, o Afeganistão e, talvez, a Indonésia (\*\*).

(b) Economias que tentam arrancar, onde as taxas aparentes de poupança e investimento, inclusive importações restritas de capital líquido, subiram a mais de 5% do produto

---

(\*) As percentagens dadas são da formação de capital líquido relativamente ao produto interno líquido. Este último é o produto líquido da depreciação da área geográfica, incluindo o valor do volume físico da produção da área, sem levar em conta se a renda vai para o estrangeiro. Como os impostos indiretos não são deduzidos, ele tende a ser maior do que a renda nacional; por isso, as percentagens são inferiores ao que seriam se a renda nacional fosse usada como denominador em seu cálculo.

(\*\*) A Repartição de Pesquisas de Informação (Office of Intelligence Research) do Departamento de Estado norte-americano dá as seguintes taxas estimadas de investimento (presumivelmente bruto) em relação ao PNB em seu Relatório N.º 6.672 de 25 de agosto de 1954, pág. 3, baseadas nos mais recentes dados de que dispunha na ocasião, para países que provavelmente se enquadram na categoria pré-arranco:

Afeganistão	5%	Paquistão	6%
Ceilão	5%	Indonésia	5%

nacional líquido (\*). Por exemplo, México (1950), Formação de Capital Líquido/ Produto Interno Líquido: 7,2%; Chile (1950), FCL/PIL: 9,5%; Panamá (1950), FCL/PIL: 7,5%; Filipinas (1952), FCL/PIL: 6,4%; Pôrto Rico (1952), FCL (particular)/ PIL: 7,6%; Índia (1953), FCL/PIL: cêrca de 7% talvez. Quanto ao período de arranco ter bom êxito, na maioria dêstes casos ainda está para se ver, conquanto o México, pelo menos, pareça ter ultrapassado êsse divisor de águas histórico.

(c) Economias crescentes, em que as taxas aparentes de poupança e investimento, inclusive importações restritas de capital líquido, atingiram 10% ou mais; por exemplo, a Colômbia (1950), FCL/PIL: 16,3%.

(d) Economias "císticas" abrangendo:

(1) Casos em que as taxas aparentes de poupança e investimento, incluindo substanciais importações de capital líquido, atingiram 10% ou mais, mas em que as precondições internas para crescimento regular não foram ainda alcançadas. Estas economias, associadas a grandes indústrias de exportação, carecem da terceira condição para o arranco sugerido acima. Compreendem o Congo Belga (1951), FCL/PIL: 21,7%; Rodésia do Sul (1950), FCB/PIB: 45,5%, (1952), FCB/PIL: 45,4%.

---

(\*) As estimativas do Departamento de Estado (ibid.) para economias que estão tentando arrancar, ou que, talvez, tenham já entrado em um período de crescimento sistemático, abrangem:

	%		%
Argentina	13	Colômbia	14
Brasil	14	Filipinas	8
Chile	11	Venezuela	23

Durante algum tempo a Venezuela foi uma "economia encravada", com uma elevada taxa de investimento concentrada em um setor moderno de exportação cujo crescimento não deu lugar a uma impulsão generalizada da economia venezuelana; nos últimos anos, porém, talvez a Venezuela haja passado para a categoria das economias que estão experimentando um verdadeiro arranco.

(2) Casos em que as exportações de capital líquido são grandes. Por exemplo, Birmânia (1938), FCL/PIL: 7,1%; exportações de capital líquido/PIL: 11,5%; Nigéria (1950-51), FCL/PIL: 5,1%; exportações de capital líquido/PIL: 5,6%.

##### 5. Os casos da Índia e da China comunista

Os dois casos mais notáveis de economias contemporâneas que tentam deliberadamente arrancar são a Índia e a China comunista, ambas agindo dentro de planejamentos nacionais. O Primeiro Plano Quinquenal da Índia projetou o processo de desenvolvimento, concebido a partir de hipóteses semelhantes às constantes do parágrafo 1, linhas atrás. A Comissão de Planejamento indiana estimou o investimento em 5% do PNL no ano inicial do plano, 1950-51 (\*). Usando uma razão capital-produto marginal igual a 3:1, ela teve como fito uma taxa de poupança marginal de 20% para o Primeiro Plano Quinquenal e de 50% daí em diante, até 1968-69, quando a proporção média da renda investida se nivelará nos 20% do PNL. Como era de esperar, a composição setorial desse processo não é totalmente abordada no plano inicial, mas a tentativa indiana bem poderá ser lembrada na história econômica como a primeira arrancada definida *ex ante* em termos do produto nacional.

No que toca a totais, o que podemos dizer é que os dados projetados da Índia ficarão perfeitamente dentro do âmbito da hipótese de *prima facie* e da experiência histórica, se a Índia de fato satisfizer inteiramente os requisitos para o arranco. Os dados da China comunista são um tanto mais ambiciosos, quer para a agricultura quer para a indústria.

Em 1959, a impulsão obtida nos últimos seis anos na China parece um pouco maior que na Índia, mas levará algum tempo até que se possam encarar com confiança os relatórios dos progressos alcançados nos dois países — mor-

---

(\*) Government of India, Planning Commission, *The First Five-Year Plan* (1952), Vol. I, cap. I.

mente com respeito ao desenvolvimento agrícola, que em ambos tem de desempenhar papel tão saliente. O que se pode dizer é que os planos de ambos os países, em suas metas de investimento global e de composição setorial, são compatíveis com as exigências para o arranco; e talvez o mais importante seja que o empenho de ambas as sociedades em se modernizarem parece ser por demais profundo para permitir mais do que meros retrocessos temporários.

### ESTRUTURA INTERNA DO ARRANCO

Quaisquer que sejam a importância e a virtude de apreciar-se o arranco em termos macroeconômicos — abarcando o volume da produção nacional, a proporção desse volume que é investida e uma razão de capital-produto marginal agregada — tal método de abordagem diz-nos relativamente pouco do que de veras sucede e dos processos causativos em ação num arranco; tampouco é conclusivo o critério da taxa de investimento.

Seguindo a definição de arranco, temos de considerar não apenas como surge um aumento da taxa de investimento, simultaneamente sob os pontos de vista da oferta e da procura, mas de que modo setores fabris de crescimento rápido aparecem e imprimem seus impulsos primários e secundários de desenvolvimento à economia.

Talvez o que haja de mais relevante a dizer a respeito do comportamento destas variáveis nos casos históricos de arranco é que se revestiram de inúmeras formas. Não há um modelo exclusivo. A taxa e a produtividade do investimento podem aumentar, e as conseqüências deste aumento podem ser difundidas, através de um processo generalizado e automático de desenvolvimento, por muitas e diversas vias técnicas e econômicas, sob a égide de dispositivos políticos, sociais e culturais, impulsionados por uma enorme variedade de motivações humanas.

A finalidade dos parágrafos que vêm a seguir é indicar, sumariamente, e só a título de exemplificação, certos elementos

de uniformidade, assim como de diversidade, das variáveis cujo movimento influenciou a estrutura interna do arranco.

## DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS

De um modo geral, os fundos para os empréstimos necessários ao financiamento do arranco provieram de duas espécies de fontes: de deslocações do controle dos fluxos de renda, incluindo variações da distribuição desta e de importações de capital, e do reinvestimento dos lucros em determinados setores de crescimento rápido.

A idéia de desenvolvimento econômico decorrendo de variações da renda recebida por aqueles que gastarão (entesourarão (\*) ou emprestarão) menos produtivamente do que os que gastarão (ou emprestarão) mais produtivamente, é uma das idéias mais antigas e básicas da Economia. Ela é fundamental, por exemplo, na *Riqueza das Nações* (\*\*).

Históricamente, as variações da renda favoráveis ao desenvolvimento econômico assumiram múltiplas formas. No Japão da dinastia Meiji e também na Rússia czarista, a substituição por obrigações do governo dos quinhões que os grandes proprietários de terras recebiam no fluxo dos pagamentos de arrendamentos conduziu a uma redistribuição da renda altamente smithiana para as mãos dos que agiam no setor moderno. Em ambos os casos, o valor real das obrigações do

---

(\*) O entesouramento, está claro, pode ser útil no processo do desenvolvimento ao reduzir o consumo e liberar recursos para investimento, se, de fato, pessoas ou instituições que não entesouraram captarem os recursos e tiverem a vontade de ampliar o investimento produtivo. Evidentemente não é indispensável uma transferência direta da renda.

(\*\*) Ver, especialmente, as observações de Adam Smith acerca da "perversão" da riqueza pela "prodigalidade" — isto é, improdutividade das despesas com o consumo — e das virtudes da "parcimônia" que transfere a renda para os que aumentarão "o fundo que se destina à manutenção das mãos produtivas." Edição Routledge (London, 1890), págs. 259-60.

governo foi trocado por terras depreciadas e, em geral, os proprietários feudais saíram com menos do que a princípio parecia ter-lhes sido oferecido. À parte o efeito-confisco, dois impulsos positivos brotaram da reforma agrária: o próprio Estado usou a massa de pagamentos em mãos dos camponeses, assim desviada da posse dos proprietários agrários, para atividades que estimulavam o desenvolvimento econômico, e um certo número dos antigos proprietários de terras, dotado de maior iniciativa, investiu diretamente no comércio e na indústria. Na Índia e na China contemporâneas, observamos graus bem diferentes de transferência de renda por esse meio. A Índia está confiando apenas de modo bem limitado na eliminação das grandes rendas gastas improdutivamente pelos opulentos proprietários de terras; se bem que esse elemento figure em escala reduzida em seu programa. A China comunista transferiu sistematicamente tôdas as aglomerações de capital não-oficiais para as mãos do Estado, por uma série de impostos sobre o capital ostensivos ou parcamente disfarçados, e está obtendo recursos financeiros maciços da massa de camponeses remediados ou pobres ainda remanescentes (\*).

Em acréscimo aos artifícios confiscatórios e de tributação, que podem agir eficazmente, quando o Estado está gastando mais produtivamente do que os indivíduos sobre os quais recaem os impostos, a inflação foi importante em diversos arrancos. Na Grã-Bretanha dos fins da década de 1790, nos Estados Unidos da de 1850, no Japão da de 1870, não há dúvida que a formação de capital foi auxiliada pela inflação dos preços, que transferiu recursos do consumo para os lucros.

A transferência de renda para mãos mais produtivas, é natural, foi auxiliada, através da história, não só pelo governo, por meio de medidas fiscais, mas também por bancos e mercados de capitais. Praticamente sem exceção alguma, os períodos de arranco têm sido assinalados pela ampliação das

---

(\*) W. W. Rostow *et al.*, *Prospects for Communist China* (New York and London, 1954), Parte 4.

instituições bancárias que expandiram a oferta de capital de giro e, na maioria dos casos, também por uma expansão no sentido do financiamento a longo prazo, feito por um mercado central de capital, organizado oficialmente.

Embora estas funções de oferta de capital do Estado e das instituições privadas tenham sido importantes para o arranco, elas tendem a provar, num exame mais metuculoso, que uma condição necessária para o arranco foi a existência de um ou mais setores em rápido crescimento cujos homens de empresa (públicos ou privados) reinvestiam proporção muito elevada dos lucros em novos empreendimentos. Ou, por outras palavras, o aspecto da procura no processo do investimento, mais bem do que a oferta de fundos para empréstimo, talvez seja o elemento decisivo do arranco, ao contrário do período de criação das precondições ou de sustentar o desenvolvimento uma vez em marcha. A diferença histórica é às vèzes difícil de estabelecer, máxime quando o Estado age simultâneamente para mobilizar recursos financeiros e para desempenhar ações empresárias em grande escala. Há, não obstante, períodos da história econômica em que aperfeiçoamentos assaz substanciais na maquinaria da oferta de capital não logram, por si sós, iniciar um arranco, mas recaem no período de criação das precondições: por exemplo, as inovações bancárias da Inglaterra no século anterior a 1783 e as da Rússia anterior a 1890.

Uma modalidade extremamente importante do processo de reinvestimento ocorreu por intermédio do comércio estrangeiro. Economias em desenvolvimento criaram com seus próprios recursos naturais grandes indústrias de exportação, e a rápida expansão das exportações foi usada para financiar a importação de equipamento básico e atender ao serviço da dívida externa durante o arranco. Nos Estados Unidos, na Rússia e no Canadá êsse papel foi desempenhado pelos cereais; na Suécia, pela madeira e polpa de madeira; no Japão, pela sêda, etc. Presentemente, as exportações chinesas para o bloco comunista, arrancadas a duras penas administrativas e humanas do setor agrícola, desempenham essa função crucial. Cumpre observar que o desenvolvimento

dêses setores de exportação não garantiu, por si mesmo, a formação acelerada de capital. O aumento de disponibilidades em moeda estrangeira tem sido usado em muitos casos conhecidos para financiar entesouramentos (como no famoso caso das importações indianas de metal em barra) ou despesas de consumo improdutivas.

Um mecanismo viável para induzir um alto índice de reinvestimento é uma expansão acelerada da procura concreta de bens de consumo de fabricação nacional, que levará para as mãos de homens de empresa diligentes uma proporção crescente da renda em circunstâncias que os farão ampliar sua própria capacidade e incrementar suas necessidades de matérias-primas, produtos semimanufaturados e componentes manufaturados.

Um último elemento para a oferta de recursos financeiros é, naturalmente, a importação de capital. O capital estrangeiro exerceu papel importante na fase de arranco de muitas economias: por exemplo, dos Estados Unidos, Rússia, Suécia e Canadá. Os casos da Grã-Bretanha e do Japão indicam, entretanto, que isso não pode ser visto como condição indispensável. O capital estrangeiro foi útil sobretudo quando a construção de estradas de ferro ou outros empreendimentos maciços de capital social fixo, com longo período de gestação, desempenhavam parte destacada no arranco ou na fase final do período de condições. Qualquer que seja seu papel estratégico, a proporção do investimento necessário ao desenvolvimento que vai para a indústria é relativamente pequena em comparação com a exigida pelas empresas de serviços públicos, transportes e habitações para as populações urbanas ampliadas. E o capital estrangeiro pode ser muitíssimo valioso ao ajudar a sustentar o ônus dêstes empreendimentos de capital fixo, seja direta seja indiretamente.

Que se pode dizer, então, de modo geral, quanto à oferta de recursos financeiros durante o período do arranco? Primeiramente, como condição, parece necessário que os excedentes conseguidos na comunidade, acima do nível do consumo em massa, não corram para as mãos de quem os esterilize pelo simples entesouramento, consumo sibarítico ou

despesas com investimentos de baixa produtividade. Em segundo lugar, como pré-condição, parece de mister que sejam criadas instituições para proporcionar capital de giro barato e suficiente. Em terceiro lugar, ainda como condição necessária, parece que um ou mais setores têm de crescer rapidamente, induzindo um processo de industrialização mais generalizada, e que os homens de empresa dêsses setores reinvestam uma proporção substancial dos lucros em novos investimentos produtivos, de que um exemplo possível e reiterado é o investimento das receitas auferidas num setor de exportação em rápido crescimento.

Os artifícios, confiscatórios e fiscais, para assegurar a primeira e a segunda pré-condições têm variado através da História. E, como abaixo se indica, os tipos de setores fabris líderes que serviram para iniciar o arranco têm diferido grandemente. Por fim, afluxos de capital estrangeiro se mostraram, em casos expressivos, extremamente importantes para a arrancada, particularmente quando se necessitou de grandes somas para construção de obras de capital social fixo e de longa gestação. Todavia, tem havido arrancos baseados quase exclusivamente em fontes financeiras internas.

#### FONTES DE CAPACIDADE DE INICIATIVA

É evidente que o arranco exige a existência e a atividade bem sucedida de um grupo da sociedade que esteja preparado para aceitar inovações. Como se observou linhas atrás, a dificuldade da direção de empreendimentos na arrancada não foi grande em um grupo limitado de ricas nações agrícolas, cujas populações se originaram, através da emigração, sobretudo do Noroeste da Europa. Nelas, o problema do arranco foi primordialmente econômico; ao aparecerem os incentivos econômicos para a industrialização, grupos comerciais e bancários assumiram com facilidade a direção dos empreendimentos industriais. Em muitos outros países, contudo, a formação da capacidade de iniciativa apropriada foi um processo social mais árduo.

Impelido por determinada motivação humana, um grupo tem de aperceber-se de que é não só possível como útil realizar investimentos de capitais, e que, para seus esforços serem aceitavelmente bem sucedidos, devem agir com certa racionalidade ao escolher as direções em que lançar suas iniciativas. Não devem apenas produzir desenvolvimento, mas também desenvolvimento razoavelmente equilibrado. Não podemos afirmar exatamente que devem agir como se estivessem visando a maximizar os lucros; pois que o critério de máximos lucros privados nem sempre coincide com os critérios de uma taxa e padrão ótimos de desenvolvimento nos vários setores. Todavia, numa economia em desenvolvimento, durante períodos maiores que o ciclo econômico, a história econômica é razoavelmente tolerante para com os desvios da racionalidade, na acepção de que a capacidade excedente será afinal posta a produzir. Deixando de lado, no momento, a questão da motivação humana fundamental, e imaginando que os principais empreendimentos de capital social fixo são gerados, se necessário, por certa forma de iniciativa estatal (inclusive subsídio), podemos dizer, numa primeira aproximação, que deve surgir um grupo vitorioso que se porte como se fôra impelido pela motivação do lucro, numa economia dinâmica com funções de produção sempre mutáveis.

A êste propósito, é cada vez mais convencional que os economistas apresentem seus cumprimentos à ética protestante (\*). O historiador não deve mostrar-se ingrato a esta luz no horizonte sombrio dos modelos oficiais de desenvolvimento. Contudo, os casos conhecidos de desenvolvimento econômico que a teoria deve procurar explicar levam-nos para além da órbita do protestantismo. Num mundo em que samurais, persas, judeus, italianos da região Norte, turcos, russos e funcionários públicos chineses (assim como huguenotes, escoceses e ingleses da região Norte) desempenharam o papel de elite dirigente do desenvolvimento econômico, não

---

(\*) Ver, por exemplo, N. Kaldor, "Economic Growth and Cyclical Fluctuations", *Economic Journal* (março, 1954), pág. 67.

há como fazer João Calvino suportar todo o ônus. Mais ainda, a alusão a uma escala positiva de valores religiosos ou outros que conduzam à maximização de lucros é insuficiente base sociológica para esse importante fenômeno. O que parece imperioso para a emergência dessas elites não é simplesmente um sistema de valores adequado, mas duas outras condições: primeira, a de que a nova elite deva sentir-se impedida de seguir os caminhos convencionais para alcançar prestígio e poder, dentro da sociedade tradicional e menos aquisitiva de que ela faz parte; segunda, a sociedade tradicional deve ser suficientemente flexível (ou débil) para permitir a seus membros que busquem o progresso material (ou o poder político) como uma via de ascensão oposta ao conformismo.

Apesar de parecer indispensável uma classe de elite empresária para o arranco, com poder suficiente sobre os fluxos de renda global e as decisões de investimento industrial, a maioria das arrancadas têm sido precedidas ou acompanhadas de uma transformação radical das técnicas agrícolas e da organização mercantil. Dum modo lato, o homem de empresa agrícola tem sido o fazendeiro, proprietário individual de suas terras. Uma exigência para o arranco, por conseguinte, é uma classe de fazendeiros dispostos e aptos a corresponder às possibilidades que lhes são abertas pelas novas técnicas, novas modalidades de utilização da terra, novos meios de transporte, e novas formas de organização do mercado e do crédito. Uma pequena elite resoluta pode fazer muito para iniciar o desenvolvimento econômico; contudo, especialmente na agricultura (e até certo ponto na mão-de-obra industrial), deve sobrevir uma revolução de atitudes com bases mais amplas.

Seja o que for que ulteriores pesquisas venham a revelar acerca dos motivos que levaram os homens aos empreendimentos construtivos do período do arranco, isto parece certo: tais motivos variaram grandemente, de uma sociedade para outra, e poucas vezes têm sido, se é que jamais o foram, motivos de caráter puramente material.

## SETORES LÍDERES DO ARRANCO

Consoante se alvitrou no fim do capítulo II, o ritmo global de desenvolvimento de uma economia deve ser encarado, em primeiro lugar, como consequência das diferentes taxas setoriais de desenvolvimento daquela economia, taxas essas que derivam em parte de certos fatores globais de procura (por exemplo, população, renda dos consumidores, gostos, etc.), e em parte dos efeitos primários e secundários da variação dos fatores da oferta, quando estes são efetivamente explorados.

Sob este ponto de vista, os setores de uma economia podem ser grupados em três categorias:

1 — Setores de desenvolvimento primário, em que as possibilidades de inovação, ou de aproveitamento de recursos que há pouco se tornaram lucrativos, ou que até então permaneciam inexplorados, ocasionam um elevado índice de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, desencadeiam forças expansionistas em outras áreas da economia.

2 — Setores de desenvolvimento suplementar, em que ocorre progresso rápido como resposta direta a — ou exigência de — um progresso nos setores de desenvolvimento primário; por exemplo, carvão, ferro e engenharia em função das estradas de ferro. Estes setores talvez tenham de ser rastreados até fases muito anteriores da economia.

3 — Setores de desenvolvimento derivado, em que o progresso se dá numa relação razoavelmente constante com o crescimento da renda real total, população, produção industrial ou outra qualquer variável global, de crescimento modesto. A produção de alimentos em relação à população e a disponibilidade de habitação em relação à formação da família são relações derivadas clássicas dessa espécie.

Nos primeiros estágios do desenvolvimento, os setores de desenvolvimento primário e suplementar recebem seu impulso sobretudo da introdução e disseminação de modificações de atitude quanto à oferta e aos custos (por sua vez, está

claro, parcialmente influenciada pelas variações da procura), ao passo que os setores de desenvolvimento derivado se vinculam essencialmente às variações da procura (embora também sujeitos às variações contínuas das funções de produção de natureza menos espetacular). Na era do consumo em massa, os setores líderes ficam mais na dependência dos fatores da procura do que nas fases iniciais, conforme se vê no capítulo VI.

Em qualquer época, parece que, mesmo numa economia amadurecida e em desenvolvimento, o impulso progressista é sustentado como resultado da expansão rápida de um número reduzido de setores primários, cuja ampliação tem efeitos significativos nas economias externas e outros efeitos secundários. Assim visto, o comportamento dos setores durante o arranco nada mais é que uma versão especial do processo de desenvolvimento em geral; ou, por outras palavras, o desenvolvimento se processa por meio da repetição incessante, segundo diferentes padrões, com diferentes setores mais destacados ou líderes, da experiência do arranco. Como esta, o desenvolvimento a longo prazo impõe que a sociedade não só gere vastas quantias de capital para depreciação e manutenção, para habitação e para uma complementação balanceada dos serviços públicos e outros fatores básicos, mas ainda uma série de setores primários altamente produtivos, crescendo velozmente, baseados em novas funções de produção. Somente assim se conserva baixa a razão capital-produto marginal agregada.

Nisto, igualmente, a História apresenta-se sumamente variável: uma gama enorme de setores parece ter desempenhado êsse papel decisivo no processo do arranco.

A criação de uma indústria de tecidos de algodão, suficiente para satisfazer as necessidades internas, via de regra não proporcionou um impulso suficiente por si mesmo para desencadear um processo automático de desenvolvimento. O aparecimento de modernas indústrias de tecidos de algodão a fim de substituir os produtos importados tem marcado, mais caracteristicamente, o período de pré-arranco, como por exemplo na Índia, China e México.

Há, no entanto, a famosa exceção da revolução industrial da Grã-Bretanha. O quadro de Baine (\*) sôbre importações de algodão bruto e seus comentários a respeito merecem citados, já que tratam do setor líder original do primeiro arranco (Ver Quadro 4).

#### QUADRO 4

*Índice do aumento das importações de algodão cru, em decênios, de 1741 a 1831 (%)*

1741-51	81	1791-1801	67,5
1751-61	21,5	1801-11	39,5
1761-71	25,5	1811-21	93
1771-81	75,75	1821-31	85
1781-91	319,5		

Desde 1697 até 1741, o aumento foi insignificante; entre 1741 e 1751, a manufatura, embora ainda de escassas proporções, deu um salto apreciável; durante os vinte anos seguintes, o incremento foi moderado; de 1771 a 1781, por causa da invenção do teor mecânico e do bastidor hidráulico, teve lugar um aumento brusco: nos dez anos de 1781 a 1791, aquêles que se seguiram imediatamente à invenção da máquina de fiação e ao término da patente de Arkwright, o índice de progresso foi prodigiosamente acelerado, chegando a quase 320%. Daquela época até hoje, e especialmente a partir do fim da guerra, o aumento, embora consideravelmente moderado, tem sido rápido e constante, muito além de todos os precedentes de quaisquer outras manufaturas.

Por que a criação de um sistema moderno de fábricas de tecidos de algodão conduziu, na Grã-Bretanha, a um processo autônomo de desenvolvimento, enquanto isso não ocorreu em outros casos semelhantes? Parte da resposta reside no fato de que ao fim do século XVIII as condições para o arranco estavam plenamente satisfeitas na Grã-Bretanha. O progresso nos têxteis, no carvão, no ferro e mesmo na força motriz do vapor fôra considerável durante aquêlê século; ademais, o

(\*) E. Baines, *History of the Cotton Manufacture* (London, 1835), pág. 348.

ambiente social e institucional era propício. Outros dois elementos técnicos, todavia, ajudaram a determinar aquêles desfecho. Primeiramente, a indústria britânica de tecidos de algodão era vasta em comparação com as dimensões totais da economia nacional. Desde seus começos modernos, mas notadamente a partir de 1780, uma proporção muito elevada do total da produção de têxteis de algodão se encaminhou para o estrangeiro, atingindo 60% na década de 1820 (\*). A evolução dessa indústria foi um fato mais poderoso, com repercussões secundárias mais amplas, do que se tivesse apenas atendido às necessidades internas. O empreendimento industrial em semelhante escala acordou reações secundárias no desenvolvimento das áreas urbanas, na procura de carvão, ferro e maquinaria, na procura de capital de giro e, mormente, na de transporte barato, que estimularam muito o progresso industrial em outras direções (\*\*).

O outro elemento foi uma fonte de procura concreta para a expansão célere dos tecidos de algodão britânicos ter sido proporcionada, em primeiro lugar, pela abrupta redução dos custos e preços reais que se seguiu aos aperfeiçoamentos tecnológicos da fabricação e ao barateamento do custo real do algodão cru produzido pelo descaroçador de algodão. Nisto, a Grã-Bretanha obteve uma vantagem não desfrutada pelos que chegaram depois, pois êstes apenas substituíram têxteis de algodão de fabrico estrangeiro pelos nacionais. A

---

(\*) O volume (valor oficial) de exportação britânica de artigos de algodão elevou-se de 355.060 libras esterlinas em 1780 para 7.624.505 em 1802 (Baines, *op. cit.*, pág. 350). Ver, também, os cálculos de R. C. O. Matthews, *A Study in Trade Cycle History* (Cambridge, 1954), págs. 127-129.

(\*\*) Se nos dispusermos a considerar a economia da Nova Inglaterra, na primeira metade do século XIX, como independente, seu arranco para o desenvolvimento contínuo pode ser fixado, grosso modo, no período de 1820-50; uma vez mais, uma indústria têxtil de algodão desproporcionalmente grande, baseada substancialmente em exportações (isto é, da Nova Inglaterra para o resto dos Estados Unidos) é o alicerce regional do desenvolvimento contínuo.

substituição indiscutivelmente exerceu importantes efeitos secundários, ao introduzir um setor industrial moderno e libertar, em compensação, um acervo de cambiais estrangeiras para outros fins; não houve, porém, nenhuma queda brusca no custo real de aquisição de têxteis de algodão, nem um aumento equivalente na renda real.

A introdução da estrada de ferro foi historicamente o mais poderoso gerador isolado de arrancos (\*). Foi decisiva nos Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá e Rússia; exerceu papel extremamente importante nos casos sueco, japonês e outros.

A ferrovia representou três tipos principais de impacto no desenvolvimento econômico, no decurso do período do arranco. Primeiro, diminuiu os custos de transporte interno, trouxe novas áreas e produtos para os mercados comerciais, e, dum modo geral, desincumbiu-se da função smithiana de ampliar o mercado. Segundo, foi um requisito prévio em muitos casos para a criação de um novo e importante setor de exportação de crescimento rápido, que, a seu turno, serviu para produzir capital para o progresso interno, como, por exemplo, as estradas de ferro norte-americanas antes de 1914. Terceiro, e talvez mais importante para o arranco propriamente dito, o estabelecimento de ferrovias levou ao de modernas indústrias carboníferas, siderúrgicas e de engenharia. Em muitos países, o crescimento dos modernos setores industriais básicos pode ter suas origens precisamente marcadas pelas exigências de construção e, especialmente, de manutenção, de amplos sistemas ferroviários. Quando uma sociedade criou os mais profundos requisitos prévios institucionais, sociais e políticos para o arranco, o rápido crescimento de um sistema ferroviário, com esses poderosos efeitos triplices, frequentemente tem servido para levá-la a um desenvolvimento autô-

---

(\*) Para uma análise minuciosa das formas de impacto da ferrovia sobre o desenvolvimento econômico, ver Paul H. Cootner, *Transport Innovation and Economic Development: The Case of the U. S. Steam Railroads* (1953), tese de doutorado, inédita, M. I. T. (Cambridge, Mass.)

nomo. Onde tais requisitos prévios não existiam, contudo, a construção de grande rede ferroviária não conseguiu iniciar um arranco, como, por exemplo, na Índia, China, no Canadá anterior a 1895, na Argentina antes de 1914, etc.

Está claro que a ampliação e a modernização das forças armadas poderiam desempenhar o papel de setor líder no arranco. Isso foi um fator nas arrancadas russa, japonesa e alemã, e figura ponderavelmente nos atuais planos da China comunista. Historicamente, sem embargo, a função dos armamentos modernos tem sido antes ancilar do que central, para o arranco.

Bem à parte de sua função de fornecer moeda estrangeira para fins de formação de capital em geral, as matérias-primas e os alimentos podem exercer o papel de setores líderes do arranco desde que subentendam a aplicação de processos modernos de beneficiamento. A indústria madeireira, baseada na serra a vapor, preencheu essa função na primeira fase do arranco da Suécia, seguida de perto pela indústria da polpa de madeira. Análogamente, a conversão da Dinamarca para a indústria da carne e os laticínios, após 1873, parece ter reforçado a criação de um setor fabril na economia, bem como haver proporcionado uma importante fonte de moeda estrangeira. E como Lockwood observa, até a exportação de fio de seda pelos japoneses exerceu importantes efeitos secundários que desenvolveram modernas técnicas de produção (\*).

Para satisfazer as exigências das tecelagens e malharias norte-americanas, de fio uniforme e de boa qualidade, entretanto, foi preciso aperfeiçoar o produto, desde os óvulos do bicho da seda até os fardos de seda. Em sericicultura, isso significou a introdução de métodos científicos de criação e de combate às doenças; no enrolamento do fio, estimulou a

---

(\*) W. W. Lockwood, *The Economic Development of Japan* (Princeton, 1954), págs. 338-9.

fundação de grandes fiações dotadas de maquinaria; na comercialização, conduziu à organização em grande escala para a coleta e a venda de casulos e de sêda crua... exerceu pressão constante em favor da aplicação da ciência; da maquinaria e das modernas técnicas comerciais.

O papel de setor líder foi assumido, afinal, pelo desenvolvimento acelerado da manufatura interna de enorme variedade de bens de consumo para substituir os produtos importados, como, por exemplo, na Austrália, na Argentina e, talvez, na Turquia contemporânea.

O que podemos dizer, pois, de maneira geral, sobre esses setores líderes? Historicamente, têm variado dos tecidos de algodão, passando pelos complexos da indústria pesada baseados em estradas de ferro e produtos finais de aplicação militar, até madeira, polpa, laticínios e, por fim, uma ampla gama de bens de consumo. Não há, certamente, nenhuma seqüência de setores para o arranco e nenhum setor de per si constitui uma chave mágica. Não há necessidade de uma sociedade em desenvolvimento recapitular, por exemplo, a seqüência e os padrões estruturais da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos ou da Rússia. Mas quatro fatores básicos devem estar presentes:

1 - Deve haver aumento da procura real do produto ou produtos dos setores que oferecem base para um rápido índice de aumento do volume da produção. Historicamente, isso tem sido suscitado inicialmente pela transferência de renda do consumo ou entesouramento para o investimento produtivo; por importações de capital; por um incremento brusco da produtividade dos investimentos correntes, dando lugar a um aumento da renda real do consumidor gasta em produtos nacionais; ou por uma combinação desses processos.

2 - Deve haver uma introdução, nesses setores, de novas funções de produção, assim como um alargamento de sua capacidade.

3 — A sociedade deve ser capaz de produzir o capital inicialmente imprescindível para servir de estopim do arranco nesses setores líderes; especialmente, deve haver um alto índice de reinvestimento pelos dirigentes (particulares ou oficiais) que controlam a capacidade e a técnica desses setores e dos setores de desenvolvimento suplementar que são por eles estimulados a se expandirem.

4 — Finalmente, o setor (ou setores) líder (es) deve (m) ser de tal natureza que sua expansão e transformação técnica induzam uma cadeia de exigências de aumento da capacidade e da potencialidade para as novas funções de produção em outros setores, às quais a sociedade de fato atende progressivamente.

#### PERSPECTIVA DO ARRANCO

Esta visão do arranco é, pois, um retôrno a um modo bem antigo de encarar o desenvolvimento econômico. O arranco é definido como uma revolução industrial, ligada diretamente a modificações radicais nos métodos de produção e exercendo efeitos decisivos num período de tempo relativamente curto.

Tal modo de ver não contesta a função das mudanças mais longas e mais lentas de todo o processo do crescimento econômico. Pelo contrário, o arranco requer o vultoso conjunto de condições, que se aprofundam no âmago da organização econômica, da política e da escala concreta de valores da sociedade, apreciado no capítulo III.

O que esta argumentação afirma é que o rápido crescimento de um ou mais novos setores industriais é um poderoso e essencial propulsor da transformação econômica. Sua força se origina da multiplicidade de suas formas de impacto, quando a sociedade está preparada para reagir positivamente a êste. O crescimento desses setores, com novas funções de produção de alta produtividade, por si mesmo tende a elevar o volume da produção *per capita*; coloca a renda nas mãos

de homens que não se limitarão a amealhar uma grande percentagem da renda em crescimento, mas que a reinvestirão em atividades altamente produtivas; estabelece uma cadeia de procura efetiva de outros produtos manufaturados; origina a necessidade de áreas urbanas maiores, cujos custos em capital podem ser elevados mas cuja população e organização mercantil auxiliam a dotar a industrialização de impulsão própria; e, afinal, inaugura uma série de efeitos de economias externas que, no fim, ajudam a produzir novos setores líderes quando o impulso inicial dos que lideraram o arranco começar a esmaecer.

Em termos não-econômicos, comumente o arranco assiste a um triunfo social, político e cultural definitivo daqueles que desejam modernizar a economia sobre os que preferiam apegar-se à sociedade tradicional ou visar a outras metas; mas — porque o nacionalismo pode ser um dissolvente social assim como uma força diversionária — a vitória pode assumir formas de acomodação mútua, ao invés da destruição dos grupos tradicionais pelos mais modernistas. Veja-se, por exemplo, o papel dos *Junkers* na nascente Alemanha industrial e a persistência de muita coisa do Japão tradicionalista após 1880. De maneira geral, a manutenção do impulso durante uma geração persuade a sociedade a persistir e a concentrar seus esforços para estender os artifícios da moderna tecnologia a outros setores que não os modernizados no decorrer do arranco.

## CAPÍTULO V

### A MARCHA PARA A MATURIDADE

#### DEFINIÇÃO E AJUSTAMENTO NO TEMPO

**A**PÓS o arranco, segue-se o que podemos chamar de marcha para a maturidade. São muitos os modos por que podemos definir a maturidade econômica: para as presentes finalidades, contudo, definimo-la como o período em que a sociedade aplicou eficazmente todos os recursos da tecnologia moderna (da época) ao grosso de seus recursos.

Em termos de desenvolvimento setorial, a marcha para a maturidade vê o processo industrial diferenciado, com novos setores líderes reunindo impulsão para ultrapassar os do arranco, cuja desaceleração tem retardado cada vez mais o ritmo da expansão. Depois dos arrancos ferroviários do terceiro quartel do século XIX — com o carvão, o ferro e a engenharia pesada no centro do processo desenvolvimentista — são o aço, os modernos navios, os produtos químicos, a eletricidade e os produtos da atual máquina-ferramenta que passam a dominar a economia e a sustentar a taxa global de desenvolvimento. Foi isso, também, essencialmente, o caso da Rússia em sua ulterior marcha para a maturidade, após 1929. Mas, na Suécia, depois de 1890, foi a evolução da madeira para a polpa de madeira e o papel, do minério para os aços finos e produtos metálicos delicadamente usinados. Os setores líderes da marcha para a maturidade serão determinados, portanto, não simplesmente pelo acervo da tecnologia, mas pela matu-

reza dos recursos de que o país está dotado; pelo caráter do arranco e das forças postas em movimento por esta, e ela pode ser moldada, igualmente, até certo ponto, pela orientação dos governos.

Conquanto se fizesse mister uma análise muito mais pormenorizada para aplicar rigorosamente esta definição, apresentaremos as seguintes amostras como datas aproximadamente simbólicas da maturidade tecnológica: (\*)

Grã-Bretanha	1850	Suécia	1930
Estados Unidos	1900	Japão	1940
Alemanha	1910	Rússia	1950
França	1910	Canadá	1950

A singularidade a que nos referimos no cap. II pode ser outra vez observada. Essas datas, inferidas independentemente umas das outras, vêm mais ou menos 60 anos depois das estabelecidas, com critérios assaz distintos, para o início do arranco. Não há corpo de argumentos nem de provas que possamos apresentar agora para tornar inteligível essa unifor-

---

(\*) O leitor talvez estranhe por só termos dado números redondos para datas simbólicas do acesso à maturidade, quando dados mais precisos são apresentados no cap. IV para o início do arranco. A razão para esta assimetria provém da base teórica fundamental da análise das etapas de desenvolvimento, apresentada no fim do cap. II. O realismo dessas etapas estriba-se nas fases de rápida expansão de determinados setores líderes. As datas iniciais do arranco são geralmente o momento em que uma expansão geral claramente acentuada foi desencadeada, apoiada no crescimento veloz de determinadas indústrias. Para a era anterior a 1914, por exemplo, a data inicial do arranco assinala amiúde o início de uma possante expansão cíclica. Como se verá, a chegada à maturidade não trouxe forçosamente consigo o desencadeamento imediato da fase seguinte, com novos setores líderes. Muitas vezes houve um intervalo antes de encetar-se a era do consumo em massa, intervalo êsse utilizado para trazer o consumo até o nível necessário a esta fase ou gasto em atividades menos úteis, como, por exemplo, na estagnação relativa ou em aventuras militares. Com a irrupção da etapa de consumo em massa, torna-se possível novamente estabelecer datas mais precisas, pois uma vez mais surgem claramente novos setores líderes, com grande impulsão.

midade. Todavia, segundo foi sugerido antes, pode ser que ao explorarmos as inferências de umas seis décadas de juros compostos aplicados ao estoque de capital, associadas a três gerações de pessoas vivendo num ambiente de desenvolvimento, aparecerão elementos de racionalidade.

### PADRÕES SETORIAIS DE MATURIDADE: AS FERROVIAS E SEUS RESULTADOS

Na Grã-Bretanha, o arranco se concentrara nas consequências diretas e indiretas da expansão rápida dos tecidos de algodão, inclusos acontecimentos tão distantes do Lancashire como a invenção, por Eli Whitney, do descaroçador de algodão, e outros, parcialmente independentes mas concorrentes, como o aperfeiçoamento da máquina a vapor e de uma tecnologia siderúrgica baseada no minério de ferro e no coque britânicos. O caminho inglês para a maturidade consistiu não só no aproveitamento em vasta escala, a partir de 1815, das inovações, que se fortaleciam reciprocamente, de Arkwright, Watt e Whitney, como também nos grandes surtos ferroviários das décadas de 1830 e 1840. Estes fizeram com que as indústrias britânicas carbonífera, siderúrgica e de engenharia pesada alcançassem a maturidade em meados do século XIX.

Aí pelas alturas, digamos, da Exposição de 1851, a Grã-Bretanha havia dominado e estendido a praticamente toda sua variedade de recursos tudo o que a ciência e a técnica de então podiam oferecer a uma economia com os meios (e o equilíbrio entre população e os meios) de que ela dispunha. Em diversas direções específicas, outras nações exibiam certo adiantamento em relação a ela, ainda nos meados do século: os norte-americanos, por exemplo, prenunciando sua virtuosidade com máquinas destinadas a poupar trabalho, notadamente em maquinaria agrícola, e os alemães em produtos químicos. No Palácio de Cristal, contudo, a Grã-Bretanha foi a única a demonstrar uma harmoniosa economia adulta.

Menos de 70 anos após o deflagrar do surto de canais e tecidos de algodão da década de 1780, quando a revolução industrial, no sentido restrito, pode ser considerada como tendo tido início, a Grã-Bretanha se havia transformado irremediavelmente em uma nação industrial — confirmando sua decisão pela Repulsa às Leis dos Cereais. Bem à frente na maioria, mas não em todos os setores, com relação às outras sociedades cujas condições se haviam adiantado bastante durante o século XVIII, a Grã-Bretanha estava prestes a desviar uma proporção considerável de seu capital e conhecimentos técnicos para difundir, em um quarto de século, no estrangeiro, a tecnologia siderúrgica, a de engenharia pesada e a de construção de que dependia a criação de estradas de ferro.

E, como se disse no cap. IV, os arrancos dos Estados Unidos, França e Alemanha, todos concluídos em 1873, foram assim baseados francamente nas ferrovias e não nos tecidos de algodão. Para essas nações, o caminho para a maturidade se encontrava num complexo de indústrias, cujas possibilidades foram, em parte, desvendadas pelo arranco ferroviário. Pois, assim como o surto ferroviário na Grã-Bretanha foi deflagrado pelo sucesso da linha Manchester-Liverpool, assim também as exigências de conservação das estradas de ferro valorizaram enormemente a produção de aço bom e barato, cujos trilhos não se gastassem tão depressa quanto os de ferro. Foi sobretudo devido a êsse incentivo que surgiu a moderna indústria do aço; em certo sentido, o aço fluiu das estradas de ferro, tal e qual estas haviam fluído das necessidades e conseqüências das modernas indústrias de tecidos de algodão. Uma vez, porém, existente o aço bom e barato, muitos novos usos para êste surgiram, incluindo a eficiente caldeira e o moderno navio de aço, a máquina-ferramenta, o nôvo equipamento para a fabricação de produtos químicos e novas modalidades de construção urbana.

A história da engenharia como profissão, portanto, conta-nos, de maneira condensada, a dos setores líderes que se foram manifestando. Onde suas bases não foram militares, a profissão do engenheiro moderno partiu do traçado de estradas e canais, do desenho de bombas hidráulicas para

minas de carvão e da criação de máquinas para a indústria têxtil, incluindo aí os meios de acionar essas máquinas. Valendo-se de tôdas essas experiências iniciais, os engenheiros passaram a seguir para as estradas de ferro e, depois, espalharam-se, num processo de diferenciação, pelas especialidades de engenharia mecânica, química e elétrica, além de subespecializações como construção naval e engenharia civil. Dentre todos êsses degraus da seqüência da engenharia moderna, a ferrovia foi, quase sem dúvida, o mais importante. Assim como o financiamento e a administração das estradas de ferro estabeleceram inúmeros padrões para a industrialização em grande escala numa frente mais ampla, foi também a experiência técnica de construção e de funcionamento das ferrovias que assentou, em grande parte, os alicerces da marcha do mundo ocidental para a maturidade.

Para os Estados Unidos, a Alemanha e a França, pois, a etapa pós-arranco centralizou-se no desenvolvimento da tecnologia pós-ferroviária, de que grande parte foi um refinamento do que se aprendera com aquela experiência inicial. O surto do aço — e tôdas suas aplicações, maciças, ou requintadas — é, por certo, o símbolo central do movimento pós-ferroviário para a maturidade na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. E a Grã-Bretanha, naturalmente, associou-se plenamente a elas na formação e utilização da tecnologia pós-ferroviária.

Que dizer, no entanto, dos que chegaram mais tarde, ainda no século XIX? Que dizer, por exemplo, da Suécia, do Japão e da Rússia, cujos arrancos começaram, digamos, entre 1870 e 1890?

## SUÉCIA

Para a Suécia, o arranco dos decênios de 1870 e 1880 se baseara fundamentalmente numa moderna indústria madeireira de exportação e na construção de estradas de ferro. O ponto crítico do amadurecimento chegou no princípio da década de 1890, sob a forma de um desafio: uma depressão

assinalada por um declínio dos mercados para seus produtos de exportação e sôbre os quais repousara grande parte de seu arranco. Trata-se de acontecimento bastante normal. O arranco é, estruturalmente, uma erupção em um número relativamente reduzido de setores. É da própria natureza do processo do investimento que estas erupções setoriais devem ser exageradas; com efeito, tal é a essência do ciclo econômico. Uma vez ultrapassados os limites dos setores líderes de um paroxismo devido ao arranco, a economia precisa reagrupar e redistribuir seus recursos para retomar o crescimento em novos setores líderes. Estruturalmente, essa é a natureza e a função histórica da depressão econômica. Tem sido normal, por conseguinte, um arranco terminar por uma depressão, e um indício do sucesso da arrancada é a capacidade da sociedade para reorganizar seus recursos eficazmente e acelerar a expansão em um novo conjunto de setores líderes.

A Suécia da década de 1890 reagiu positivamente a êste desafio estrutural. Houve uma transição da madeira para a polpa de madeira, da exportação de pranchas para a de tábuas e fósforos. Os minérios de Norrland começaram a ser sistematicamente explorados por métodos modernos; do ferro-gusa melhorou-se para as indústrias de aços finos e de engenharia. Fontes de energia hidrelétrica foram sistematicamente aproveitadas, formando a base para uma indústria de maquinaria elétrica da mais alta qualidade, que deveria posteriormente auxiliar as ferrovias suecas a passarem do carvão para a eletrificação. Mesmo na agricultura houve uma mudança — em direção parecida com a da Dinamarca — dos cereais para criação e os laticínios de alta produtividade. E a Suécia começou a produzir enorme variedade de artigos manufaturados até então importados. Na frase de Lindahl, a década de 1890 marcou para a Suécia o começo de uma fase de "diferenciação da produção" (\*) que prosseguiu até 1914 e foi, de fato, incrementada pelas necessidades impostas pela

---

(\*) *National Income of Sweden*, Vol. I, esp. págs. 122, 263-4, 281 e 314-15.

neutralidade um tanto isolada da Suécia na Primeira Guerra Mundial.

A essência dessa transição foi a aplicação sistemática à mescla rica, mas restrita, de recursos naturais suecos, dos melhores métodos que a tecnologia moderna podia então oferecer. Em 1890, a sociedade sueca se transformara de tal modo relativamente à geração precedente que pôde criar um quadro de homens de empresa e técnicos suficiente para dilatar esse esforço numa grande frente. Assim, ao terminar a década de 1920, a Suécia se tornara uma sociedade completamente amadurecida, em função de seus próprios recursos e de uma tecnologia moderna a que deu contribuições expressivas. Estava pronta para o Estado do Bem-Estar e para engenhocas da era dos bens duráveis de consumo.

## JAPÃO

Sob este ponto de vista, a história do Japão em suas linhas gerais — embora com um hiato de cerca de uma década — tem certa parença com a da Suécia, e isso apesar de um equilíbrio população-recursos claramente menos vantajoso que o da Suécia e de um ambiente cultural e político que, à primeira vista, não poderia ser mais diverso. O Japão, igualmente, representa uma ascensão extraordinariamente deliberada para a maturidade, em que um conjunto relativamente escasso de recursos naturais foi aproveitado por uma população diligente e fortemente motivada, da melhor forma possível para a tecnologia moderna, em um surto de 60 anos: digamos, de 1880 a 1940.

Assim como a composição setorial do arranco japonês difere do sueco, também difere o rol das indústrias que levaram o Japão a atingir à maturidade na década de 1930.

O arranco japonês foi possibilitado por uma série de acontecimentos anteriores e simultâneos na agricultura, que realizaram as três coisas essenciais definidas no cap. III como sendo a missão da agricultura para o desenvolvimento in-

dustrial: sob o aspecto da oferta, a agricultura proporcionou o refôrço de alimentos e fibras necessário ao aumento da população, à urbanização acelerada e à aquisição de cambiais estrangeiras; sob o aspecto da procura, o aumento da produtividade das regiões rurais dotou a indústria japonêsa de mercados maiores e do estímulo indispensável à sua ampliação; e finalmente, sob o aspecto da oferta de capital, a comutação das rendas feudais e o desvio delas para o govêrno deram ao setor moderno do Japão uma indispensável infusão inicial de capital, até que o reinvestimento pudesse assumir parte considerável do financiamento da indústria.

Sem embargo, a despeito das novas habilidades técnicas e mercantis que acompanharam êsses progressos na agricultura, só por si êles não poderiam ter levado o Japão a arrancar. Nas décadas de 1880 e 1890, tôda uma série de novas indústrias tomou pé, de início graças à iniciativa oficial, mas aos poucos sendo entregues à emprêsa privada, à medida que novos homens apareciam para assumir as responsabilidades e os riscos da administração e da propriedade: o arranco — digamos, entre 1880 e 1900 — foi apoiado nas ferrovias, na construção de navios, na manufatura do algodão (a princípio usando algodão importado), no cultivo e manufatura da sêda, do carvão e ferro-gusa, e depois, na década de 1890, numa avalanche de gastos militares que ajudaram a erguer as indústrias de engenharia.

Na década de 1890, igualmente, podem divisar-se os começos de uma moderna indústria química. O surto dos produtos químicos, contudo, com seu papel vital na agricultura japonêsa, pertence à fase de diferenciação industrial — o avanço numa larga frente — que caracteriza as quatro primeiras décadas do século XX. Pois que, malgrado os elevados índices de crescimento das duas décadas anteriores, o Japão de 1900 ainda era uma sociedade cujo setor moderno era pequeno e relativamente dominado pelos têxteis. Foi entre 1900 e 1920 — sobretudo estimulado pela Primeira Guerra Mundial — que o setor industrial do Japão principiou a produzir fertilizantes químicos, aço e material elétrico.

Lockwood conclui por uma formulação bem próxima de nossa definição de maturidade: "No fim da década de 1920... os processos de modernização e crescimento se haviam estendido em grau variável a todos os setores da economia." Foi só na década de 1930, porém, que as indústrias de engenharia se tornaram autônomas, sob o estímulo dos acontecimentos da Manchúria e dos gastos e preparativos de guerra. Foi só nessa década, por exemplo, que o valor da produção de metais, maquinaria e produtos químicos conseguiu afinal ultrapassar os têxteis em sua contribuição para o produto nacional bruto do Japão (\*).

Assim, principiando seu arranco cerca de trinta anos depois das principais nações do continente europeu, dez anos após a Suécia, o Japão chegou à maturidade quase que exatamente ao mesmo tempo: isto é, cerca de três décadas após a França e a Alemanha, uma década após a Suécia.

## RÚSSIA

Vejamos, agora, algumas palavras a respeito do caso russo, que é apreciado mais extensamente no cap. VII, com relação ao dos Estados Unidos.

As condições russas, evidentemente, vinham de longe, pelo menos desde o tempo em que Pedro regressou do Ocidente com a convicção de que a Rússia tinha de modernizar-se; mas a sociedade tradicional só cedeu lentamente. Ela foi abalada por Napoleão e de outra feita pela Guerra da Crimeia; suas bases foram vagarosamente erodidas pela difusão do conhecimento do que estava ocorrendo no Oeste, durante a primeira metade do século XIX. Em 1861, com a libertação dos servos, o processo de criação das condições para o arranco acelera-se: tanto tecnicamente — na formação do capital social fixo e dos alicerces da indústria moderna — quanto em termos de idéias, atitudes e aspirações de vários

---

(\*) K. Ohkawa et al., *The Growth Rate of the Japanese Economy since 1878* (Tokyo, 1957), págs. 81-3.

grupos de russos. Aí, por volta de 1890, tem início o arranco russo.

Como o simultâneo arranco canadense, o russo foi auxiliado pela alta do preço dos cereais e pela procura de exportações, ocorridas em meados da década de 1890. Foi esse aumento que tornou interessante a construção de vastas rêses ferroviárias nos dois países, tal e qual, na década de 1840, a carência de batatas na Irlanda e a pressão nas culturas de cereais da Europa em geral prepararam o terreno para o Centro-Oeste norte-americano ser devassado pelos trilhos na década seguinte. E foi a estrada de ferro, com seu impacto multiforme no desenvolvimento, que levou a Rússia a arrancar ao irromper a Primeira Guerra Mundial. O carvão, o ferro e a engenharia cresceram na dianteira, assim como a moderna indústria de tecidos de algodão, para fazer face à maior procura do mercado interno. Além disso, a indústria petrolífera de Bacu dilatou-se até seu limite natural, e o complexo de ferro e carvão da Ucrânia entrou em atividade, como havia acontecido com os do Ruhr, da Pensilvânia e do Centro-Oeste dos Estados Unidos, mais ou menos meio século antes.

Em 1914, a Rússia estava produzindo aproximadamente cinco milhões de toneladas de ferro-gusa, quatro milhões de toneladas de ferro e aço, quarenta milhões de toneladas de carvão, dez milhões de toneladas de petróleo e um excedente exportável de cereais alimentícios da ordem de doze milhões de toneladas. A despeito de seu eventual colapso interno e derrota, durante a Primeira Guerra Mundial, a Rússia pôde montar, abastecer e sustentar, durante três anos de terríveis baixas, um imenso exército, em guerra moderna, que abrangia artilharia e aviões bastante aperfeiçoados para a época.

Os comunistas herdaram, por conseguinte, uma economia que já realizara seu arranco, e que, ademais, criara um apreciável excedente exportável na agricultura.

Lênine e seus sucessores precisaram de mais ou menos um decênio para reorganizar esse sistema de acôrdo com seu gôsto e retornar à máxima produção anterior; aí apareceram, então, os vários Planos Quinqüenais. Não devem êles, pois,

ser olhados como um arranco, mas sim como marcha para a maturidade: o processo de diferenciação industrial, o avanço para a modernização em larga frente.

Stalin foi o arquiteto, não da modernização de um país atrasado, porém do arremate de sua modernização. Stalin foi o sucessor de Witte em um sentido bem direto e técnico.

Mostrando algumas diferenças específicas oriundas dos objetivos dos chefes comunistas, a configuração geral do desenvolvimento econômico soviético entre 1929 e, digamos, a morte de Stalin, é semelhante à da Europa Ocidental e dos Estados Unidos das décadas anteriores a 1914: essa foi a era pós-ferroviária na Rússia, a era do aço, das máquinas-ferramenta, dos produtos químicos e da eletricidade. A ascensão russa para a maturidade, todavia, veio numa época em que a reserva de possibilidades tecnológicas acumuladas incluía conquistas (sobretudo em eletrônica, aeronáutica e energia atômica) não disponíveis algumas gerações antes, de sorte que a Rússia foi atingindo um nível tecnológico mais elevado que o das potências que haviam chegado à maturidade antes de 1914.

Em seus lineamentos gerais na forma e no tempo, portanto, nada há na seqüência russa de precondições, arranco e marcha para a maturidade tecnológica que não se enquadre no figurino geral; embora, como todos os outros casos nacionais, possua seus aspectos originais, que serão examinados em capítulos posteriores.

#### ALGUMAS DIFICULDADES PARA DEFINIR A MATURIDADE

O significado desta definição tecnológica de maturidade — e seus limites — talvez seja melhor percebido ao considerar-se resumidamente algumas dificuldades específicas suscitadas pelas datas aqui escolhidas para indicar a maturidade.

Deve a França, por exemplo, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, ser considerada tecnicamente amadurecida,

a despeito de sua grande e tranqüila mas atrasada classe agrícola, e de sua tendência para exportar vastas somas de capital, malgrado certos setores industriais tecnologicamente retardados? Pode-se, está claro, sustentar a argumentação em ambos os sentidos, mas isso realça a necessidade de permitir, dentro desta definição, a possibilidade de regiões de uma nação ou de setores de uma economia resistirem — por qualquer razão — à aplicação plena da tecnologia moderna. E isto subsiste, geralmente, para as nações que a gente se dispõe a considerar como amadurecidas. Os Estados Unidos de 1900 continham, afinal de contas, o Sul, cujo arranco só pode ser fixado na década de 1930, e o contemporâneo e amadurecido Canadá contém a província ainda retardada de Quebec. A definição tecnológica de maturidade, por conseguinte, tem de ser uma aproximação, quando aplicada a toda uma sociedade nacional.

O Japão em 1940 apresenta um problema um tanto diverso. Pode-se classificar como adulta uma economia com um setor agrícola tão dependente da mão-de-obra? A resposta só é afirmativa se a gente se dispõe a aceitar como dada — sem falar na definição de maturidade — a decisão de uma sociedade a respeito do tamanho de sua população. Dentro do equilíbrio entre população e recursos do Japão, sua agricultura, com uma sutileza extraordinária na utilização tanto da água quanto dos fertilizantes químicos, reflete de fato uma forma elevada de realização tecnológica moderna, ainda que seja limitado o uso de maquinaria agrícola moderna, destinada a poupar a mão-de-obra.

Que dizer da Rússia contemporânea, com mais de 40% de sua força de trabalho ainda consagrada à agricultura e muita tecnologia moderna ainda não aplicada nas indústrias têxteis e de outros bens de consumo? Aqui também, esta nossa definição de maturidade não pode predeterminar como uma sociedade resolverá repartir suas possibilidades tecnológicas. Em conjunto, a Rússia contemporânea deve ser julgada como uma economia amadurecida a despeito do fato de seus chefes haverem escolhido, por motivos políticos, agüentar o custo de uma agricultura de baixa produtividade

e terem decidido concentrar o capital e a técnica em setores outros que não o da fabricação de bens de consumo. Por outras palavras, os obstáculos à plena modernização da estrutura econômica da Rússia não se encontram na oferta de capital, administradores de empresas ou técnicos.

Finalmente, há o caso da Grã-Bretanha, adulta segundo esta definição desde os tempos, digamos, da Exposição do Palácio de Cristal. Como se deve tratar o longo intervalo entre a etapa de sua maturidade, em termos da aplicação efetiva da tecnologia dos meados do século XIX e seguinte etapa do desenvolvimento: a era do consumo em massa, quando os aperfeiçoamentos radicais em habitação e bens duráveis de consumo e serviços se tornaram os setores líderes da economia?

As razões para o hiato na seqüência britânica jazem na natureza dessa etapa seguinte. A era do consumo em massa representa uma direção de evolução que uma sociedade tem de escolher ao atingir tanto a maturidade tecnológica quanto um certo nível de renda real *per capita*. Embora a renda *per capita* — e comumente o consumo *per capita* — venha a elevar-se durante a marcha para a maturidade, é evidente que não há uma relação fixa entre a maturidade tecnológica e qualquer nível determinado de consumo real *per capita*. A trajetória destas variáveis a partir do arranco dependerá principalmente do equilíbrio entre a população e os recursos da sociedade e de sua política de distribuição da renda. O processo desenvolvimentista, por definição, eleva a renda *per capita*, mas não conduz forçosamente a uma uniformidade da renda *per capita* entre as nações, nem mesmo entre regiões dentro das nações; e, no Canadá e em certos outros casos, temos até sociedades que ingressaram nessa etapa de consumo em massa antes de alcançarem a maturidade tecnológica.

Há — e é provável mesmo que haja — sociedades tecnologicamente amadurecidas que são, por assim dizer, ao mesmo tempo ricas e pobres. Quando os dados históricos sôbre a renda nacional forem aperfeiçoados de molde a permitir uma comparação sistemática, é provável que encontremos provas

de que as rendas *per capita*, na maturidade, variam em escala considerável. A Grã-Bretanha dos meados do século ficará, é de presumir-se, bem baixo nessa escala. Os melhoramentos da renda real e do consumo *per capita* ocorridos na segunda metade do século XIX assumiram a forma de aperfeiçoamentos na dieta, habitação, capital social fixo urbano e outras formas de bem-estar aumentado que, embora substanciais, não criaram dentro da Grã-Bretanha novos setores industriais líderes — pelo menos até o surto das bicicletas da década de 1890 (\*).

---

(\*) Sob uma perspectiva diversa, é possível pôr de lado o hiato entre a maturidade tecnológica da Grã-Bretanha nos meados do século XIX e o consumo em massa do século XX como um simples produto da história tecnológica; isto é, a tecnologia atual dos transportes, residências nos subúrbios e utensílios domésticos não existia, digamos, no terceiro quartel do século XIX. Para muitos fins, esta é uma maneira bastante satisfatória de encarar o assunto.

Por outro lado, três considerações mostram que, para outros fins, também vale a pena olhar a seqüência britânica na segunda metade do século XIX como contendo um hiato. Primeiro, a tecnologia por si mesma não é, em sentido lato, uma variável independente (W. W. Rostow, *Process of Economic Growth*, especialmente págs. 83-6). Se os níveis da renda e do consumo britânicos tivessem sido suficientemente elevados, talvez houvesse existido incentivos para produzir uma evolução assaz diferente da tecnologia. Segundo, o fenômeno de um intervalo de tempo entre a consecução da maturidade tecnológica e a era do consumo em massa — a existência de sociedades amadurecidas pobres assim como ricas — é mais generalizado e não apenas britânico. E uma visão da Grã-Bretanha fechando o hiato na segunda metade do século XIX pode, para certos fins, ser sugestivamente associada a transições similares de outras sociedades. Terceiro, muito da história social, política (e até empresarial) da segunda metade do século XIX na Grã-Bretanha é típica das transformações de atitude e orientação que ocorreram em outras sociedades após ser alcançada a maturidade tecnológica: o início de legislação séria de assistência social, com a Lei das Dez Horas; as pressões e reflexos que levaram a sociedade a aceitar as Segunda e Terceira Leis de Reforma; o aparecimento de alianças políticas que sufocaram o poderio dos interesses industriais; a crescente atenção intelectual e sentimental do público focalizada nos problemas de reforma social, lançando as bases para as medidas liberais anteriores a 1914 e a emergência do Partido Trabalhista. Resumindo, mesmo examinada de passagem, muito da história bri-

Foi assim que a Grã-Bretanha, após o Palácio de Cristal, progrediu em seu desenvolvimento num ritmo modesto, usando substancialmente seu capital e capacidade empresarial para auxiliar a obter recursos com que não estava bastante dotada e a formar as precondições e ajudar os arrancos de outras sociedades, sofrendo, nesse ínterim, o ônus de ter sido a primeira a iniciar o processo de industrialização, para entrar no nôvo século com pouco de sua vantagem inicial. Por outras palavras, a obtenção da maturidade pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos nos primeiros anos do século XX, no nível de tecnologia então existente, encontrou a Grã-Bretanha aproximadamente numa posição equivalente: enquanto as nações mais novas haviam avançado do arranco até a maturidade nos 60 anos antes da Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha avançara, em têrmos de níveis de renda, duma situação de sociedade mal amadurecida para a de relativamente bem amadurecida.

#### PERSPECTIVA DA MATURIDADE

Algumas palavras, agora, quanto aos aspectos não-econômicos da marcha para a maturidade. Ohemos para trás por um momento.

O período das precondições é a época na vida de uma sociedade em que a estrutura tradicional é solapada gradualmente, conquanto persistam algumas de suas dimensões importantes. Imediatamente antes e durante o arranco, os novos elementos, valores e objetivos modernos conseguem uma ruptura definitiva, passando a controlar as instituições da sociedade; aí então, tendo provado sua razão, com seus oponentes em retirada ou desbaratados, êles procuram levar o processo de modernização à sua conclusão lógica. A Grã-Bretanha

---

tânica no período 1850-1900 é iluminado pela noção de que aquela era uma sociedade que aceitava como dada sua virtuosidade tecnológica e, num ritmo correto, tratava de explorar, à margem, objetivos mais além.

pós-1815, os Estados Unidos após a Guerra Civil, a Alemanha de Bismarck após 1870 e a vagarosa França do mesmo período também, o Japão de 1900 a 1920, a Rússia de Stalin dos Planos Quinquenais — tôdas eram sociedades dirigidas por homens que sabiam para onde iam. Elas se viram enleadas pela força dos juros compostos e pelas possibilidades de transformar um setor da sociedade após outro graças à propagação dos artifícios da moderna tecnologia. De modo geral, êsses foram períodos confiantes na vida das sociedades, em que havia grandes tarefas bem palpáveis a serem realizadas; em que os resultados podiam ser rapidamente vistos; e a sociedade, relutantemente ou não, entregou sua cabeça aos seus líderes industriais — que às vêzes também eram políticos. A trajetória dos salários reais para o trabalhador urbano e agrícola, e sua sorte em sentido mais lato, variou entre estas sociedades, durante a marcha para a maturidade — desde a tranqüila Suécia até a sociedade de trabalho forçado de Stalin; mas, falando de maneira geral, o poder daqueles que controlavam o capital e a técnica nunca foi seriamente contestado. A sociedade tradicional foi derrotada; quanto aos grupos e interesses que haveriam de interpor valores outros que não a extensão das técnicas modernas, não se haviam ainda formado ou tornado eficientes.

Não obstante, o caminho para a maturidade trouxe no seu bôjo as sementes, não de seu aniquilamento — pois esta análise não é hegeliana nem marxista —, mas de sua própria transformação.

Especificamente, ocorreram três coisas enquanto a maturidade caminhava para sua consumação.

Primeiramente, a força de trabalho modificou-se. Alteraram-se sua composição, seu salário real, sua atitude e suas aptidões. Antes do arranco, talvez 75% da força de trabalho estão na agricultura, vivendo de um salário real baixo, quando não de mera subsistência; no fim do arranco, êsse número pode cair para 40%; ao chegar à maturidade, em muitos casos tem caído para 20%. Maturidade, porém, não significa apenas crescimento da população urbana, mas igualmente aumento

do número de empregados de escritório e de operários semi-especializados, assim como de técnicos e profissionais altamente adestrados. Isso não é simplesmente — nem sequer obrigatoriamente — mudança de mão-de-obra não-especializada para especializada; às vezes, dá-se até o contrário. É uma mudança para os que inventam ou operam máquinas complexas, escrituram a documentação dos escritórios e repartições, e dirigem grandes burocracias, antes do que para os que assentam trilhos de estrada de ferro, pudlam o aço ou dirigem com aspereza massas de trabalhadores não-especializados. Essa gente não acaba de chegar do interior: trata-se daqueles filhos das cidades e do mundo da tecnologia, cada vez mais alfabetizados e instruídos. Outrossim, os salários reais dos trabalhadores não só tendem a elevar-se como éles próprios também tendem a perceber que, se se organizarem e fizerem sua presença sentir-se na sociedade, provavelmente poderão obter salários ainda maiores e maior segurança de empêgo e bem-estar.

Em suma, o processo da marcha para a maturidade lança a base para o tipo de pressões políticas e sociais que conduziram àquela longa série de modificações humanitárias iniciada com a legislação fabril da década de 1840 na Grã-Bretanha e continuada com as concessões de Bismarck, as reformas de Lloyd George, a era progressista dos Estados Unidos e, se assim se quiser, com as concessões feitas ao consumidor, técnico e burocrata russos a partir de 1953.

Em segundo lugar, o caráter dos chefes se modifica: desde os “tubarões” do algodão, das estradas de ferro, do aço e do petróleo até o eficiente administrador profissional de uma máquina altamente burocratizada e diferenciada (\*).

---

(\*) Poucos temas mostrar-se-ão mais fecundos para a compreensão da história econômica moderna do que uma comparação das três primeiras gerações de líderes em economias em desenvolvimento: os camaradas relativamente modestos e de espírito criador, que põem em marcha o desenvolvimento; os despóticos capatazes que, percebendo a escala de possibilidades, impelem a sociedade para a maturidade, se necessário contra a vontade desta; e os

Em terceiro lugar, relacionada com as duas primeiras modificações, mas transcendendo-as, a sociedade como um todo se torna um pouco enfastiada com o milagre da industrialização. Assim como a sociedade soviética protestou contra a imposição de novelas infundáveis em que o tema central é a paixão de um homem por seu trator ou máquina-ferramenta, assim também, de maneiras sutis, o mundo ocidental expressou, no fim do século XIX, seus pensamentos ocultos acêrca da industrialização como objetivo exclusivo e supremo: através dos fabianos e dos *muck-rakers* (\*), dos social-democratas europeus, de Ibsen, Shaw e Dreiser e, com efeito, de Mill e Marshall. É aqui também, como um protestante contra os custos humanos da marcha para a maturidade, que se enquadra Marx apropriadamente, segundo veremos no capítulo X.

Estas transformações da renda real, da estrutura, das ambições e do modo de ver da sociedade, à medida que a maturidade é alcançada, suscitam um sério problema de equilíbrio e de opção em tôrno da pergunta: como será utilizada esta máquina industrial amadurecida, de que os juros compostos fazem parte integrante? Para oferecer um aumento de segurança, bem-estar e talvez ócio, para os cidadãos em geral? Para oferecer maiores rendas reais, inclusive os aparelhos, utensílios e engenhocas de consumo, aos que podem ganhá-los? Para afirmar a estatura da nova sociedade amadurecida no cenário mundial? Sim, porque conforme veremos no capítulo VIII, a maturidade é não só uma época perigosa como também oferece novas e promissoras possibilidades de escolha.

---

tranqüilos e cuidadosos membros de comissões que herdaram e dirigem a economia como uma profissão, enquanto a sociedade visa a objetivos que incluem, mas transcendem, a aplicação da tecnologia moderna a seus recursos.

(\*) Nome aplicado a um grupo de escritores e jornalistas do início do século XX, mais ou menos de 1902 a 1917, que denunciaram a corrupção no mundo dos negócios e na política dos Estados Unidos da época. (N. do T.).

## CAPÍTULO VI

### A ERA DO CONSUMO EM MASSA

#### AS TRÊS ALTERNATIVAS

O CAPÍTULO V sustenta que, à medida que se aproximava a maturidade tecnológica, os homens começaram a considerar natural tudo aquilo que encontravam ao nascer, ou seja, nesse caso, uma sociedade industrial bem adiantada, e em seu espírito cada vez mais procuraram reconsiderar os fins a que poderiam devotar essa economia amadurecida.

Num sentido bastante técnico, a balança da atenção da sociedade, quando foi-se acercando e depois ultrapassou a maturidade, pendeu da oferta para a procura, dos problemas de produção para os de consumo e para os do bem-estar, na mais ampla acepção.

Nesta fase pós-maturidade, são três os objetivos principais que, até certo ponto, têm disputado os recursos e o apoio político; três direções em que o bem-estar, nesta acepção lata, pode ser ampliado.

Primeiramente, a busca nacional de poderio e influência no exterior, isto é, a atribuição de recursos cada vez maiores à política militar e externa. Tem sido um aspecto assaz constante da História moderna o de certos grupos procurar fora de suas fronteiras novos mundos a conquistar, à proporção que suas respectivas sociedades se vão avizinando da maturidade técnica. E em alguns casos, por um ou outro meio,

lograram o comando político efetivo da direção de suas pátrias.

Uma segunda direção para a utilização dos recursos de uma economia amadurecida é o que podemos denominar de Estado do Bem-estar. Quer isso dizer, o emprêgo dos poderes do Estado, inclusive o de redistribuir a renda por meio de impostos progressivos, para alcançar objetivos humanos e sociais (abrangendo, nisso, o lazer crescente) que o processo do mercado livre, em sua forma menos adulterada, não conseguiu. Durante o arranco e a marcha para a maturidade, os elementos do que Lionel Robbins chama o credo individualista-utilitário que não levaram à maximização do volume da produção foram, relativamente, suprimidos, variando o grau desta supressão de uma sociedade para outra. Ao aproximar-se a maturidade, êsses objetivos mais humanos foram-se afirmando com dobrada fôrça. Os homens estavam preparados, em certo sentido, para pôr em risco o nível da produção — e os incentivos no setor privado — a fim de mitigar os sofrimentos do ciclo econômico; a fim de fortalecer a segurança social; a fim de redistribuir a renda; a fim de encurtar o dia de trabalho; e, dum modo geral, abrandar a aspereza de uma sociedade até então voltada sobretudo para obter o máximo de produção industrial e a difusão da tecnologia moderna.

A terceira direção possível, desvendada pela consecução da maturidade, foi a expansão dos níveis de consumo para além das necessidades fundamentais de alimentação, habitação e vestuário, não só para obter melhores alimentos, casas e roupas, senão também para chegar à órbita do consumo em massa de bens duráveis de consumo e serviços, que as economias amadurecidas do século XX podem proporcionar.

Cada sociedade que criou para si própria a possibilidade e a necessidade de optar entre aquêles objetivos — graças à consecução da maturidade tecnológica — chegou a um equilíbrio diferente, exclusivamente seu, pelo menos em grau. A exclusividade do equilíbrio foi determinada em cada caso pela geografia, pelo que possuía anteriormente como cultura, recursos e valores, e pela direção política que a dominou em vários intervalos após atingida a maturidade. Grande parte

da História norte-americana e da Europa Ocidental a partir de aproximadamente 1900, do Japão a partir de 1930, e mesmo da Rússia a partir da morte de Stalin, pode ser descrita em função do problema de opção proposto pela consecução da maturidade e dos diferentes equilíbrios alcançados entre êsses três objetivos, em diferentes épocas.

Como os Estados Unidos foram a primeira das sociedades do mundo a passar nitidamente da maturidade para a era do consumo em massa, principiaremos examinando sucinta e esquemáticamente como se realizou o equilíbrio entre essas três alternativas, na História norte-americana do último meio século. Apreciaremos essa seqüência em quatro fases: o período progressista, a década de 1920, a grande depressão da década de 1930 e o surto do pós-guerra de 1946-56.

## O CASO NORTE-AMERICANO

### *Primeira Fase: O Período Progressista, 1901-16*

Antes de mais nada, diremos algumas palavras a respeito do período progressista; isto é, o período que vai, aproximadamente, da ascensão de Theodore Roosevelt em 1901 até o abismar-se da administração de Woodrow Wilson nos problemas da Primeira Guerra Mundial.

Conquanto McKinley houvesse vencido com facilidade a eleição de 1900, com uma atitude que levava em conta a sucessão de governos republicanos que tinham dominado a marcha para a maturidade após a Guerra Civil, a vida norte-americana em um sentido amplo se estivera preparando ativamente para uma alteração do equilíbrio de seus objetivos. Isso foi denunciado pela popularidade de estilo e da retórica de Theodore Roosevelt, bem como pela nítida derrota bipartidária de Taft, e de tudo que êle aparentemente representava, na eleição de 1912.

Os objetivos progressistas alcançaram, então, quinze anos de superioridade relativa na política interna, e nesta deixaram

sua marca. Em 1916, os Estados Unidos haviam aceitado a mais revolucionária de tôdas as formas de política econômica, o imposto progressivo sobre a renda; tinham criado um clima em que as grandes emprêsas se submetiam ou até certo ponto foram submetidas; aos sindicatos foi concedido explicitamente o direito de organizarem-se, fora dos limites da Lei Antitruste; foi criado um Sistema de Reserva Federal, em parte para permitir ao govêrno certo grau de contrôle sobre o ciclo econômico. Em alguns dos Estados, foram introduzidas medidas de contrôle social ainda mais rigorosas. Todavia, o período progressista foi mais uma questão de estado de ânimo e de orientação do que de redistribuição drástica dos recursos.

Nesses anos, os norte-americanos tomaram outra decisão expressiva acêrca da direção dos assuntos nacionais. Na década de 1890, tornara-se comum a noção de que os Estados Unidos se haviam, em certo sentido, convertido em uma potência mundial adulta, e que chegara a hora de desempenharem papel relevante no cenário mundial, saindo de trás da barreira protetora da Doutrina de Monroe e do acôrdo implícito com a Grã-Bretanha, pelo qual a esquadra britânica defendia os Estados Unidos das vicissitudes do jôgo de equilíbrio de forças eurásico. E Theodore Roosevelt, arquiteto da conquista das Filipinas e da Guerra Hispano-Americana, acentuou êste sentimento de eclosão e, até certo ponto, de afirmação, na cena mundial, durante seus dois períodos de govêrno.

Sem embargo, as chamadas "vistas largas", simbolizadas por Theodore Roosevelt, não subsistiram. As Filipinas foram conservadas, mas os norte-americanos, havendo sido tentados, e tendo chegado a cair um pouco daquilo que concebiam como sendo o estado de graça isolacionista, no fim deram as costas à formação de um império. Em política exterior, optaram por uma versão da tradição liberal em vez da conservadora, da Grã-Bretanha, no período progressista — bem explicitamente na figura de Wilson.

Os recursos norte-americanos, pois, não foram canalizados em volume sensivelmente maior, nem para serviços de assis-

tência social nem para gastos militares, malgrado os fatos concretos da legislação progressista, da Grande Esquadra Branca e do crescente papel do govêrno na sociedade americana.

Eles foram, contudo, bem aumentados na terceira alternativa de pós-maturidade — a de novas dimensões do consumo: uma tendência sufocada pela elevação do custo de vida urbano até 1920, mas palpável na seguinte grande fase, isto é, no surto da década de 1920.

### *Segunda Fase: A Década de 1920*

A década de 1920 nos Estados Unidos geralmente é estudada como um período de isolamento trágico, como o prelúdio de uma grave depressão, ou como uma bizarra era de orgias alcoólicas, *jazz*, *mah jong*, atletas fascinantes, eminentes romancistas e o *charleston*.

Essa década, porém, também deve ser compreendida como o primeiro período prolongado em que uma sociedade absorveu os frutos e as conseqüências da era de bens duráveis de consumo e serviços.

Examinemos, agora, alguns números que dão uma idéia da natureza da alteração ocorrida na sociedade norte-americana, e em sua economia, no decurso dessa era de consumo em massa cujo centro foi aquêlo decênio iniciado em 1920.

Primeiro, houve o nascimento de uma nova classe média. Entre 1900 e 1940, o número de fazendeiros dos Estados Unidos declinou. Já o dos empregados em manufatura, construção e transportes — inclusive operários especializados — subiu proporcionalmente ao aumento total da força de trabalho. Mas os operários semiespecializados aumentaram mais de duas vêzes que êsse total; os de profissões liberais e empregados de escritório, mais de três vêzes. A era do técnico profissional e do operário especializado e semiespecializado chegara; essa tendência da estrutura da força de trabalho se mostrou praticamente universal em tôdas as sociedades adultas.

Ora, onde vive tôda essa população, orientada cada vez mais no sentido de suprir e desfrutar produtos e serviços de consumo? A resposta está em que essa população não só é cada vez mais urbana, como cada vez mais suburbana. Na década de 1920, a população norte-americana total cresceu 16%; a que vivia nos centros das cidades, 22%, e a que vivia nas áreas satélites — os subúrbios — 44%.

Que sucedeu, então, com a produção de artigos manufaturados? Fabricant (\*) dispôs os aumentos do volume físico da produção dos Estados Unidos entre 1899 e 1937 em ordem crescente. Os automóveis encabeçam a lista com um aumento de 180.100%; cigarros, petróleo, leite e açúcar de beterraba estão todos acima de 1.000%; cimento, frutas e vegetais em conserva, pouco abaixo de 1.000%.

Qual o significado de tudo isso? Os Estados Unidos motorizaram-se. Esta foi verdadeiramente a era do automóvel para as massas. Com o automóvel, os Estados Unidos iniciaram uma vasta migração interna para casas recém-construídas, destinadas a uma só família, nos subúrbios; estas novas casas, então, foram sendo cada vez mais recheadas com refrigeradores, rádios e todos os demais utensílios domésticos de uma sociedade cuja mobilidade social e produtividade haviam quase aniquilado os empregados domésticos. Dentro dessas casas, os norte-americanos passaram a consumir alimentos de qualidade superior, cada vez mais adquiridos em conserva, e, posteriormente, congelados.

Automóveis, casas de moradia familiar, estradas, utensílios domésticos duráveis, grandes mercados para alimentos de qualidade superior — tudo isso encerra boa parte da transformação da sociedade norte-americana do decênio de 1920, uma transformação que sustentou o surto dessa década e alterou todo o estilo de vida de um continente, penetrando até nos costumes do namôro.

---

(\*) S. Fabricant, *The Output of Manufacturing Industries, 1899-1937* (New York, 1940), pág. 89.

### *Terceira Fase: A Grande Depressão*

Em seguida veio, como era natural, um decênio de severa e prolongada depressão. Não apreciaremos minuciosamente aqui as razões para sua extraordinária gravidade, limitando-nos a afirmar isto: no princípio, a depressão de 1929 foi uma descaída cíclica perfeitamente normal; os setores líderes do surto de progresso estavam ficando um tanto frágeis, notadamente o de habitação, estimulado pelo atraso da construção de casas acumulado durante a Primeira Guerra Mundial, mas mitigado pela desaceleração no crescimento demográfico e na constituição de famílias. A depressão aprofundou-se anormalmente porque as instituições de crédito, nacionais e estrangeiras, quebraram, como uma série de casas desabando, afundando o ciclo a cada passo para um ponto mais baixo, por intermédio de seus efeitos sobre a renda, a confiança e as expectativas.

A duração da depressão dos Estados Unidos — em contraste com sua profundidade — merece maiores comentários, porquanto se relaciona diretamente com a etapa de desenvolvimento, com a era do consumo em massa, em que o país ingressara.

Apesar de muitas forças ançilares terem contribuído com sua parte, a razão central para a resistência da depressão norte-americana, que ainda deixou 17% de desempregados às vésperas da Primeira Guerra Mundial, foi que os setores líderes dessa fase do desenvolvimento americano exigiam pleno emprêgo e um ambiente de confiança antes que pudessem ser novamente ativados.

Quais foram êsses setores líderes na era norte-americana do consumo em massa? Foram, uma vez mais, o automóvel, a construção de residências suburbanas, a construção de estradas, e a difusão progressiva do automóvel e de outros bens duráveis de consumo a um número cada vez maior de famílias. Quando, em fases históricas anteriores, o impulso do crescimento dependia do prolongamento contínuo das estradas de ferro ou da introdução de outros processos industriais capazes de reduzirem os custos de produção — do lado da oferta — o investimento podia ser considerado lucrativo com níveis rela-

tivamente baixos de procura dos consumidores no momento. Porém, quando o investimento passa a centralizar-se em torno de indústrias e serviços baseados no consumo em expansão, faz-se mister o pleno emprêgo, em certo sentido, para sustentar o pleno emprêgo. Pois, a menos que os níveis de consumo forcem o movimento, a capacidade das indústrias de bens de consumo e das que as suprem de matérias-primas não será totalmente utilizada, fazendo com que enfraqueça o ímpeto do investimento. Os horizontes da indústria norte-americana baixaram radicalmente na década de 1930, parecendo quase estabilizarem-se num nível baixo.

Quando, no século XIX, o aço ia sobretudo para as ferrovias ou para os novos navios metálicos, a procura de aço era um reflexo daquilo que alguns economistas gostam de chamar investimento exógeno; na era do consumo em massa, quando a procura de aço é, digamos, oriunda dos fabricantes de automóveis e de indústrias de conservas, essa procura se torna um reflexo do investimento endógeno — do aumento de renda, do acelerador, poder-se-ia dizer.

Sob êsse ponto de vista, a Segunda Guerra Mundial foi uma espécie de *deus ex machina* que levou os Estados Unidos de volta à situação de pleno emprêgo; no contexto do mundo de pós-guerra — seus dispositivos institucionais drásticamente alterados pelo *New Deal* e por legislação como a que foi elaborada para dar moradia aos ex-combatentes — os Estados Unidos prosseguiram para rematar a revolução de bens duráveis de consumo em uma década em que foi crônica a existência do pleno emprêgo, entre, digamos, 1946 e 1956.

Durante a depressão, a sociedade norte-americana fêz mais, está claro, do que experimentar simplesmente uma depressão. Quando enguiçou o motor do crescimento baseado em automóveis, habitações suburbanas e bens duráveis de consumo, os Estados Unidos lançaram seu pêso na direção de uma alternativa de pós-maturidade, isto é, de aumentar as cotas atribuídas à assistência social. E os contornos do Estado do Bem-Estar foram traçados sob o govêrno de Franklin Roosevelt, para tornarem-se parte consagrada do panorama norte-americano até hoje.

#### Quarta Fase: A Prosperidade do Após-Guerra

A quarta fase — a grande prosperidade do após-guerra, de 1946-56 — pode ser olhada como uma retomada do surto da década de 1920. A marcha para os subúrbios prosseguiu após uma desaceleração acentuada na década de 1930. Em 1948, 54% das famílias norte-americanas possuíam seus carros próprios; dez anos depois, 73%. Em 1946, 69% das casas com instalação elétrica tinham refrigeradores elétricos; dez anos depois, esse número era de 96%, e os dados para outros utensílios elétricos — por exemplo, o aspirador de pó e a máquina de lavar roupa — eram similares. A televisão estava instalada em 86% dessas casas em 1956.

E embora o congelador e o ar condicionado ainda estejam começando a firmar-se nas residências norte-americanas, está claro que o desenvolvimento do país não pode continuar a basear-se tão ponderavelmente na propagação a uma proporção crescente da comunidade da casa suburbana, do automóvel e da mescla padronizada de engenhocas elétricas. Em alguns casos, o volume da produção começou a decair flagrantemente antes da recente recessão em que a indústria automobilística, possuída pelo *hybris* em seus últimos modelos, excedeu-se e viu-se forçada a verificar que tôdas as curvas de crescimento setorial são sujeitas a uma desaceleração a longo prazo (\*).

---

(\*) Esta transição, diga-se de passagem, apresenta um problema interessante para os Estados Unidos, pois ocorre exatamente numa ocasião em que a Europa Ocidental, o Japão e — um pouco mais para trás — a Rússia, estão entrando numa etapa de rápido crescimento em matéria de bens duráveis de consumo. Parte importante da superioridade americana em exportação nos últimos tempos baseou-se em sua situação pioneira nestes artigos de engenharia leve. Agora, eles estão sendo produzidos em massa eficientemente em muitos países, onde prevalecem salários mais baixos. Será que Detroit está repetindo uma nova versão do que os fabricantes britânicos de artigos de algodão e de ferro para trilhos sofreram no passado distante?

### Quinta Fase: E Agora para Onde?

Que nos reserva, então, o futuro? Será que os norte-americanos, tendo erigido esta civilização suburbana e móvel, irão agora parar para arrumá-la um pouco e fruir os benefícios da abundância? Estará prestes a surgir a semana de quatro dias úteis e três de folga? Alguns acham que sim, e é ainda cedo demais para rejeitar dogmáticamente tal opinião.

Está claro, no entanto, que algo de nôvo e importante se deu na sociedade norte-americana, à medida que a era dos bens duráveis de consumo se adiantou para sua conclusão lógica; êste processo, uma vez mais, obedece à dinâmica dos Buddenbrooks. Quando a revolução dos bens duráveis de consumo avançava para um ponto em que o ritmo da difusão tinha de esmorecer um pouco, a sociedade norte-americana tomou uma decisão das mais extraordinárias e inesperadas: os americanos agiram como se preferissem mais um filho a mais uma unidade de consumo.

Durante os anos de guerra, a taxa de natalidade subiu de 18 para cêrca de 22 por 1.000. Na ocasião, isto foi considerado — em grande parte o foi — um fenômeno do retôrno ao pleno emprêgo e dos casamentos precoces de tempo de guerra. Nos anos do após-guerra, entretanto, o nível de nascimentos elevou-se e permaneceu nuns 25 por 1.000, produzindo um crescimento demográfico, bem como variações na estrutura da população por grupos de idades e no ritmo de formação das famílias, da máxima significação econômica. Uma previsão oficial da população norte-americana feita em 1946 estimou que ela atingiria 165 milhões em 1990; êsse número, na realidade, foi ultrapassado dentro de um decênio. No momento atual, a população norte-americana está crescendo à razão de mais de 1,5% *per annum* e prevê-se que chegará a uns 240 milhões em 1980.

Esta reimposição do malthusianismo na sociedade norte-americana, com tôdas as suas conseqüências, combinada com outras circunstâncias — notadamente o *deficit* acumulado de capital social fixo e o custo da corrida armamentista, caso venham a continuar — provávelmente farão a próxima década

da História norte-americana caracterizar-se pela expansão vigorosa do volume da produção, matizada por austeridade no plano do consumo particular.

Para tornar mais concreta esta noção da tensão sobre o consumo particular, considere-se uma estimativa da "razão de dependência" recentemente calculada em um estudo da população norte-americana por Conrad e Irene Taeuber (\*). Trata-se de uma medida da razão entre a população que efetivamente trabalha e a que se acha fora dos limites da idade de trabalho — nos Estados Unidos, abaixo de 20 e acima de 65. É calculada sob a forma de número de dependentes sustentados por 100 homens da força de trabalho. Historicamente, essa relação vem caindo, isto é, cada membro da força de trabalho tem tido de sustentar um número progressivamente menor de não-trabalhadores. Em 1915 era 84; em 1935, baixou para 74; em 1955 subira para 81; na base da atual estrutura demográfica e natalidade deverá ser da ordem de 98 em 1975.

Resumindo, por sua própria escolha, a sociedade norte-americana de 1959 não é tão opulenta quanto parece. Ainda é demasiado cedo para a semana de quatro dias e para tolerar-se níveis apreciáveis de desemprego, caso os benefícios de desemprego sejam bastante grandes — consoante o Professor Galbraith aconselhou. Uma sociedade como a dos Estados Unidos, estruturalmente votada a um estilo de vida de grande consumo; a manter as regras do decôro que acompanham um adequado capital social fixo; votada, por seus próprios interesses e pelos que dela dependem ou a ela estão aliados, a lidar com um ambiente mundial traiçoeiro e extremamente dispendioso; votada, ademais, por força de sua própria dinâmica interna, a uma população rapidamente crescente e a uma força de trabalho que tem de sustentar gente mais velha e mais jovem... uma sociedade assim tem de utilizar seus recursos plena, produtiva e sensatamente. O

---

(\*) C. Taeuber and I. B. Taeuber, *The Changing Population of the United States* (New York, 1958), pág. 325.

problema de opção e de repartição — o problema da escassez — ainda não foi afastado dela.

## A PÓS-MATURIDADE EM OUTROS LUGARES

Surge agora a pergunta: por que a Europa Ocidental, que também alcançara a maturidade quando da Primeira Guerra Mundial, não fez companhia aos Estados Unidos na era de consumo em massa da década de 1920? Ou, por outras palavras, qual foi a sucessão de opções feitas pela Europa Ocidental em sua fase pós-maturidade, entre as alternativas possíveis?

### *Antes de 1914*

Antes de 1914, à medida que aumentavam as pressões para compensar e amenizar os sofrimentos causados por uma sociedade industrializada, as sociedades da Europa Ocidental se encaminharam mais pronunciadamente que os Estados Unidos para o Estado do Bem-Estar. Isso se deveu, provavelmente, ao fato de seu equilíbrio político ser menos agrário; contudo, houve igualmente outros elementos, particularmente o maior peso das doutrinas e ideais socialistas entre os operários e os líderes intelectuais. O governo foi solicitado a fornecer uma proporção maior do consumo total do que nos Estados Unidos. Como indicam as recentes comparações entre os países da Organização para a Cooperação Econômica da Europa e os Estados Unidos, dirigidas por Milton Gilbert, a Europa Ocidental continuou até 1955 a esperar do Estado uma proporção mais elevada do consumo (exceto despesas com a defesa nacional) do que os Estados Unidos (\*). O aumento do consumo urbano na Europa Ocidental esteve também, como nos Estados Unidos, sujeito

---

(\*) Milton Gilbert et al., *Comparative National Products and Price Levels* (O. E. E. C., Paris, 1958), especialmente Quadro 28, pág. 82.

a severa restrição na década pré-1914, devido à ascensão do custo de vida (\*). E, até certo ponto, movimentos como a Reforma Liberal de Lloyd George devem ser interpretados em parte como um apêlo à política, procurando compensar com votos a repartição não-eqüitativa que faz o mercado, tanto quanto o *New Deal* foi a reação de uma sociedade frustrada pelo desemprego grave e crônico.

### *A Década de 1920*

Que se dirá da década de 1920 na Europa Ocidental?

Nos anos imediatamente após a guerra, a Europa Ocidental se defrontou, evidentemente, com problemas mais graves de reconstrução e problemas mais difíceis de reajustamento do que os Estados Unidos. A Europa Ocidental não prosseguiu diretamente para a era de bens duráveis de consumo como sucedeu com os Estados Unidos.

Nisto, a história das economias nacionais européias diverge bastante. O que podemos dizer, em geral, é que na década de 1920 houve, para a maior parte da Europa, somente quatro anos de prosperidade relativamente normal, 1925-9, e que êstes apenas levaram a Europa Ocidental de volta a algo semelhante — ou ligeiramente acima — aos níveis de volume de produção de 1913. Enquanto o crescimento norte-americano continuava, reerguido pela nova fase de habitações suburbanas, o automóvel e os bens duráveis de consumo, a Europa retrocedeu relativamente naquele decênio. Se a presente análise está certa, a razão foi que as sociedades européias, no sentido mais lato, deixaram de prosseguir para o que é lógicamente — em termos das elasticidades-renda aparentes da procura de uma economia livre — a etapa normal de desenvolvimento após a maturidade.

### *A Década de 1930*

A história da década de 1930 tende a confirmar esta hipótese, até certo ponto. Deixando de lado o rearmamento,

---

(\*) Ver, em particular, A. R. Prest, *Consumers' Expenditure in the United Kingdom, 1900-1918* (Cambridge, 1954), págs. 5-10.

foi a construção de habitações e certa aceleração nos setores automobilístico e de bens duráveis de consumo que ajudaram a criar uma prosperidade limitada da Europa Ocidental nessa década. Ou, por outras palavras, quando as diretrizes dos governos europeus começaram a gerar um ambiente de maior prosperidade nesse decênio, as elasticidades-renda da procura se expressaram através de um aumento desproporcionado na procura de bens duráveis de consumo e de serviços — inclusive habitações.

Considere-se, por um instante, a produção relativa de veículos motorizados, particulares e comerciais, entre 1929 e 1938 na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Svennilson calcula que as quatro principais nações européias produziram 702.000 veículos dêsses em 1929, ao passo que os Estados Unidos produziram 5,4 milhões naquele ano. Após uma década de prolongada depressão nos Estados Unidos e um grau bastante maior de recuperação européia, os dados para 1938 eram assaz diferentes. Para a Europa, 1,1 milhão; para os Estados Unidos, 2,5 milhões. O hiato foi reduzido de um dado europeu igual a 13% do norte-americano em 1929, para um igual a 44% nas vésperas da Segunda Guerra Mundial (\*).

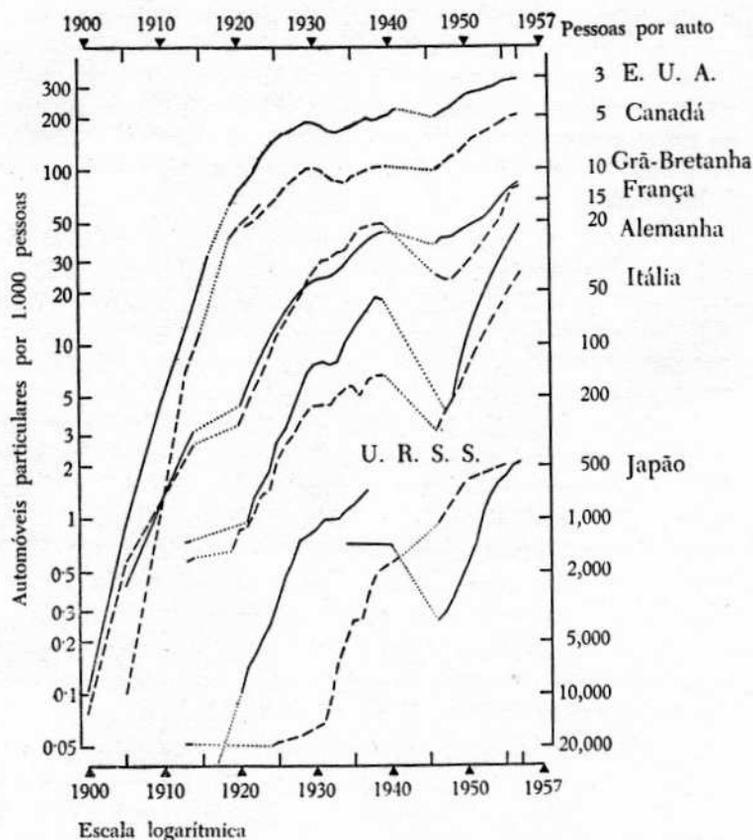
As figuras apresentadas nas três páginas seguintes sugerem a difusão relativa, num período mais longo, do automóvel particular nas sociedades já na pós-maturidade.

Diversos fatores técnicos e geográficos respondem pela motorização mais lenta, relativamente, da Europa: o vasto capital necessário à construção de rodovias; o poderio monopolista das ferrovias e dos governos que as apoiavam; o início prematuro dos Estados Unidos na concepção do automóvel produzido em massa para um mercado de massas; as maiores distâncias nos Estados Unidos e a maior disponibilidade de terra suburbana barata para a construção de habitações. Contudo, deve-se acrescer finalmente que a sociedade norte-

---

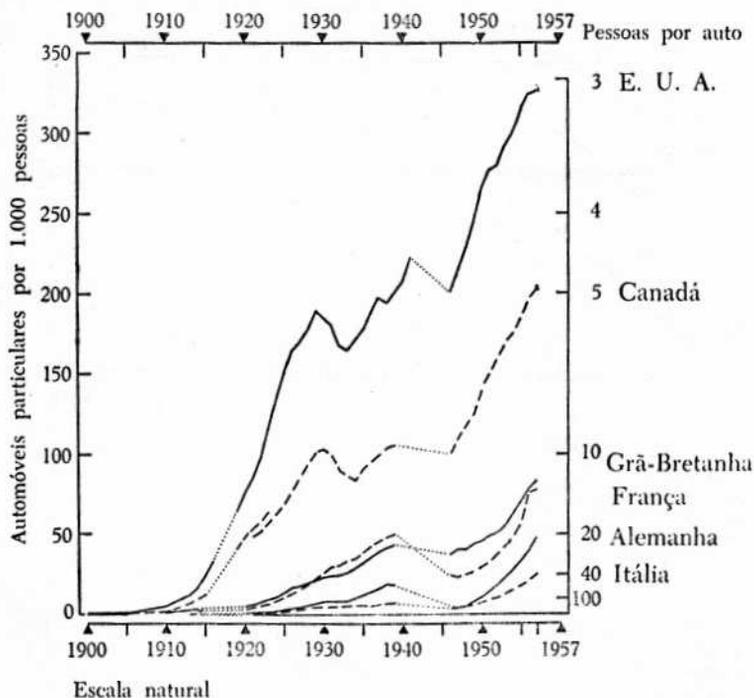
(\*) Ingvar Svennilson, *Growth and Stagnation in the European Economy* (U. N., E. C. E., Genebra, 1954), págs. 144-52.

### Difusão do automóvel particular



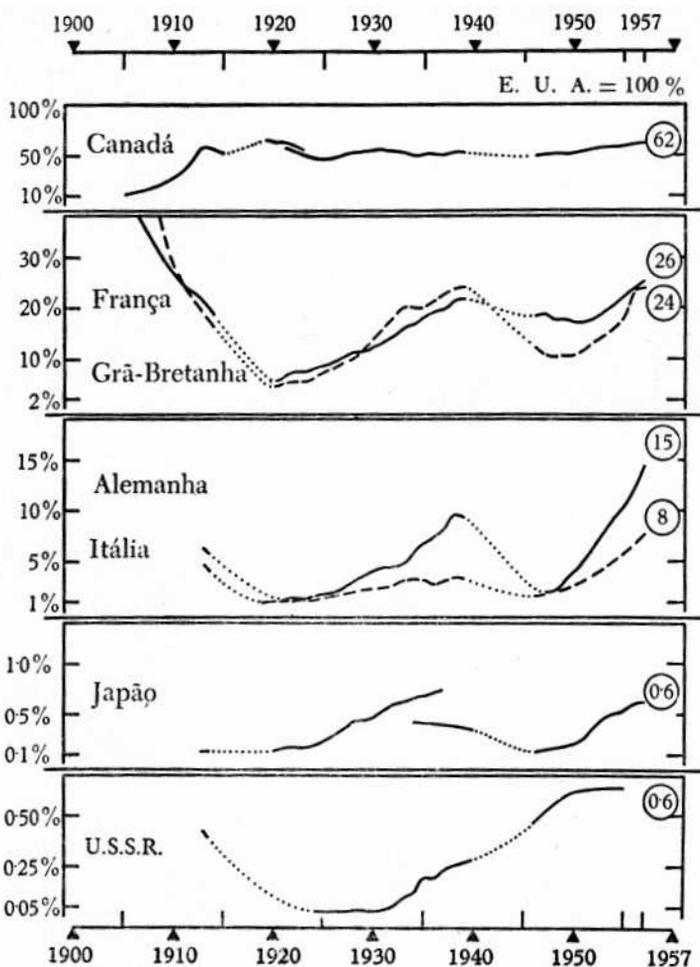
americana, com seus preconceitos igualitários, seus tradicionais salários altos e padrão de vida elevado dos operários, aceitou mais facilmente a concepção de consumo em massa do que o fizeram as sociedades mais hierarquizadas da Europa. Levou mais tempo para o operário europeu aceitar a idéia de que as engenhocas da era da máquina, viagens e outros serviços que uma economia adulta pode-se dar ao luxo de desfrutar, são realmente para êle e para sua família. E êste fato auxilia,

### Difusão do automóvel particular



em parte, a explicar a reativa estagnação da economia européia durante o intervalo entre as duas guerras.

Está claro, porém, que outro fator também auxiliou a determinar esses resultados. A grande depressão após 1929 rompeu o domínio de uma geração de chefes políticos em quase todas as sociedades adultas, cuja atitude fôra dominada por um desejo de recriar um certo tipo de normalidade anterior a 1914. Nos Estados Unidos, a depressão levou ao poder uma oposição que instaurou uma versão norte-americana do Estado do Bem-Estar. Na Grã-Bretanha, ela conduziu a um Governo Nacional e, a seguir, conservador, que desenvolveu certa prosperidade através da construção civil, desvalorização da moeda e Preferência aos Produtos do Império; na França,



a um governo de Frente Popular. Mas, na Alemanha e no Japão, o colapso — econômico, diplomático, militar e psicológico — do sistema implícito do tratado de Versalhes resultou em regimes que optaram por uma utilização bastante diferente das potencialidades das economias adultas: a expansão militar. E, uma vez Hitler e os militares japoneses instalados no poder,

a arena da competição pelo poder impôs um conjunto assaz diverso de imperativos a tôdas as outras sociedades. A curto prazo, o rearmamento se tornou um fator na recuperação européia da década de 1930, desviando recursos da ampliação do consumo em massa e num prazo não tão longo sobreveio uma guerra de grandes proporções.

### *Após 1945*

Nos anos do após-guerra, seguiu-se um intervalo de reconstrução. Desta vez, porém, na Europa Ocidental despontou a fase de bens duráveis de consumo e serviços. Enquanto os Estados Unidos impeliavam a era do grande consumo para uma conclusão lógica e principiavam a alterar seus contornos dando preferência a famílias maiores, a Europa Ocidental e o Japão começaram a disseminar por suas populações, em graus variáveis, os tipos de bens e serviços que um sistema industrial amadurecido pode proporcionar. Entre 1950 e 1955, a distância entre as despesas proporcionais dos norte-americanos e europeus ocidentais com bens duráveis de consumo começou a encolher, e o estudo de Gilbert mostra que nos anos de pós-guerra as diferenças em despesas de consumo entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental, assim como entre os países desta última, podem ser quase que inteiramente explicados em função de rendas e preços relativos. Míngua consideravelmente a área a ser explicada pelo que os economistas chamam de "diferenças de gosto".

Tôdas as sociedades adultas de após-guerra do Ocidente e do Japão estão-se comportando de uma maneira singularmente norte-americana, exceto os norte-americanos com sua curiosa e nova obsessão com a vida de família, de viver retirado, do "faça você mesmo", das excursões em casas-reboque e em lanchas, e a moda de escrever impiedosamente contra o Homem das Organizações.

O nível da renda real e do consumo *per capita* no Japão é, está claro, mais baixo que na maioria dos países da Europa Ocidental. Não obstante, o extraordinário incremento da indústria terciária no após-guerra e as provas de uma disseminação dos bens de consumo e serviços em escala inédita,

alvitraram que, com modificações apropriadas, os japoneses também estejam experimentando uma onda típica de crescimento após-maturidade, baseada em boa parte nos níveis crescentes de consumo em massa (\*). A Europa Ocidental e o Japão entraram, pois, — à moda respectiva de cada um — sem restrições, na década de 1920 dos norte-americanos: sem, todavia, a aberração peculiarmente americana da Proibição.

Importa deixar claro que para a Europa Ocidental essa transferência de setores líderes para as áreas do consumo em massa não é um acontecimento estritamente do após-guerra. A Grande Estrada do Oeste, o surto de Coventry e as fábricas Morris em Oxford são fenômenos anteriores; quanto ao Volkswagen — como concepção — é um produto da Alemanha de Hitler e de pressões por um gênero de consumo a que o governo alemão dos últimos anos da década de 1930 sentiu necessário atender, nem que fôsse ao menos por demagogia. Contudo, foi só nos anos do após-guerra que os obstáculos — técnicos, políticos e sociológicos — foram removidos. Não há dúvida que o ímpeto das economias da Europa Ocidental após a guerra tem de ser explicado substancialmente por uma valorização súbita e generalizada dos bens e serviços de consumo: a aceitação e absorção da era do consumo em massa.

## AS RELAÇÕES DE TROCA DEPOIS DE DUAS GUERRAS

Há ainda, todavia, outro problema a ser explicado. Ao considerar os Estados Unidos da década de 1930, lembremos que foi dado realce ao papel do pleno emprego como uma força inicial — quase que uma condição prévia indispensável — para pôr em movimento o mecanismo da difusão. A máxima dominante era, a grosso modo, que para o grande consumo servir como setor líder era mister conseguir-se o pleno emprego, de forma que a pressão para expandir o investimento nos setores de consumo se pudesse fazer sentir.

---

(\*) Ver, especialmente, K. Ohkawa, *The Growth Rate of the Japanese Economy since 1878*, págs. 231-43.

Deve-se explicar como é que as sociedades da Europa Ocidental encontraram tanta dificuldade para dar emprego a todos após a Primeira Guerra Mundial e por que isso foi relativamente tão fácil depois da Segunda.

Sem faltar ao respeito à Revolução Keynesiana, o refluxo na política democrática com relação ao pleno emprego não é explicação suficiente, pois embora os políticos viessem a ser inexoravelmente premidos a criar condições para acabar com o desemprego, caso êste demonstrasse ser o principal problema após 1945 — essa não foi a situação existente até 1956. Seu dilema girava em torno da inflação e das dificuldades com o balanço de pagamentos. Seu problema central foi o de mobilizar recursos bastantes para outras finalidades essenciais — política militar e exterior, exportações e investimento — em face de um impulso poderoso para ampliar a área e a escala do consumo em massa.

Em grande parte, a razão dêsse resultado está numa diferença radical entre o mundo após 1920 e o após 1945. Em 1920, os preços dos gêneros alimentícios e matérias-primas sofreram uma baixa repentina com relação aos produtos industriais, contribuindo para condições de comércio extremamente favoráveis para as áreas urbanas do mundo, mas enfraquecendo a procura rural de produtos manufaturados. Por isso, os mercados exportadores da Europa sofreram (\*). Na Grã-Bretanha, e em menor grau alhures, as vantagens das relações de troca favoráveis, foram grandemente dissipadas, nos anos que mediaram entre as guerras, sob a forma de desemprego crônico nos setores de exportação e nas indústrias que dependiam dêstes, como a carbonífera. Durante um decênio, após a Segunda Guerra Mundial, a situação foi justamente a oposta. As cidades — e nações com a Grã-Bretanha —

---

(\*) A Grã-Bretanha e outros grandes exportadores, para regiões produtoras de gêneros alimentícios e de matérias-primas, experimentaram uma versão mitigada das condições do dilema comercial em 1958-59. No mundo contemporâneo, sem embargo, as pressões para sustentar as rendas dos importadores de bens manufaturados — via exportações de capital — são imensamente mais poderosas que na década de 1920.

foram severamente acoissadas pelas relações de troca desfavoráveis, mas a procura de exportações era grande, sendo facilmente conseguido o pleno emprêgo. E se acrescentarmos ao pleno emprêgo crônico as mudanças estruturais, como o estímulo da Segunda Guerra Mundial às indústrias de engenharia leve — que podiam ser facilmente convertidas em muitas linhas de produção de bens duráveis de consumo e bens de capital, a determinação de tempo de guerra dos povos europeus a afirmarem-se política e socialmente, o efeito-demonstração dos pracinhas norte-americanos fumando charutos e distribuindo as dádivas dos armazéns às mocinhas da região, aí se encontra a base para a nova era da história econômica, social e política da Europa Ocidental e do Japão, que podemos observar presentemente.

#### PARA ALÉM DO CONSUMO EM MASSA

Agora, recuemos um pouco e busquemos uma perspectiva mais ampla.

A tese dêste livro tem sido a que, uma vez tendo o homem concebido seu meio físico como sendo sujeito a leis constantes e suscetíveis de serem conhecidas, passou a manipulá-lo em proveito próprio, sob o aspecto econômico; e, igualmente, uma vez demonstrado que era possível o crescimento, as consequências dêste e da modernização, notadamente suas ilações militares, transtornaram uma sociedade tradicional após outra, impelindo-as até seu traiçoeiro período de precondições, de que muitas, mas não tôdas, já emergiram agora para o desenvolvimento autônomo por intermédio do mecanismo do arranco descrito no cap. IV.

Êste estado de coisas revolucionário não fixou um figurino único de evolução a que tôda sociedade se tenha conformado; porém, em cada etapa, estabeleceu uma série análoga de possibilidades de escolha para cada sociedade, reguladas pelos problemas e possibilidades do próprio processo de desenvolvimento.

Em capítulos sucessivos examinamos os problemas, possibilidades e escolhas do período das condições, do arranco, da maturidade e da era do consumo em massa.

Esta última de maneira alguma chegou ao fim, nem mesmo nos Estados Unidos, e continua adquirindo ímpeto em muitas partes da Europa Ocidental assim como do Japão. Podemos estar certos de que serão variados os padrões de consumo que surgirão à medida que os juros compostos prosseguirem mourendo e as elasticidades-renda da procura, em sua mais ampla acepção, revelarem-se em diferentes sociedades. Por exemplo, não há necessidade para outras sociedades de investir tanto quanto os Estados Unidos no automóvel; de instalar seus subúrbios tão afastados dos centros das cidades; de impor-se a si mesmas os gêneros de problemas com que os Estados Unidos agora se defrontam na reconstrução de velhos centros urbanos, de construção de novas redes rodoviárias metropolitanas e continentais, e na obtenção de locais de estacionamento de carros. Com efeito, há sérias limitações geográficas e físicas para outras nações repetirem êsses moldes, excetuando-se, talvez, a Rússia. Podemos confiar, contudo, que até o ponto em que a soberania do consumidor fôr respeitada e as rendas reais aumentarem, veremos elasticidades-renda de procura semelhantes — porém não idênticas — e, por conseguinte, configurações semelhantes de evolução estrutural nas diferentes sociedades, à proporção que elas atravessarem a fase do consumo em massa.

Bem, deixemos de lado a corrida armamentista e a ameaça de guerra, e consideremos esta pergunta: e agora para onde? O que acontecerá às sociedades quando a renda proporcionar comida tão boa para praticamente tôda gente ao ponto de provocar-se questões de saúde pública devido à própria fartura; quando o problema da habitação estiver de tal maneira resolvido que as pessoas não se sintam tentadas a esforçar-se muito para melhorá-lo; quando o vestuário fôr do mesmo modo adequado; quando uma Lambretta ou um Volkswagen estiver virtualmente ao alcance de todos — se não forçosamente um monstruoso rabo-de-peixe norte-americano? Esta etapa ainda não foi completamente atingida; mas já o foi por bas-

tantes norte-americanos e norte-europeus para pôr em evidência, como problema sério e significativo, a natureza da próxima etapa.

Afinal de contas, a vida da maioria dos seres humanos desde o comêço dos tempos tem sido principalmente ocupada na obtenção de alimento, habitação e vestuário para si próprio e para suas famílias. O que acontecerá quando a dinâmica dos Buddenbrooks avançar mais um passo, estabelecendo-se a utilidade marginal relativamente decrescente para a própria renda real, alcançando as massas?

Será que o homem cairá em uma estagnação espiritual, não encontrando nenhuma aplicação digna para suas energias, talentos e o instinto para atingir a imortalidade? Seguirá os norte-americanos, reinstaurando a vida árdua pelo aumento da taxa de natalidade? Arranjará o diabo serviço para os ociosos? Aprenderão os homens a fazer guerras com a violência apenas suficiente para constituir um bom esporte — e apressar a depreciação dos capitais — sem fazer o planeta voar pelos ares? Será que a exploração do espaço exterior oferecerá uma válvula de escape interessante e dispendiosa para recursos e ambições? Ou será que o homem, convertido *en masse* numa versão suburbana de um nobre proprietário rural do século XVIII, encontrará em determinada mescla de caça, tiro e pesca, a vida para o corpo e o espírito, a par do drama mínimo de perpetuar a espécie, fronteiras suficientes para conservar o sabor da vida? (A propósito, duvidamos que metade da raça humana — isto é, as mulheres — reconhecerá a realidade do problema, pois que criar filhos em uma sociedade onde hajam praticamente desaparecido os empregados é um bocado de programa, com ou sem bens duráveis de consumo... O problema do tédio é um problema exclusivamente masculino, pelo menos até os filhos crescerem.)

Não obstante, eis uma pergunta assaz real. Salvador de Madariaga recentemente propôs a pergunta, ao escrever a respeito das democracias anglo-saxãs e escandinavas: (\*)

---

(\*) Salvador de Madariaga, *Democracy versus Liberty?* (London, 1958), pág. 17.

Todos êsses países desfrutam duas vantagens que lhes dão certo prestígio: o padrão de vida de suas populações é relativamente elevado e sua vida política não é perturbada por quaisquer incidentes sérios. Paz interna e prosperidade são benefícios tão patentes que outros povos, ao contemplá-los, poderão talvez deixar-se arrastar pela inveja e pela admiração, a ponto de não observarem certos aspectos que contrabalançam essa vida dos anglo-saxões e escandinavos.

O mais notável de todos êles é, sem dúvida, o tédio. Povos bem governados e bem administrados morrem de tédio.

Não estamos preparados para aceitar integralmente êsse modo de ver, mas êle ainda suscita a pergunta: será que a pobreza e a luta civil constituem condição necessária a uma vívida existência humana?

Retornaremos a êste tema no capítulo final, ao comparar o nirvana marxista do comunismo com a nossa própria opinião acêrca das conseqüências a longo prazo dos juros compostos. Não carecemos, todavia, de remoer demais isto. Por enquanto — para esta geração e possivelmente para a próxima — há uma dupla bem temível de feras sôltas no caminho. Primeiramente, a existência de armas modernas de destruição em massa que, se não forem domadas e controladas, poderão solucionar êste e todos os outros problemas da raça humana, de uma vez por tôdas. Em segundo lugar, o fato de que tôda a metade austral do globo, mais a China, está envolvida ativamente na etapa das precondições para o arranco ou no arranco pròpriamente dito. Ainda têm muito o que fazer, mas sua previsível maturidade suscita esta pergunta: será que veremos, daqui a pouco, uma nova sucessão de chefes políticos atçados à agressão por sua recém-adquirida maturidade técnica ou veremos uma reconciliação global da raça humana? Êstes dois problemas — o da corrida armamentista e o das novas nações cheias de aspirações — íntimamente relacionados no mundo da diplomacia contemporânea, apresentam, para as sociedades

setentrionais técnicamente mais amadurecidas, uma ordem do dia das mais trabalhosas, para o que, a despeito das do uras dos bens duráveis de consumo dos serviços, e até mesmo das famílias maiores, devemos voltar nossa aten o se quisermos ter uma oportunidade de ver se poderá ser vencida a estagna o espiritual secular — ou o tédio.

## CAPÍTULO VII

# DESENVOLVIMENTO RUSSO E NORTE-AMERICANO

### UM PARALELISMO EXTRAORDINÁRIO

**A**NTES de passarmos, nos capítulos VIII e IX, à relevância das etapas de desenvolvimento para os problemas da guerra e da paz, talvez valha a pena examinar sumariamente um assunto de interesse simultaneamente histórico e atual: a natureza e o significado das trajetórias relativas de desenvolvimento da Rússia e dos Estados Unidos.

Quando pensamos, em termos jornalísticos, no desenvolvimento econômico da Rússia, uma série de imagens nos acode ao espírito: a imagem de uma nação surgindo com muito atraso, sob o comunismo, para um *status* de potência industrial de primeira grandeza — simbolizado pelo êxito russo ao lançar os primeiros satélites terrestre e solar; a imagem de um ritmo de desenvolvimento industrial único na experiência moderna, conservado em marcha forçada por um sistema de controles estatais que restringem o consumo, mantêm taxas inéditas de investimento e evitam lapsos na disponibilidade de empregos; a imagem de uma economia planificada tão diferente em seu método e instituições a ponto de exigir formas de análise diversas das aplicadas no Ocidente. Em suma, a imagem convencional a toda uma história por si só.

Há, evidentemente, profundos elementos especiais na história da evolução da moderna sociedade russa e de sua

economia; e, antes de terminarmos, tentaremos identificar a natureza de sua originalidade. O primeiro ponto, porém, a fixar, é que o desenvolvimento econômico russo nestes últimos cem anos é extraordinariamente semelhante ao dos Estados Unidos, com um retardamento de aproximadamente 35 anos no nível do volume da produção industrial e de aproximadamente meio século no rendimento *per capita* da indústria. Outrossim, o caso russo, entrelaçando as experiências czarista e comunista, recai, como o caso dos Estados Unidos, perfeitamente dentro do quadro amplo da análise das etapas de desenvolvimento.

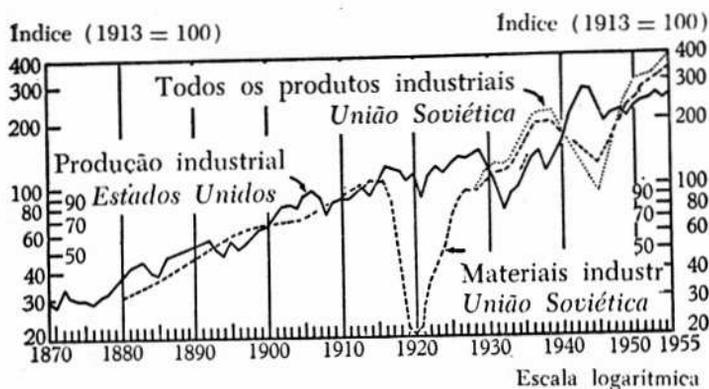
Ora, primeiramente consideremos a Figura, reproduzida do artigo de G. Warren Nutter, mostrando a produção industrial *per capita* da Rússia, de 1880 a 1955, e a dos Estados Unidos, de 1870 a 1955 (\*). Note-se, em particular, que o gráfico de Nutter converte a produção *per capita* em um índice, tomando 1913 como igual a 100. Ele mostra portanto índices de crescimento relativo na produção *per capita*, e não números absolutos; por isso, deve ser lido tendo em mente que o retardamento mediano em 1955, para as 37 indústrias focalizadas, é de 56 anos de crescimento: em suma, a curva soviética inteira é colocada abaixo da norte-americana com um afastamento que não varia muito, em termos de defasagem.

O que se revela é que, entre a década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial, a Rússia, avançou relativamente em seu

---

(\*) G. Warren Nutter, "Soviet Economic Developments: Some Observations on Soviet Industrial Growth", *The American Economic Review*, maio de 1957. Ver, também, "Measuring Production in the U. S. S. R.: Industrial Growth in the Soviet Union", *A. E. R.*, maio de 1958. Uma análise semelhante do desenvolvimento econômico russo e norte-americano, chegando a conclusões análogas, é a de Oscar Honkalehto, *Some Sectoral Growth Patterns in Russian Economic Development*, uma tese apresentada para a conquista do título de Mestre (Licenciado) em Ciências no M. I. T., Cambridge, Mass., fevereiro de 1955. É evidente que as investigações estatísticas mais volumosas de Nutter são completamente independentes do esforço pioneiro mais limitado de Honkalehto. Ver, ainda, Gregory Grossman, "Thirty Years of Soviet Industrialization", *Soviet Survey*, N.º 26 (outubro-dezembro de 1958).

arranco; recuou, na década de 1920, quando os Estados Unidos passaram por um surto rápido, e a Rússia reorganizou-se lentamente após a guerra e a revolução; avançou relativamente durante os primeiros Planos Quinquenais da década de 1930, quando os Estados Unidos se viram presos numa queda brusca; na fase após 1945, a Rússia avançou de novo, relativamente, numa época em que a produção russa estava mais concentrada na indústria e a norte-americana estava-se transferindo estruturalmente para a construção de habitações e serviços não-manufatureiros.



Consideremos, agora, os Quadros 5 e 6, baseados em níveis absolutos de volume de produção (5) e rendimento *per capita* (6). Falando em termos muito gerais, a posição relativa, em função dos anos de defasagem, permanece em 1955 surpreendentemente igual à de 1913. Os atrasos não são, está claro uniformes: em rendimento estão 20 anos abaixo em minério de ferro, fertilizantes químicos e corantes; bem mais de 50 anos em certos bens de consumo: sabão e sabonete, por exemplo, artigos de lã e cerveja. Mas, se tomarmos a seqüência do desenvolvimento como base de comparação, em vez de outros possíveis critérios, Nutter está certo em suas quatro conclusões:

A indústria soviética parece estar ainda, grosso modo, três décadas e meia atrás dos Estados Unidos

QUADRO 5

Atraso da União Soviética com relação aos Estados Unidos, em volume de produção, dados de referência de nível, 37 indústrias

	Atraso			Aumento (+) ou		
	(n.º de anos)			diminuição (-) do atraso		
	1913	1937	1955	1913-37	1937-55	1913-55
Minério de ferro	28	36	15	8	-21	-13
Ferro-gusa	30	36	39	6	3	9
Lingotes de aço	21	32	29	11	-3	8
Aço laminado	27	35	29	8	-6	2
Cobre ves. primário	33	50	51	17	1	18
Chumbo	94	60	52	-34	-8	-42
Zinco	46	43	46	-3	3	0
Energia elétrica	13	21	16	8	-5	3
Carvão	45	49	47	4	-2	2
Coque	31	36	30	5	-6	-1
Petróleo bruto	14	26	34	12	8	20
Gás natural	32	51	52	19	1	20
Barrilha	22	31	24	9	-7	2
Fertilizante mineral	43+	27	14	-16+	-13	-29+
Corantes sintéticos	2	15	12	13	-3	10
Soda cáustica	17	25	24	8	-1	7
Papel	44	46	54	2	8	10
Madeira serrada	61	73	62	12	-11	1
Cimento	19	33	32	14	-1	13
Vidro p/ janelas	13	0	*	-13	—	-13+
Trilhos	42	57	54	15	-3	12
Vagões fer. p/ pas.	21	46	53	25	7	32
Idem p/ carga	33	51	69	18	18	36
Manteiga	21	38	35	17	-3	14
Óleos vegetais	5	26	29	21	3	24
Salsichas	24+	36	38	—	2	—
Safra de peixe	-11	4	*	15	-4+	—
Sabão	34+	52	52	—	0	—
Açúcar	6	17	27	11	10	21
Alimentos enlatados	43+	45	45	—	0	—
Cerveja	42	66	73	24	7	31
Cigarros	-1	11	14	12	3	15
Calçados	23+	44	44	—	0	—
Calçados de borracha	14+	19	*	—	-19+	-14+
Tecidos de algodão	28	44	48	16	4	20
Sêda e tecidos sintéticos	23	44	25	21	-19	2
Tecidos de lã e estambre	43+	67+	69	—	—	—
MEDIANA	28	36	35	11	-1	9

Nota: Um adiantamento soviético é indicado por um sinal negativo nas três primeiras colunas. Onde os dados norte-americanos não são suficientemente antigos para assinalarem o atraso total, o atraso calculável é seguido de um sinal de soma (+). O traço (-) denota dados insuficientes. O asterisco (\*) refere-se aos casos em que a produção soviética excede a norte-americana até hoje.

Fonte: G. Warren Nutter

QUADRO 6

*Atraso da União Soviética em relação aos Estados Unidos, em rendimento "per capita", dados de referência de nível, 37 indústrias*

	Atraso (n.º de anos)			Aumento (+) ou diminuição (-) do atraso		
	1913	1937	1955	1913-37	1937-55	1913-55
Minério de ferro	53+	52	54	—	2	—
Ferro-gusa	48	52	56	4	4	8
Lingotes de aço	30	40	49	10	9	19
Aço laminado	24+	48+	52	—	—	—
Cobre ves. primário	53	58	66	5	8	13
Chumbo	105+	109	76	—	-33	-29+
Zinco	53	57	59	4	2	6
Energia elétrica	14	26	25	12	-1	11
Carvão	66	69	69	3	0	3
Coque	33+	49	56	—	7	—
Petróleo bruto	27	34	41	7	7	14
Gás natural	32+	52	70	—	18	—
Barrilha	27	43	45	16	2	18
Fertilizante mineral	43+	40	30	-3+	-10	-13+
Corantes sintéticos	14+	20	22	—	2	—
Soda cáustica	19	40	35	21	-5	16
Papel	54+	67	71	—	4	—
Madeira serrada	114+	102	111	-12+	9	-3+
Cimento	30	38	47	8	9	17
Vidro p/ janelas	34+	-2	15	-36+	17	-19+
Trilhos	46+	70	85	—	15	—
Vagões fer. p/ pas.	27	57	69	30	12	42
Idem p/ carga	33+	57+	75+	—	—	—
Manteiga	30	50	58	20	8	28
Óleos vegetais	16	40	44	24	4	28
Salsichas	24+	48+	61	—	—	—
Safra de peixe	33+	57+	19	—	-38+	-14+
Sabão	34+	58+	76+	—	—	—
Açúcar	12	32	47	20	15	35
Alimentos enlatados	43+	62	60	—	-2	—
Cervejas	43+	67+	85+	—	—	—
Cigarros	0	15	19	15	4	19
Calçados	23+	47+	65+	—	—	—
Calçados de borracha	14+	38+	56+	—	—	—
Tecidos de algodão	43+	67+	85+	—	—	—
Sêda e tecidos sintéticos	34	58	42	24	-16	8
Tecidos de lã e estambre	43+	67+	85+	—	—	—
MEDIANA	—	—	56	10	4	13

Nota: Ver Quadro 5.

Fonte: G. Warren Nutter

em níveis de volume da produção e cêrca de cinco e meia em níveis de rendimento *per capita*. . . Segundo, . . . o desenvolvimento da indústria soviética é aproximadamente equivalente ao que se deu (nos Estados Unidos) nas quatro décadas que abarcaram a mudança de século — em têrmos *per capita*, a um período ainda anterior terminando na passagem do século. Terceiro, durante a era soviética inteira, as indústrias soviéticas geralmente perderam terreno tradicional para suas correspondentes norte-americanas — as defasagens têm em geral aumentado — tanto em têrmos de rendimento total quanto *per capita*. . . Quarto, embora as indústrias soviéticas hajam tendido nos últimos anos a ganhar terreno em têrmos de rendimento total, continuaram a perdê-lo em têrmos de rendimento *per capita*.

Tudo isto, em certo sentido, é uma forma estatística de afirmar que o arranco russo estava em marcha na década de 1890, ao passo que o norte-americano terminara em 1860. Após o arranco, ambas as sociedades sofreram sérias vicissitudes: os Estados Unidos na Guerra Civil e na prolongada depressão da década de 1930, a Rússia nas duas guerras mundiais que causaram uma devastação a que foram poupados os Estados Unidos. Mas o progresso da indústria, após o arranco, foi notavelmente semelhante nos dois casos, em têrmos de volume de produção; quanto a têrmos de produtividade *per capita*, a vantagem inicial norte-americana no equilíbrio entre população e recursos foi mais ou menos conservada até 1955. As semelhanças abrangeram o fato de o arranco russo também basear-se na estrada de ferro, dando vida a novas indústrias modernas do carvão, do ferro e da engenharia pesada, e êstes arrancos ferroviários também foram seguidos, em ambos os casos, por uma etapa dominada pela disseminação da tecnologia na fabricação do aço e de fertilizantes químicos bem como na produção de eletricidade.

## AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS

Tendo estabelecido êste arcabouço aproximado, mas importante, de uniformidade de experiência, cataloguemos agora algumas das principais diferenças entre a Rússia e os Estados Unidos.

1.º — A criação das precondições para o arranco foi, em suas dimensões não-econômicas, um processo assaz diverso na Rússia. Esta se achava profundamente emaranhada em sua própria versão de uma sociedade tradicional, com instituições bastante arraigadas de Igreja e Estado assim como os espinhosos problemas de posse da terra, servos analfabetos, superpovoamento, falta de uma classe média comerciante emancipada, uma cultura que desde logo dava pouco valor à moderna atividade econômica produtiva. Os Estados Unidos, para empregar ainda a frase de Hartz, “nasceram livres” — com fazendeiros vigorosos e independentes, donos de suas terras, e uma vasta disponibilidade de homens de empresa para o mundo dos negócios, assim como um sistema social e político que se ajustou facilmente à industrialização, salvo quanto ao Sul. Assim, enquanto a Rússia teve de superar uma sociedade tradicional, os Estados Unidos tiveram apenas de superar os atrativos para continuarem a ser um fornecedor de gêneros alimentícios e de matérias-primas — bem como, se assim se preferir, como o desencorajador de um colonialismo mais suave.

2.º — Durante todo êsse tempo, o consumo individual norte-americano, em cada etapa de desenvolvimento, foi superior ao russo. Temos, como em outros casos, um grau elevado de uniformidade, no tempo, na regulação temporal da difusão da tecnologia, tendo lugar dentro de uma difusão considerável de renda e consumo *per capita*. Basicamente, êste é um tópico de equilíbrio entre população e recursos, mas a tendência foi reforçada, tanto na Rússia czarista quanto na soviética, por restrições impostas pelo Estado sobre o nível de consumo das massas.

3.º — A marcha para a maturidade deu-se nos Estados Unidos após a Guerra Civil, num ambiente de relativa liberdade política — excetuando o Sul — em uma sociedade estreitamente vinculada à economia internacional, numa ocasião de paz, e, geralmente, com padrões cada vez maiores de consumo *per capita*. Na Rússia, ocorreu nas três décadas seguintes a 1928, em uma economia praticamente fechada, contra o pano de fundo de guerra e preparativos para a guerra, que não retardou a difusão da tecnologia mas limitou o aumento do consumo; e isso se deu com cerca de mais de 10 milhões de membros da força de trabalho normalmente em trabalho forçado até anos bem recentes.

4.º — A marcha soviética para a maturidade teve lugar não só com restrições ao consumo em geral mas restrições sérias em dois setores principais da economia, não completamente representados nestes índices de produção industrial: agricultura e habitação. Em habitação, a União Soviética viveu substancialmente do estoque czarista até há poucos anos, reduzindo ao mínimo os dispêndios dedicados à habitação e deixando decrescer o espaço destinado a cada família; na agricultura, investiu fortemente, porém dentro de um quadro de coletivização que manteve a produtividade patologicamente baixa, uma vez abandonada a Nova Política Econômica de Lênine em 1929. Ademais, a Rússia investiu muito pouco de veras em um sistema rodoviário moderno, que tanto tem atraído o capital norte-americano.

Destarte, a igualdade de ritmo histórico entre a industrialização soviética e a norte-americana foi alcançada por uma proporção radicalmente maior de investimento soviético nas indústrias pesadas e ligadas aos metais do que nos Estados Unidos, dando uma vantagem estatística de vulto à Rússia na comparação de índices de crescimento industrial. E esta diferença no padrão do investimento foi reforçada pelos dois fatores seguintes, bastante técnicos na verdade, desfrutados por quem quer que chegue atrasado: a relação entre o investimento líquido e o bruto durante a industrialização foi maior na Rússia que nos Estados Unidos, assim como o acervo

de possibilidades tecnológicas ainda sem aplicação (\*). Ambas estas vantagens são, essencialmente, transitórias, isto é, ao atingir a Rússia a maturidade, ela tem de destinar proporções relativas maiores de seus recursos para fazer face à depreciação, e, ao ficar em dia com a tecnologia moderna em todos os seus recursos, só pode aproveitar, como os Estados Unidos e as demais economias adultas, o aumento anual de novidades tecnológicas, em vez de uma vasta reserva acumulada.

Uma vantagem aparente, porém, resta para a União Soviética na estatística da corrida desenvolvimentista, e esta convém examinarmos um pouco mais: trata-se da concentração de seu investimento na indústria pesada relacionado com o poderio militar, em contraste com a difusão norte-americana pela indústria leve e pesada, bens de consumo e serviços. É essencialmente esta diferença no padrão dos gastos acima do nível de consumo que define tecnicamente as principais diferenças entre as economias soviética e norte-americana e que apresenta, em certo sentido, a questão de saber se o ulterior desenvolvimento econômico soviético será ou não um perigo para o mundo ocidental.

Para abordarmos esta questão de maneira racional, cumpre separar claramente duas questões: a dos gastos militares e a do ritmo e padrão do crescimento econômico soviético.

## A QUESTÃO MILITAR

Inicialmente, a questão militar. Nos últimos anos, a União Soviética vem destinando cerca de 20% do PNB a fins militares. Os dados mais recentes sobre orçamentos soviéticos alvitram algum declínio na proporção, mas não no nível absoluto da quantia atribuída a fins militares. Os Estados Unidos têm estado atribuindo uns 10% do PNB a fins militares.

---

(\*) Ver, especialmente, Norman M. Kaplan, "Capital Formation and Allocation", in A. Bergson (organizador), *Soviet Economic Growth* (Evanston e New York, 1953).

Corrigindo isso para níveis relativos de PNB e de preços relativos, é provavelmente fato que em termos reais o total do esforço militar soviético seja aproximadamente equivalente ao norte-americano. Difere bastante, contudo, na composição. A Rússia está um tanto mais adiantada em mísseis balísticos de médio e longo alcance e numa fase de produção antes que de pesquisa e desenvolvimento, o que consome, quase que certamente, uma proporção maior de seu orçamento; além disso, a Rússia tem conservado um vasto Exército. Os Estados Unidos, por outro lado, destinam maiores dotações para a Marinha e a Força Aérea.

A natureza da ameaça militar soviética está então, não na escala de seus gastos militares relativamente aos Estados Unidos, porém em saber se seus planos militares propendem a ocasionar uma das seguintes situações: primeiro, um avanço em mísseis suficientemente grande para aniquilar o poderio retaliatório do Ocidente num golpe único. Se este resultado fosse obtido, decorreria não da escala do esforço soviético, mas sim de uma providente concentração superior de seus melhores talentos científicos em um novo sistema de armas: tal e qual a Batalha da França foi perdida em 1940 não por causa da escala do esforço alemão em relação ao da França e da Grã-Bretanha, mas porque a técnica da guerra-relâmpago se baseava em uma tática de movimento dos tanques conjugados aos bombardeiros de mergulho. O segundo perigo é que a Rússia encontre uma situação em que poderá contrapor-se efetivamente ao poderio naval e aéreo norte-americano com sua ameaça de mísseis e subjugar-lo com suas maiores forças terrestres numa guerra limitada coroada de êxito em qualquer região importante.

Há também um terceiro perigo, de caráter hibridamente diplomático e militar, qual seja o de que em um teste de vontades, Moscou consiga forçar os ocidentais a uma retirada diplomática, numa determinada região, devido ao temor destes de que fincar pé ali será um risco de precipitar uma grande guerra.

Sucedendo que o modo de ver do autor é que os esforços militares norte-americanos deveriam ser maiores do que o são

presentemente, mas o perigo não está na escala relativa dos gastos militares soviéticos em face dos norte-americanos e ocidentais, nem tampouco em qualquer superioridade genérica no índice do crescimento soviético do PNB: o perigo está na composição do esforço militar soviético em relação ao de seus oponentes potenciais, e nas maneiras que os chefes soviéticos podem conceber para êle vir a dar frutos.

Este assunto geral pode-se tornar mais concreto por uma exemplificação. Após o lançamento do primeiro *sputnik* soviético, houve muita introspecção nos Estados Unidos visando a saber se o país estaria ou não produzindo um número demasiadamente diminuto de engenheiros e cientistas. Em alguns setores, a discussão revestiu-se da forma de verdadeiro "carnaval" numérico, em que se desenhavam quadros e gráficos acêrca da produção de engenheiros em ambos os países, com as curvas se cruzando sinistramente. Este modo de abordar o problema simplesmente deixou de lado o que importava. O que importava é que a Rússia concentrou uma proporção bem mais elevada dos engenheiros de que dispunha e, em especial, de seus cientistas criadores de primeira classe, nos assuntos militares, e depois concentrou-os num grau muito maior no problema dos mísseis. Foi nesta distribuição, mais do que na quantidade, que a Rússia progrediu — nos mísseis, e no poderio militar em geral (\*). Ela criou um *status* militar de primeira grandeza partindo de uma base econômica que, em escala e produtividade, está a alguma distância atrás dos Estados Unidos, flagrantemente atrás dos Estados Unidos e da Europa Ocidental combinados. Neste sentido, repetiu o que a Alemanha e o Japão fizeram na década de 1930. Não queremos, sequer por um instante, abrandar o significado ou

---

(\*) Este argumento não quer dizer, por exemplo, que o volume total de cientistas e engenheiros seja irrelevante para as possibilidades militares de uma sociedade. Por exemplo, a Rússia e os Estados Unidos, graças a seus vastos efetivos, podem explorar simultaneamente várias soluções possíveis para problemas de pontos de estrangulamento, ao passo que a Grã-Bretanha e a França, por exemplo, têm de arriscar-se numa escolha de *prima facie* dentre as soluções possíveis.

a ameaça deste sucesso russo. Porém, este êxito especializado e deliberado não deve ser confundido com a questão dos índices de desenvolvimento e o significado destes.

## A QUESTÃO ECONÔMICA

Isso deixa-nos com a segunda questão: o perigo — ou melhor, o significado — do atual índice superior de aumento do PNB soviético. Deveremos tremer porque na Rússia o PNB avança agora pouco menos de 6%, enquanto nos Estados Unidos de após 1945 tem variado, em média, entre 3 a 4% apenas? Conquanto, está claro, o mundo ocidental perdesse poder e influência em muitos sentidos, caso sua produção continuasse a estagnar, não há razão para pânico à luz das estatísticas soviéticas globais. Por que não? Será que as curvas em breve não se cruzarão? Será que a Rússia não alcançará em breve o primado mundial em certo sentido significativo?

Primeiramente, é mister ter cautela com as projeções lineares. Diversas forças atuantes na Rússia, já evidentes em seus dados projetados para expansão, estão contribuindo para a desaceleração. *E. C. E. Survey of Europe in 1957* (publicado em 1958) apresentou, por exemplo, os índices de crescimento projetados oficialmente dos setores principais da indústria russa mostrados no Quadro 7 (\*).

### QUADRO 7

*Índices de crescimento da indústria russa (%)*

Índice de crescimento médio anual	Carvão	Petróleo	Ferro-gusa	Energia		
				Aço	elétrica	Cimento
1955-60	8,6	13,6	10,0	8,5	13,5	19,5
1957-72	2,8	9,4	5,3	5,3	4,7	8,6

(\*) Estes números a longo prazo não são acentuadamente incoerente face às metras para 1956 apresentadas por Khrushchev ao 21.º Congresso do Partido Comunista Soviético em janeiro de 1959.

É de se duvidar pouco que os dados absolutos da produção soviética de aço, por exemplo, se aproximarão do nível dos norte-americanos. Como disse Nutter: "Cada filho em breve alcançará o pai em altura e irmãos de idades diferentes cada vez menos variarão em altura ao ficarem mais velhos." Todavia, o retardamento no índice de crescimento já está em andamento em muitos setores soviéticos, e apesar dos números absolutos das duas nações se aproximarem uns dos outros, e, com o tempo, virem a diminuir também os atrasos históricos da produtividade... que importa isso? Por que não deverá a Rússia ter um parque industrial igual ou até maior que o dos Estados Unidos, se sua população e seu equilíbrio população-recursos o permitem?

Em segundo lugar, se o Ocidente fizer face à ameaça de política militar e exterior representada pelas ambições e dilemas da Rússia — segundo linhas semelhantes às propostas no capítulo IX — então a composição da produção russa é de pouco interesse para nós.

Outrossim, essa composição por certo mudará. O atual ritmo elevado de crescimento do PNB soviético é substancialmente o produto de uma concentração peculiar de investimento em certos setores. Se o aço não mais tiver de ser utilizado para fins militares, para que será usado? Uma enorme indústria pesada, crescendo num ritmo acelerado, não é um objetivo em si mesma; tampouco ela é intrinsecamente uma vantagem internacional. Isto está aos poucos se refletindo nas distribuições de recursos soviéticos: na agricultura, por exemplo, onde a pressão para aumentar a oferta de alimentos de melhor qualidade é um importante objetivo interno; até certo ponto, na questão de moradias; até certo ponto, em outras modalidades de bens de consumo — por exemplo, televisão. Lentamente, sempre bem lentamente, o avanço insidioso das máquinas de lavar roupa, refrigeradores, motocicletas, e até automóveis já começou — e a primeira cidade-satélite russa está sendo construída (\*). Com o aumento dessas

---

(\*) Ver, sobretudo, *Economic Survey of Europe in 1957* (E. C. E., Genebra, 1958), cap. I, págs. 14 e 22.

pressões, e o avanço da estrutura econômica soviética para perto das economias de grande consumo do Ocidente, podemos esperar que os índices de crescimento se tornem mais parecidos também. Mas o fundamental é o seguinte: não devemos deixar-nos iludir pela ilusão de casos concretos mal interpretados. Uma economia é um instrumento para fins maiores. Quando ela é dirigida para fins que nos ameaçam — como no padrão e escala soviéticos dos gastos militares — temos de responder tornando a agressão permanentemente pouco atraente. Pelo contrário, a prova de força de nossas próprias economias — e do mundo não-comunista como um todo — não está nas realizações soviéticas, mas em nossa capacidade para atender às aspirações de nossos próprios povos.

### O LOCUS DO DESAFIO

Eis o obstáculo e o desafio. Comentando a respeito da exposição feita por Nutter nos fins de 1957 Hans Heymann, Jr., disse: "... a redução do crescimento soviético que é provável ter ocorrido, não parece ser causa para júbilo nosso, particularmente quando olhada em contraste com a tendência da produção manufatureira dos Estados Unidos, que não tem absolutamente crescido nos últimos dois anos (\*)." Se a produção norte-americana e ocidental estagnar, não seremos capazes de montar programas adequados de defesa militar ou de ajuda a regiões subdesenvolvidas, nem seremos capazes de fazer face às pressões de crescente consumo privado de capital social fixo decorrentes de nossas populações cada vez maiores. É evidente, por exemplo, que as sociedades democráticas têm de aprender a solucionar o problema da inflação por outros meios que não restrições sobre o nível de empregos e da produção. Embora os índices de desenvolvimento norte-americano e europeu ocidental não sejam, por si mesmos, a questão decisiva, é somente em face de adequados índices de aumento da produção e da produtividade que o

---

(\*) *American Economic Review, Papers and Proceedings*, maio de 1958, pág. 424.

processo democrático tende a produzir uma composição do volume da produção que não só protegerá nossas sociedades como manterá sua qualidade intrínseca.

A lição de tudo isso, pois, é que nada há de misterioso acêrca da evolução da Rússia moderna. Ela é uma grande nação, bem dotada pela Natureza e pela História para criar uma economia moderna e uma sociedade moderna. No decurso de seu arranco, foi atingida por uma guerra de vastas proporções, em que o equilíbrio precário e mutável entre elementos políticos tradicionais e democráticos sucumbiu ante a derrota e a desordem; uma forma particular de organização social moderna assumiu o contróle de uma situação revolucionária que não fôra criada por ela. Seus imperativos internos e ambições externas geraram uma versão da experiência comum de desenvolvimento, anormalmente centralizada na indústria pesada e no potencial militar. Sua liderança política está agora tentando explorar as margens dos recursos desvendados pelo seu amadurecimento, a fim de visar a uma expansão radical do poderio soviético no cenário mundial, abafando o ritmo de expansão do consumo. Mas nem em escala nem em repartição, nem tampouco em ímpeto, as providências russas de fato constituem uma ameaça que ultrapasse os recursos norte-americanos e ocidentais para enfrentá-la. Olhando bem para o porvir, não há, igualmente, razões para crer que a experiência russa venha a transcender limites conhecidos.

O problema apresentado pela Rússia contemporânea não está na originalidade da história de sua modernização, mas em saber se os Estados Unidos e o Ocidente poderão mobilizar seus amplos recursos para executar as tarefas que devem ser feitas — recursos de ânimo, inteligência, vontade e discernimento, tanto quanto aço e aparelhos elétricos. Trata-se de tarefas que não se estendem apenas a arsenais de mísseis e ao prosseguimento da difusão do bem-estar interno, mas também aos segundo e terceiro Planos Quinquenais da Índia e aos longínquos rincões da Ásia, do Oriente Médio, da África e da América Latina.

O problema não se acha no misterioso Oriente, porém no indecifrável Ocidente.

## CAPÍTULO VIII

### AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO RELATIVO E A AGRESSÃO (\*)

#### A GUERRA NA HISTÓRIA MODERNA

NESTE capítulo, volvemo-nos para o problema da guerra. De fato, dêle não se pode fugir em um sistema de raciocínio que se propõe a encontrar certa espécie de ordem na transição das sociedades tradicionais para as modernas. Pois que a progressão que até aqui apreciamos — das sociedades tradicionais para as de consumo em massas — tem sido, é fato histórico, marcada por violência organizada em bases nacionais. Os homens e as sociedades que êstes construíram não têm galgado suavemente as etapas de desenvolvimento, desde que o mundo da ciência moderna foi compreendido e começou a ser aplicado. Êles não criaram, desdobraram e difundiram as camadas de tecnologia, deixando a soberania dos consumidores e suas elasticidades de procura, de preços e de renda, determinar os contornos do desenvolvimento. A guerra consumiu recursos, aluiu ou alterou sociedades e modificou as opções à disposição dos homens e das sociedades de que êstes faziam parte.

---

(\*) Para uma análise interessante e original das causas das guerras, diferente desta na estrutura mas semelhante na intenção, ver Raymond Aron, *War and Industrial Society*, London: Oxford University Press, 1958.

Bem à parte do brutal fato histórico do conflito armado, há três razões bastante particulares que levam êste livro a tratar do problema da guerra.

A primeira, é que a teoria do período das precondições — da decomposição da sociedade tradicional e de sua suplantação por uma ou outra forma de sociedade moderna — apóia-se primordialmente no efeito-demonstração da relação entre a modernização e o poderio militar.

A segunda, é que se êste sistema se propõe a desafiar e superar o marxismo como um meio de encarar a História moderna, precisa êle de responder, a seu modo próprio, a questão formulada sob a rubrica de “imperialismo” pela análise marxista, segundo foi elaborado pelos sucessores de Marx.

E, finalmente, para que êste sistema proporcione uma perspectiva parcial útil dos tempos em que vivemos, carece de lançar certa luz sôbre a natureza de nossos perigos, em uma época de precário impasse nuclear; ademais, tem de ajudar, de certa forma modesta, a sugerir como os leões que estão postados em nosso caminho — isto é, a corrida armamentista e a organização de um mundo compreendendo muitas novas nações amadurecidas — podem ser afastados ou ultrapassados sem risco.

## O PROBLEMA DA SOBERANIA NACIONAL

Partimos de um fato que não nos é fornecido por nossa análise. A verdade é que tôda a transição que estamos examinando ocorreu historicamente dentro de um sistema de Estados nacionais e de soberania nacional. Esta significa que as nações retêm o direito último — direito êste sancionado pela lei, pelo costume e pelo que homens decentes julgam legítimo — de matar pessoas de outras nações em defesa ou no encalço daquilo que elas julgam ser seu respectivo interesse nacional. Os conceitos de nacionalidade, de soberania nacional e da legitimidade da guerra como instrumento reser-

vado da política nacional, são herdados, portanto, do mundo das sociedades tradicionais: elas antecedem a série de etapas pós-tradicionais que estamos examinando neste livro. Elas não podem ser explicadas pelos processos postos em marcha pela transformação das sociedades tradicionais em modernas, nem tampouco por aspectos ou compulsões especiais de qualquer determinada etapa de desenvolvimento.

Não obstante, as guerras travadas pelas nações desde que se iniciou o processo de modernização, têm certas características distintivas. E se bem que o fato da guerra não possa ser explicado com relação às etapas de desenvolvimento, o caráter das guerras pode ser, com proveito, relacionado com estas etapas.

### TRÊS TIPOS DE GUERRAS

Especificamente, é possível distinguir, com bastante nitidez, três tipos de guerras que têm sido travadas, digamos, nos três últimos séculos, desde que a Europa Ocidental começou a desenvolver endôgenamente as condições para o arranco.

Inicialmente, temos as guerras coloniais. Nesta classificação reunimos os conflitos decorrentes da intrusão inicial de uma potência colonialista em uma sociedade tradicional; da tentativa para transferir o poder de uma potência colonialista para outra; e os das tentativas dos povos coloniais para afirmarem sua emancipação da potência metropolitana.

Um segundo tipo de guerra é o que pode ser definido como agressão regional. Este tipo de guerra limitada originou-se dos dilemas e da exuberância de Estados nacionais recém-formados, ao olharem para as humilhações do passado e para as novas oportunidades com que se defrontavam nas etapas iniciais da modernização.

Por fim, houve as guerras maciças deste século, girando em torno dos embates para lograr — ou evitar que outros lograssem — um controle definitivo do equilíbrio de forças

eurásico: contrôle àsse que era equivalente, na primeira metade do século XX, a poderio mundial.

Consideraremos, agora, separadamente, cada um desses tipos de conflito militar em sua relação com as etapas de desenvolvimento. Uma vez mais, deve ter-se em mente que o que temos a dizer não pode explicar totalmente a guerra, pois a hipótese é de que a guerra, em última análise, provém da existência e aceitação do conceito de soberania nacional, e a natureza e origens do nacionalismo escapam a êste método de estudo. Apreciaremos simplesmente como certos tipos de guerras podem ser relacionados com as etapas de desenvolvimento relativo das nações soberanas, enquanto estas buscavam o que entendiam ser seus interesses nas circunstâncias altamente concorrentes, mas também altamente oligopolistas em que se encontravam.

## COLONIALISMO

Começamos, pois, pelos conflitos derivados do colonialismo. O colonialismo surgiu, em parte, está claro, porque a partir do século XV, existiu uma arena de poderio mundial em que os Estados nacionais da Europa competiam em várias áreas de além-mar pelo comércio, por bases de interesse militar e pelo que representava, então, potencial militar: isto é, por metal em barra, entrepostos navais e coisas semelhantes. Conforme assinala Charles Wilson em seu ensaio sobre *Mercantilism*, Josiah Child foi de parecer que, em tais circunstâncias, "Lucro e Poder devem ser considerados conjuntamente".

O elemento de poder, entretanto, era de início frequentemente remoto e indireto, no que tocava aos negócios quotidianos das principais potências da época. O objetivo aproximado — por exemplo, na famosa competição anglo-batava do século XVI — era o comércio; e, especialmente, comércio na forma que era tida em alta conta pelas principais nações dos séculos XVII e XVIII: quer dizer, o comércio que per-

mitia a importação de metal em barra e matérias-primas e um balanço de exportação favorável — se possível, a exportação de artigos manufaturados. Os balanços favoráveis de intercâmbio que êsse comércio se destinava a fomentar de fato relacionavam-se, no modo de pensar contemporâneo, com o poder nacional relativo, mas o objetivo operacional era o comércio.

Por que, então, o comércio não se efetuou sem a criação de colônias? A resposta a esta pergunta fundamental possui dois elementos que precisam ser perfeitamente distinguidos, apesar de tenderem a se misturar com o correr da História.

Primeiro, a luta pelo comércio teve lugar em um quadro em que as principais potências foram colocadas como competidoras pela própria natureza da História. Não foi mero acidente que as principais guerras do século XVIII tenham sido guerras de sucessão. As nações foram enredadas pela herança histórica, por assim dizer, em um sistema intrinsecamente concorrente de poder — não, em primeiro lugar, poder econômico, mas poder militar e político. E em parte as guerras nas colônias se originaram daquelas compulsões competidoras maiores: a de não só fomentar positivamente um interesse nacional, mas também negativamente, ao negar uma fonte de poder a uma outra nação. A criação de um monopólio de comércio numa área colonial era um meio de conseguir isso, logo que novas áreas eram descobertas ou áreas antigas redescobertas.

Houve, porém, uma segunda razão, igualmente, para a aplicação do poder militar nas colônias; esta não diz respeito à estrutura de poder na Europa, mas às condições sociais das próprias áreas coloniais. Muitas vêzes, as colônias eram inicialmente estabelecidas, não para executar um objetivo importante da política nacional, nem mesmo para excluir uma potência econômica rival, porém para encher um vazio; isto é, para organizar uma sociedade tradicional incapaz de auto-organização (ou sem vontade de organizar-se) para a atividade moderna de exportação e importação, inclusive a produção para exportação. O comércio normal entre iguais teria, em muitos casos, atendido à motivação inicial da potência

intrusa e grande parte de sua motivação remanescente, pois a sociedade tradicional nada tinha para exportar além de matérias-primas. E o comércio normal teria sido, em muitos casos, mais regular e racional, e até menos caro. Nos quatro séculos anteriores a 1900, contudo, as sociedades nativas da América, Ásia, África e do Oriente Médio não estavam, em várias épocas, estruturadas e motivadas para sustentar negócios com a Europa Ocidental, nem para proteger-se contra as armas desta: por isso, foram ocupadas e organizadas.

Foram fundadas colônias, pois, não principalmente como um objetivo deliberado da política nacional na busca do poder, mas por duas razões mais dissimuladas. Primeira, como um reflexo da luta de forças em que se convertera a arena europeia. Segunda, devido à seguinte seqüência: determinado grupo econômico desejava aumentar suas compras ou vendas; encontrava dificuldade em combinar as condições para negócios eficientes; encontrava também flagrante fraqueza militar; persuadia, então, o govêrno, que via com bons olhos os seus esforços, a assumir a responsabilidade de organizar uma estrutura política adequada a assegurar, a baixo custo, os benefícios do comércio ampliado.

Uma vez aceita a responsabilidade colonial pela nação interessada, todavia, tudo se modificava. Ela passava do terreno essencialmente pacífico dos negócios para a área de prestígio e poderio nacionais em que predominavam interesses e motivos nacionais mais primitivos e gerais.

Duas conseqüências específicas brotaram dessa transferência do mundo da contabilidade para o da bandeira nacional. Uma, é que certas potências não-colonialistas passaram a desejar, por uma questão de prestígio e de moda, possessões coloniais como símbolo de sua maioridade. Por exemplo, nada, nos mercados de capital do mundo atlântico ou em seus padrões de comércio, justificava, em bases estritamente econômicas, muita bulha acêrca de colônias, digamos, entre 1873 e 1914 (\*). Algo mais se poderia dizer a respeito de

---

(\*) Houve, diga-se de passagem, um pouco mais de racionalidade econômica para as colônias dos séculos XVII e XVIII, antes que a

certas posições coloniais como bases militares ou estratégicas do século XIX. Mas a competição por colônias era dirigida por outras razões que não eram unilateralmente racionais nem em bases econômicas nem em bases militares: a competição ocorrida essencialmente porque o nacionalismo competidor era a regra da arena mundial e as colônias constituem um símbolo aceito de *status* e poder dentro daquela arena.

Como os Estados Unidos descobriram, por exemplo, quando se viram, para sua surpresa e embaraço, senhores das Filipinas após a Guerra Hispano-Americana, não havia jeito para abrir mão de uma colônia que não tinha modernizado sua sociedade, sem a entregar a outra potência colonialista. O jogo colonial, portanto, se havia tornado um reflexo não de imperativos econômicos, mas de soberanias intrinsecamente competidoras. Este gênero de mescla de lucro e poder — que Josiah Child provavelmente tinha em mente — explica a competição imperialista anterior a 1914, assim como a dos séculos XVII e XVIII.

Houve, sem embargo, um segundo tipo de mistura de lucro e poder, que Child talvez não houvesse percebido, porque só devia aparecer completamente em época posterior. A segunda decorrência de converter as colônias de um *status* econômico limitado para um principal de caráter simbólico, numa arena oligopolista de poder, foi que o abandono de uma colônia se tornou questão de prestígio nacional e, por conseguinte, extremamente difícil. Quase sem exceção, as

---

revolução industrial se firmasse na Europa, do que no final do século XIX. Antes da revolução industrial, o suprimento total de gêneros alimentícios e matérias-primas (ou o suprimento total das colônias) podia ser olhado, em certo sentido, como fixo e finito; isto é, o que uma nação tinha era intrinsecamente uma negação às demais. Uma vez em andamento o curso da tecnologia moderna, nas condições do século XIX, em que os suprimentos podiam ser obtidos através do comércio com nações soberanas (por exemplo, os Estados Unidos), existia a possibilidade de usar a tecnologia aplicada para substituir artigos importados (por exemplo, fertilizantes químicos) ou para gerar artigos exportáveis que permitiriam sua aquisição em bases econômicas nos mercados estrangeiros acessíveis.

posições coloniais foram adquiridas a custo relativamente baixo, a mando de interesses limitados que talvez não teriam obtido apoio nacional caso houvessem sido de início necessários muito sangue e fundos para o empreendimento. Mesmo quando se sustentaram guerras para transferir o controle da soberania sobre colônias, geralmente foram guerras limitadas. Todavia, a renúncia ao *status* imperial, com raras exceções, assumiu a forma de uma guerra acerbada e cruenta ou foi acompanhada de importantes crises políticas e diplomáticas na metrópole. A experiência da administração colonial criou não somente laços de superioridade econômica, como também reminiscências humanas de esforços acumulados, realização e *status* — assim como de poder e prestígio nacionais — extremamente difíceis de romper: tal como a Grã-Bretanha, a França e os Países Baixos descobriram desde 1945.

No que toca a guerras coloniais, por conseguinte, as etapas de desenvolvimento só oferecem uma interpretação parcial e limitada. Por um lado, elas foram parcialmente um reflexo do nacionalismo competidor que levou nações a meterem-se com a questão de colônias como parte de competições dinásticas ou outras competições de poder; este vínculo do colonialismo com dimensões não-econômicas do nacionalismo é que auxilia a esclarecer a dor psicológica da retirada. Em parte, contudo, foi próprio da natureza da relação inicial entre uma sociedade tradicional e outra mais adiantada que a realização de negócios eficientes exigisse um tipo de administração que a sociedade tradicional não podia proporcionar. Mas, uma vez tomada a decisão de administrar, uma plethora de motivos não-econômicos se imiscuia no assunto que, uma vez mais, dificultava a retirada.

A habilidade dos povos coloniais para forçar a retirada, porém, relaciona-se mais diretamente com as etapas de desenvolvimento. Consoante se indicou no capítulo III, embora as potências imperialistas geralmente estabelecessem administrações e seguissem diretrizes que não contribuíam para a criação das condições do arranco, não puderam impedir o aparecimento de transformações no pensamento, conhecimentos e instituições — bem como no comércio e na oferta de capital

social fixo — que impelisse a sociedade colonial ao longo do caminho para o arranco; e as potências colonialistas muitas vêzes incluíram a modernização de certo tipo como um objetivo da política colonial. Por meio de efeitos-demonstração, positivos e negativos, então, uma modalidade do período de precondições foi posta em marcha. Acima de tudo, um conceito de nacionalismo, transcendendo os velhos liames com o clã ou a região inevitavelmente se cristalizava ao redor de um ressentimento acumulado contra o domínio colonial.

No fim, dêses ambientes semimodernizados, surgiram coalizões locais que produziram pressão política e, em certos casos, militar, capaz de forçar a retirada. As guerras de independência que pontilham a história colonial, desde 1776 na América do Norte até 1959 na Argélia, são assim, até certo ponto, relacionadas com as etapas de desenvolvimento. Especificamente, elas se relacionam com a dinâmica do período das precondições.

### AGRESSÃO REGIONAL

Foi diretamente da dinâmica do período das precondições que nasceu um segundo tipo de guerra: a agressão regional. As coligações e orientações apropriadas à conquista de independência raramente se ajustam às necessidades subsequentes para completar as precondições e desencadear o arranco. É devido aos dilemas e oportunidades de homens, elevados ao poder pelas bandeiras da independência, treinados como políticos ou como soldados, mas que agora se defrontam com responsabilidades por uma turbulenta sociedade de transição, que sempre tendeu a ocorrer êste tipo de guerra.

Recordemos novamente um dos temas centrais do capítulo III. Ali se argumenta que era provável um nacionalismo reativo constituir um elemento unificador inicial, contribuindo para um esforço deliberado para suplantar a sociedade tradicional, unindo elementos assaz díspares em uma coligação *ad hoc*. Uma vez tendo esta nova coligação obtido o poder, contrariando os grupos tradicionais mais antigos, a potência

colonialista ou ambos, depara com a necessidade de escolher entre três linhas de orientação, ou, mais exatamente, um modo de balanceá-las. Especificamente, os novos chefes se defrontaram com esta pergunta: deverá o nacionalismo ser aplicado na afirmação do poder e dignidade no cenário mundial, deverá ser feita uma tentativa para consolidar o poder do governo central sobre as forças tradicionais residuais das regiões, ou deverá a modernização social e econômica constituir o objetivo fundamental? Desde a América do Norte no fim do século XVIII até o panorama atual na Ásia, no Oriente Médio e na África, está clara a universalidade deste problema de pesar os prós e os contras das três direções possíveis do esforço nacionalista.

Históricamente, tem-se mostrado extremamente tentador para uma parte do novo nacionalismo o ser desviado para objetivos externos, sobretudo se estes pareciam acessíveis por um preço ou risco real pequeno. Estes precoces ímpetus agressivos geralmente foram limitados em objetivo, visando a territórios junto das fronteiras da nova nação — dentro de sua região — antes que diretamente ao equilíbrio de poder euroasiático: assim, a tentativa norte-americana para roubar o Canadá durante as guerras contra os franceses; as operações militares sistemáticas de Bismarck contra a Dinamarca, Áustria e França, de 1864 a 1871; a aquisição de predominância do Japão na Coreia, em 1895; o avanço russo através da Manchúria até Vladivostoque, levando à prova de força com o Japão que ressurgia, em 1904-5. E, sob esta perspectiva, as guerras da Revolução Francesa se tornaram o maior dos exemplos de agressão regional, decorrente de um processo de transição não-solucionado, no decurso do período das condições.

Estas aventuras de agressão regional muitas vezes têm apoio político considerável, em parte por causa de um nacionalismo em ebulição amplamente disseminado, sem levar em conta interesses econômicos e sociais; em parte por causa de interesses especiais que crêem que serão diretamente beneficiados com as novas aquisições territoriais. Mas, acima de tudo, essa agressão regional, baseada em uma política de

“camisa ensangüentada” que se recorda de humilhações passadas, pode auxiliar a manter a coesão em uma sociedade em que as tarefas concretas de modernização suscitam problemas internos difíceis e cismáticos, que o chefe da coligação procuraria, se possível, evitar. As tentativas de encontrar uma política unificadora de, digamos, Nasser e Sucarno no período 1955-58, representam uma versão de um velho problema e uma resposta conhecida. Os gritos de guerra centralizados em Irião Ocidental, Cachemira, Israel, e a tendência de políticos perplexos de sociedades tradicionais para apegarem-se à bandeira anticolonialista não devem constituir surpresa. Devemos mostrar-nos razoavelmente calmos ante esta fase. Pois essas aventuras externas iniciais e limitadas, associadas com períodos de condições retardadas ou de arranco prematuro, geralmente parecem ter cedido o lugar a uma fase de absorção na aventura de modernizar a economia e a sociedade como um todo. Os Estados Unidos após a guerra civil, a Alemanha após 1873, o Japão após 1905, e mesmo a Rússia após 1920, estiveram, pelo menos por vários decênios, tão ocupados internamente com a propagação da técnica moderna que não se intrometeram perigosamente no cenário mundial. Historicamente, a fase perigosa a seguir vem com a aproximação da maturidade econômica, quando uma das opções possíveis é concentrar os recursos da economia adulta em uma expansão mais ambiciosa de poderio externo.

### LUTAS PELO EQUILÍBRIO EURO-ASIÁTICO DE FORÇAS

As diferenças na escala temporal de aproximação da maturidade econômica ajudam, especificamente, a elucidar os três grandes embates militares do século XX: a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, sendo que nesta traçaremos um limite arbitrário em junho de 1951, com o início das negociações do armistício na Coreia.

Para compreender, porém, o problema do poder e dos grandes conflitos da primeira metade do século XX, temos

de principiar deitando um olhar para trás e perguntando por que não houve grandes guerras internacionais no século que se seguiu à derrota de Napoleão.

A Grã-Bretanha saiu vitoriosa das guerras napoleônicas, em parte porque seu arranco para a industrialização, baseada grandemente nos tecidos de algodão, auxiliou (a par do monopólio no comércio das Índias Ocidentais) a fornecer a moeda estrangeira necessária ao sustento das alianças e a reduzir os efeitos do bloqueio continental por Napoleão. De qualquer maneira, o *status* econômico britânico na ocasião da derrota de Napoleão era ímpar, quando encarado sob o ponto de vista das etapas de desenvolvimento; e seu poderio militar — concentrado em sua armada — era incontestável na arena de poder então existente.

Por que o acôrdo de 1815 produziu êste resultado relativamente feliz? Porque, em uma extremidade da Eurásia, nem a Alemanha nem a Rússia se sentiram capazes (ou tiveram permissão) de adquirir territórios mantidos dentro do Império Austro-Húngaro, e porque na outra extremidade, o Japão e a China, assim como o grosso da África, o Oriente Médio e o Suleste da Ásia se achavam essencialmente de fora do jôgo de fôrças.

O mundo que a Grã-Bretanha manteve em equilíbrio consistia sobretudo da Europa Central e Ocidental e das orlas marítimas da Ásia, Oriente Médio e África. A Rússia, é fato, dava guinadas de um lado para o outro de sua jaula euro-asiática, primeiro para oeste e depois para leste; mas, no século XIX, ela podia ser mantida dentro da jaula com uma razoável economia de fôrça anfíbia, conforme o indicaram as guerras da Criméia e Russo-Japonêsa. O Hemisfério Ocidental emergiu como uma esfera especial, intimamente relacionado — mas separado assim mesmo — do jôgo de fôrças principal, graças à Doutrina de Monroe e à vitalidade dada a esta pela complexa compreensão implícita da Grã-Bretanha.

Nas três décadas após a Guerra Civil, as quatro grandes áreas — Alemanha, Japão, Rússia e os Estados Unidos — cujo advento à maturidade deveria determinar o equilíbrio de

fôrças do mundo na primeira metade do século XX — encontravam-se em etapas que não conduziam a agressões de vulto. O equilíbrio mundial de fôrças que surgiu após 1815 estava sendo rapidamente solapado; êste fato, contudo, podia ser em grande parte ocultado, exceto dos que se preocupavam profissionalmente com a problema da fôrça e com a fôrça potencial. Após a Guerra Franco-Prussiana, a Alemanha estabilizou-se, sob Bismarck, para consolidar sua posição política e para passar de um arranco extraordinário para a maturidade econômica; o Japão, após a restauração Meiji, levou cêrca de um decênio para consolidar as precondições para o arranco, e, menos espetacularmente do que a Alemanha, avançou pelas primeiras fases do desenvolvimento econômico autônomo. A Rússia também completou lentamente suas precondições e avançou, a partir de 1890, para um arranco que lembrou um pouco o dos Estados Unidos de meio século antes.

A arena do século XX, começando a delinear-se claramente nos últimos decênios do século XIX, assumiu, então, esta forma: prolongando-se para leste, a partir da Grã-Bretanha, havia as novas grandes potências industriais na Alemanha, Rússia e Japão, tendo a Alemanha alcançado a maturidade por volta de 1910 — a mais adiantada dentre elas. Em face dêste fenômeno, a Grã-Bretanha e a França estavam entrando hesitantemente em coligação, com a Grã-Bretanha principiando a olhar para Oeste à procura de futuro apoio. E, postados ainda incertos na beira da arena mundial, tateando para definir uma atitude compatível tanto com a tradição isolacionista quanto com seu nôvo sentimento de *status* mundial, estavam os Estados Unidos, que, como a Alemanha, também ingressavam na maturidade técnica.

Todavia, a marcha da industrialização na Eurásia setentrional não era uniforme. A Europa Oriental e a China não avançaram para o arranco nas primeiras décadas do século XX. Elas ainda se achavam enredadas nas fases iniciais, turbulentas e de transição das precondições, e iriam apresentar dificuldades peculiares.

Por que teve de ser assim? Por que a Europa Oriental e a China causaram tanta desordem? Cada uma dessas duas regiões, se vinculada a qualquer grande potência, teria tido a localização geográfica, a população e o potencial a longo prazo capazes de modificarem radicalmente o equilíbrio de forças eurásio; porém, atrasando-se em relação aos vizinhos, como o fizeram na seqüência do desenvolvimento, careciam da coerência política e vigor econômico para afirmar aquêle potencial independentemente ou para evitar, durante a primeira metade do século XX, um alto grau de dependência.

Foi esta alteração diferencial do equilíbrio de forças, originado de diferenças no tempo das etapas de desenvolvimento econômico, que iria proporcionar uma terrível tentação para a Alemanha na Europa Oriental e para o Japão na China; deveria servir alternadamente como fonte de temor e de tentação para a Rússia, em ambas as regiões; e constituir perigo crônico para a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, cujo *status* estratégico ficou permanentemente alterado por ambas as conseqüências da disseminação da industrialização — isto é, pela criação de uma única arena interagente de forças na metade setentrional do globo e pela emergência de pontos fracos dentro dela que fizeram parecer possível e atraente a procura da hegemonia eurásia, em várias ocasiões, à Alemanha, à Rússia e ao Japão.

No fim, foi a debilidade relativa da Europa Oriental e da China — sua vulnerabilidade ante a intrusão militar, política e econômica em sua etapa retardada das condições — que proporcionou a oportunidade para as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, e a para a Guerra Fria em sua primeira fase.

A ambigüidade acêrca do futuro contrôle da Europa Oriental — e as conseqüências latas para o poderio eurásio e mundial de quem exercesse êsse contrôle — preparou o palco para a contenda de 1914-18. As possibilidades de conjugar a hegemonia do Japão na China com uma vitória alemã no Ocidente, tornadas concebíveis por uma prévia dominação

alemã da Europa Oriental, prepararam o palco para o embate com o Eixo em 1939-45. A visão de Stalin (e posteriormente de Mao) de forçar para além das posições avançadas adquiridas na Europa Oriental e na China a fim de conseguir uma vitória comunista definitiva preparou o palco para o duelo comunista com Truman. Essa terceira luta euro-asiática terminou por um impasse, pelo menos provisório, no Oeste, com o sucesso da ponte aérea para Berlim na primavera de 1949, e no Oriente com as vitórias defensivas das forças reorganizadas das Nações Unidas em abril-maio de 1951, que prepararam o palco para as negociações de armistício cujo início foi assinalado por Malik em junho.

Assim, à medida que o mundo se expandiu através da Eurásia para substituir o mundo que se seguira a 1815, surgiram novas grandes potências. A antiga rivalidade entre a Grã-Bretanha e a França foi substituída pela nova consciência de um interesse defensivo comum, e os Estados Unidos, partilhando até certo ponto desse interesse comum, passaram a ser a reserva estratégica do Ocidente. Nesse papel, foram chamados duas vezes a ajudar a salvar o Ocidente duma derrota militar, tendo tido de intervir antes, com maior esforço na Segunda do que na Primeira Guerra Mundial, mas ainda confiando no tempo, na distância e nos aliados para levar de vencida o conflito. Em 1945-46, os Estados Unidos deram mostras evidentes de procurarem novamente certo alheamento, conquanto mais limitado do que em 1919-20; todavia, a incapacidade da Grã-Bretanha para sustentar a Grécia e Turquia, a deterioração geral da posição política e económica do Ocidente em 1947, e o colapso da China nacionalista, trouxeram-no incontinenti de volta para agüentar diretamente o impacto da terceira porfia eurásia em surdina, na qual Truman se bateu com êxito contra Stalin e Mao para impedir uma perda definitiva do equilíbrio de forças euro-asiático — um duelo realizado sem apreciável luta armada no Ocidente, mas à custa da Guerra da Coréia no Oriente.

Estamos afirmando, portanto, que há uma continuidade íntima nas três grandes contendas observadas entre 1914 e 1951. Essa continuidade deriva-se da tentação sucessiva de

três potências — Alemanha, Japão e Rússia — para explorar sua recém-adquirida maturidade e a vulnerabilidade das sociedades ainda em transição da Europa Oriental e da China, a fim de tentar conquistar o controle da arena euro-asiática que nasceu da disseminação da industrialização através do século precedente. Essas tentativas foram vãs porque uma quarta potência atingira simultaneamente a maturidade — os Estados Unidos — que partilhava com a Europa Ocidental o interesse em frustrar um domínio assim unilateral da Eurásia, e que no fim fez causa comum, com êxito, com as potências adultas mais antigas, máxime com a Grã-Bretanha.

### A ESCOLHA DA AGRESSÃO

Esta argumentação até aqui deixou de lado as razões mais profundas pelas quais certas sociedades sucumbiram às tentações e temores apresentados pela situação da arena euro-asiática quando do advento da respectiva maturidade, bem como a razão para o insucesso dos Estados Unidos e do Ocidente em tomar as providências prévias necessárias para tornar desinteressante a escolha da agressão. A análise das etapas de desenvolvimento não simula poder explicar toda a História: há fatores em ação, relacionados com o deflagrar das grandes guerras e embates de forças do século XX, que são assaz alheios à análise apresentada neste livro. Sem embargo, as etapas de desenvolvimento lançam certa luz nessas questões mais profundas.

No que toca à Primeira Guerra Mundial, há qualquer coisa assim como homens entrando de cambulhada e aos tropeções em um conflito cujas dimensões e conseqüências eles não entenderam nem avaliaram corretamente. Não obstante, em sua base houve o fato do Império Austro-Húngaro achar-se no início da etapa das condições, uma sociedade tradicional de raízes rurais decompondo-se, que não pôde arrostar nem se valer construtivamente do nacionalismo nascente dos povos do Leste da Europa, agitados pelo que se passava na Rússia, na Alemanha e mais para oeste. Esse

nacionalismo se afirmou de maneira tal a instaurar no Leste as ameaças e atrações seja do domínio russo seja do alemão: assim foi montado o cenário para a Primeira Guerra Mundial.

É lícito perguntar, no entanto, por que a Alemanha não se preocupou exclusivamente com a expansão do consumo, ao atingir e avançar pela maturidade adentro? A resposta concisa é que a autoridade do *Kaiser*, e dos que o rodeavam, tornou impossível uma concentração imediata dos recursos e da energia da Alemanha para criar uma era de consumo em massa. Por que, então, estavam êsses homens à testa da Alemanha? Para responder a esta pergunta, é mister retroceder às origens do moderno nacionalismo alemão e ao conceito salientado no capítulo III, ou seja, que em muitos casos — incluso o da Alemanha — um ambicioso nacionalismo reativo figurou na base da modernização, ou foi uma força bastante ativa dentro dela. A Alemanha moderna tivera de passar por muitas dores antes que pudessem ser substancialmente removidos os estigmas de seu nascimento, na diversão e conquista da Revolução de 1848, e ainda não podemos estar absolutamente seguros do desfecho. Parte da resposta à pergunta de saber porque a Alemanha sucumbiu às tentações do poder em 1914 — em vez de aos encantos do consumo em massa — está portanto na natureza das motivações que a lançaram no caminho da modernização.

Na medida em que se trata da Segunda Guerra Mundial, cumpre olhar primeiro para o que aconteceu entre as guerras nos Estados Unidos e no Ocidente, se quisermos encontrar uma conexão com as etapas de desenvolvimento. Os Estados Unidos caíram em uma depressão que, se estamos certos, foi peculiarmente intratável devido à natureza do problema do regime de pleno emprêgo na era do consumo em massa; com a depressão da década de 1930 em suas mãos, muitos democratas assim como os tradicionalmente isolacionistas republicanos eram, de fato, isolacionistas. Até o colapso da França em 1940, houve uma maioria isolacionista nos Estados Unidos, em parte — mas só em parte — por causa de uma obsessão com assuntos internos relacionados com uma rotura na dinâmica das etapas de desenvolvimento.

Na Europa Ocidental, se nossa opinião sobre a estagnação entre as guerras está certa, a Grã-Bretanha e a França não conseguiram manter o ímpeto — e a confiança interior — devido à natureza de suas sociedades e de suas políticas governamentais não haver permitido um avanço rápido e decisivo para a era do consumo em massa. Seus líderes — e, em certo sentido, seus povos — tinham os olhos presos em um retorno à normalidade definida em função das reminiscências do mundo existente antes de 1914. A apatia daí resultante — um sentimento de forças moribundas, acompanhado de conflitos e problemas internos — contribuiu para (e nada mais que isso) o sério fracasso diplomático em deter a agressão alemã e japonesa logo nas fases iniciais.

No Japão, assim como na Alemanha, a oposição mais poderosa aos políticos relativamente pacifistas, voltados para o Ocidente, da década de 1920, proveio não de homens decididos a levar a economia japonesa para a era do consumo em massa, porém de homens cujas raízes e ambições retrocediam às origens da modernização japonesa estendidas em um nacionalismo reativo, cheio de temores e esperanças. E assim, quando chegou a depressão, e o frágil sistema internacional reconstruído após Versalhes desmoronou, lançando cada nação de volta aos respectivos recursos, orientações e heranças, eles assumiram o poder e “tiraram a barriga da miséria”.

Algo parecido pode ser dito da escolha feita por Stalin, que provavelmente se tornou definitiva no fim de 1945 ou começo de 1946. Havia uma esperança bem difundida entre a sociedade soviética, assim como fora dela, no fim da Segunda Guerra Mundial, de que a Rússia, havendo sobrevivido à destruição e emergido como uma Grande Potência — seu governo e seus povos tendo, afinal, se saído de acordo com uma grande tradição nacional — voltaria seus recursos e atenção primordialmente para a reconstrução e o bem-estar das populações russas, aceitando o conceito de unidade dos Três Grandes, oferecido em evidente boa fé durante e imediatamente após a guerra. Uma vez mais, as perplexidades internas dos Estados Unidos e do Ocidente — que

conduziram, por exemplo, ao atabalhoado desarmamento norte-americano e a um vácuo na Europa Oriental — combinadas com as oportunidades evidentes para o comunismo na China — demonstraram ser uma tentação demasiadamente grande. O mundo forneceu um ambiente extraordinariamente atraente para a expansão soviética nos anos imediatamente seguintes à guerra.

E que dizer do termo correspondente à procura na equação? Por que Stalin — como os alemães e japoneses antes dele — resolveu não se dedicar ao bem-estar interno como meta fundamental? Por que ele não afastou a tentação de ampliar unilateralmente o poderio soviético? Uma vez mais, devemos olhar para trás, para o nacionalismo reativo que ajudou a criar a Rússia moderna, e que ficou entretecido nos imperativos peculiares da ideologia e da política interna comunistas, problema êsse considerado no capítulo X. O que é claro — como algo simplesmente trivial — é que Stalin não estava preparado nos anos de pós-guerra para aceitar e enfrentar tôdas as conseqüências internas da era do consumo em massa. Deu êle uma elevada prioridade à expansão do poderio soviético na arena mundial.

As etapas de desenvolvimento, pois, lançam deveras certa luz — embora não pretendam explicar inteiramente — sôbre os grandes embates de forças do século XX. Isso, porém, afinal de contas, é uma das conclusões capitais dêste livro — que as forças e motivos econômicos não são uma determinante exclusiva e que anule tudo o mais do curso da História.

Nosso interesse aqui é, então, assaz restrito. É o de esclarecer que, até o ponto em que as grandes contendidas pelo poder do século XX possuem base econômica, esta não se encontra no imperialismo ou em compulsões oriundas de uma pretensa fase monopolista do capitalismo, nem tampouco essa base está mesmo em uma concorrência oligopolista automática por colônias: ela jaz dentro dos limites da arena de forças euro-asiática, tal como é determinada pelas etapas de desenvolvimento relativo e pelo potencial militar. E

jaz, muito em particular, nas tentações e temores de certas potências recém-amadurecidas com respeito às sociedades em transição que ficam em suas vizinhanças, na Europa Oriental e na China, sociedades essas que foram contornadas pela série de arrancos que tiveram início, *grosso modo*, no terceiro quartel do século XIX, destruindo o mundo que se seguiu a 1815.

### A FASE SEGUINTE: ARMAS NUCLEARES E MAIOR DISSEMINAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Talvez pareça estranho interromper-se esta análise em 1951. A luta entre o mundo comunista e o Ocidente de maneira alguma terminou com a trégua coreana, como qualquer jornal diário pode mostrar. Não obstante, em certo momento no início da década de 1950, a forma dessa luta teve seu caráter modificado, devido, em parte, ao pleno surto das novas armas, notadamente a bomba H, e, por outra parte, às conseqüências cumulativas do processo de desenvolvimento em muitos pontos do mundo.

Os historiadores, portanto, provavelmente reconhecerão a existência de um divisor de águas no início da década de 1950, que distingue assaz acentuadamente, digamos, os primeiros anos do após-guerra dos problemas e acontecimentos que se lhes sucederam.

De qualquer maneira, passamos ao capítulo IX, a fim de examinar os problemas e perspectivas com que deparamos, agora que o homem aumentou seu controle sobre o meio físico até um ponto em que se tornou possível a destruição da vida orgânica no planêta, em um ambiente em que as etapas do desenvolvimento progridem não só na metade setentrional do globo, cuja atuação domina a História dos últimos dois séculos, senão também na metade austral, tanto quanto na China.

## CAPÍTULO IX

### AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO RELATIVO E O PROBLEMA DA PAZ

NESTE capítulo deixamos o mundo relativamente seguro da História para examinar as conseqüências para o futuro da marcha para a frente dos juro compostos nas várias partes do mundo, quando combinada com um fato não de todo dela desligado, qual seja a existência de armas modernas de destruição em massa. Tendo definido, em função das etapas de desenvolvimento, onde as nações se encontram e para onde se afigura estarem indo, passaremos a sugerir, resumidamente e a *grosso modo* como poderíamos buscar resolver o nosso grande problema comum — o problema de uma paz razoavelmente estável e segura.

#### A REVOLUÇÃO DO ARMAMENTO

Vejamos primeiro as armas e o que elas têm feito e estão fazendo na arena mundial de força.

Há uma história de certa comunidade de prêtos norteamericanos, estabelecida em uma área agrícola do Sul, que estava sendo castigada pela sêca. Afinal, sob a direção do pastor, todos apelaram para a oração. Durante certo tempo rezaram, porém o sol continuou a fulgir com brilhante crueldade: as hastes de milho se retorciam e começavam a murchar nas orlas; as grêtas multiplicavam-se no solo. Aí, finalmente,

choveu. A princípio, maravilharam-se ante o milagre e mostraram-se agradecidos. Mas quando a chuva continuou, dia e noite, começando a carregar os vegetais enfezados, o povo foi ficando inquieto. Por fim o pastor, sentindo uma responsabilidade especial, retomou o monólogo: “Senhor, sofreremos com a sêca; rezamos; pedimos chuva. Mas o que nos destes é absolutamente ridículo.”

Para os Estados Unidos e seus aliados da Segunda Guerra Mundial, assombrados desde 1939 pela firme convicção de que alhures na Alemanha havia tôdas as bases científicas para armas atômicas, a obtenção comum das primeiras armas atômicas foi, deveras, providencial. Todavia, essa ampliação da capacidade humana para manipular seu ambiente — a última palavra em realização militar do ponto de vista de Newton, realizada por físicos não-newtonianos — produziu uma situação militar que é, por sua vez, absolutamente ridícula.

Por um lado, a União Soviética, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha têm em suas mãos — e em breve a França e outros também terão nas suas — instrumentos que ultrapassam de longe tudo o que jamais existiu em potencial destrutivo; mas sua utilização, agora que o monopólio foi rompido, apresenta o risco de criar circunstâncias explosivas, se não uma reação direta, que destruirão quem as usar e todos nós.

Numa acepção técnica, o que ocorreu é que a proporcionalidade entre potencial industrial e força militar utilizável — uma proporcionalidade que existiu durante cêrca de século e meio — foi agora violada. As possibilidades de destruição através da ciência e da tecnologia têm crescido em ritmo acelerado, mas a superfície da Terra é fixa e pode ser lançada pelos ares. As forças de destruição, assim, passaram para a área da produtividade marginal decrescente — quando não produtividade negativa. É verdade que as Grandes Potências, ou aquêles que exercem certa influência no silencioso jôgo de xadrez da corrida pelas armas atômicas, continuam a concentrar recursos imensos, inclusa uma grande proporção de seus talentos criadores que são o que há de

mais escasso, na produção de armas, meios de lançamento e meios de defesa. Todavia, as circunstâncias em que essas armas podem ser racionalmente utilizadas se tornam progressivamente mais reduzidas. Com efeito, à medida que se amplia o número de potências que apenas possuem as armas — à medida que passamos do duopólio para o oligopólio nuclear — a incerteza e o perigo decorrentes de sua própria existência aumenta, sem se falar no perigo de sua utilização.

Evidentemente, a dianteira alcançada por qualquer potência suficientemente grande para destruir a capacidade retaliatória de tôdas as demais com um único golpe tornaria o domínio do mundo — se é que valha a pena — um possível objetivo a curto prazo, se aquela potência quisesse aceitar o risco, perante Deus e os homens, de iniciar um ataque dêsses (denominado antissêpticamente, na literatura militar, um ataque pré-vácuo) (\*). Bastantes esforços e recursos estão sendo agora empenhados no mundo ocidental para evitar que essa terrível tentação se ofereça a Moscou. E tal empreendimento é inteiramente justificado: a meu ver, ainda não é suficientemente grande.

Além da lógica da dissuasão, entretanto, pode até parecer que o homem tenha sido vítima de uma “peça” cósmica: êle pôde criar armas que concentram um poder imenso nas mãos de poucas sociedades tecnologicamente adultas, porém o efeito líquido disso foi antes reduzir do que aumentar a capacidade daquelas sociedades favorecidas para aplicar racionalmente a fôrça militar.

---

(\*) A rigor, um ataque pré-vácuo segundo a literatura militar soviética, por exemplo, só deve ser efetuado quando se julgar que o outro lado está preparando-se para iniciar uma guerra geral, mas ainda não desfechou seu golpe inicial. Porém, com duas potências empenhadas nas possibilidades de desencadear um ataque pré-vácuo, as possibilidades de tensão subindo em espiral conduzirem ao início de uma guerra geral são assaz evidentes. Outrossim, os preparativos para ataque pré-vácuo também serviriam para um ataque desencadeado por Moscou quando convencida de que seu avanço em armas, meios de lançamento e meios de defesa, seja suficientemente grande para justificar racionalmente a iniciativa de um golpe decisivo.

Quaisquer que sejam a natureza e a origem do paradoxo, o fato indubitável é que as políticas militar e exterior das principais potências estão agora sendo dirigidas em dois planos distintos e tênueamente ligados: um, o de dissuasão mútua — de frustração mútua com armas de efeitos maciços; o outro, o plano mais flexível da diplomacia, política econômica e armas convencionais de qualidade inferior, em que se processam os principais acontecimentos do mundo (\*). Neste embate mais brando, as grandes potências agem cada vez mais com maior contenção em face das outras cujo potencial militar de forma alguma se aproxima do delas.

Pondo de lado a corrida armamentista entre os gigantes industriais — que enche nossas mentes com imagens de um mundo bipolar ou escassamente oligopolista — o fato é que o poder eficaz se tem difundido rapidamente a partir de 1945. O paradoxo das armas atômicas permitiu às potências secundárias barganhar uma liberdade que não alcançariam se a força militar não houvesse dado um salto tecnológico tão violento e descontínuo.

Tito principiou a exploração deste paradoxo, em certo sentido, com seu bem sucedido desafio a Stalin em 1948; mas, de diferentes maneiras e por causas diferentes, Nehru, Nasser, Ben-Gurion, Adenauer e muitos outros descobriram modos de explorar esse paradoxo dentro do mundo não-comunista; e Mao e Gomulka, assim como Tito, fizeram-no no âmbito do mundo comunista. A potência menor nem sempre pode sair-se bem, como os jovens húngaros de Budapeste constataram em outubro e novembro de 1956, porém eles não foram derrotados com armas atômicas. Foram-no por uma ação policial, pelo tipo mais grosseiro de combate de infantaria e carros de assalto, numa vitória pela qual

---

(\*) Os dois planos de atividades acham-se vinculados pelo processo de chantagem nuclear, em que a ameaça de ataque nuclear é lembrada para fortalecer uma jogada em que são aplicadas armas mais suaves; por exemplo, as ameaças soviéticas a propósito de Suez, do Líbano e de Berlim, nas sucessivas crises entre 1956 e 1959.

Moscou pagou alto preço na outra área de sua contenda, isto é, na porfia não-militar da diplomacia e da ideologia.

Em resumo, as sociedades ainda no período das precondições, como o Egito, ou nos primeiros passos do arranco, como a Índia, a China e a Iugoslávia, foram capazes de conduzir-se na diplomacia mundial numa gama significativa de problemas — não em todos, mas numa gama significativa — como se fôssem equivalentes às grandes potências. Isso se deveu ao caráter paradoxal das novas armas e à difusão do poder efetivo que acarretaram, no ambiente de impasse nuclear.

### A DIFUSÃO DO PODER A LONGO PRAZO

O que podemos observar neste último decênio pressagia uma tendência a longo prazo; pois, mediatamente, a difusão do poder adquirirá base mais firme ainda que o impacto paradoxal do novel armamento.

Exatamente como a marcha para a frente das etapas do desenvolvimento na segunda metade do século XIX moldou a arena mundial da primeira metade do século XX — trazendo para essa arena o Japão, a Rússia, a Alemanha, a França e os Estados Unidos como grandes potências — também as mudanças sucessivas, atuando há muito tempo e adquirindo ímpeto a partir de 1945, estão configurando uma arena mundial um tanto diversa que agora vai nascendo.

O fato central acêrca do futuro do poder mundial é a aceleração das precondições ou os prolegômenos do arranco na metade meridional do mundo: Sueste da Ásia, Oriente Médio, África e América Latina. Ademais, importantes áreas da Europa Oriental (notadamente Iugoslávia e Polônia) e, está claro, a China, se estão consolidando à proporção que se processam os respectivos arrancos; embora ainda permaneçam vulneráveis à conquista e à ocupação militares (como, digamos, a adulta Dinamarca), já perderam ou estão perdendo seu antigo caráter compressível como sociedades em canhestra

transição do *status* tradicional para o *status* moderno de desenvolvimento sistemático. A arena em que foram travadas as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, assim como a primeira fase da Guerra Fria, já não existe.

Mais precisamente, principiaram os arrancos da China e da Índia. O Paquistão, o Egito, o Iraque, a Indonésia e outros Estados provavelmente não ficaram para trás nesse processo mais que um decênio — ou pelo menos não muito mais que isso, dadas as intensas pressões para modernizar que hoje agem dentro das respectivas sociedades. Quanto à América Latina, o arranco se realizou em dois casos principais (México e Argentina) e está em marcha noutros, como, por exemplo, o Brasil e a Venezuela.

Em resumo, olhando-se para daqui a sessenta anos podemos dizer com razoável dose de confiança que o mundo conterà muitas novas nações que alcançaram sua maturidade. Talvez não sejam elas ricas em termos de consumo *per capita*; talvez não estejam preparadas, ao fim deste século, para mergulharem na era do consumo em massa — terão, porém, capacidade para aplicar a seus recursos as possibilidades totais da ciência e tecnologia da época.

Para tornar esta idéia ainda mais acurada e concreta, é bastante seguro predizer-se que, no ano 2000 ou 2010 — que não está assim tão longe — a Índia e a China, com aproximadamente dois bilhões de almas em conjunto, serão, em certo sentido, potências adultas. Talvez não estejam prontas para a era do automóvel para as massas, e não há absolutamente certeza de que então o comunismo esteja imperando na China e a democracia na Índia. Ambas enfrentarão muitas opções difíceis e vicissitudes nos anos e decênios vindouros. Mas é bem claro que os juro compostos foram introduzidos nessas duas sociedades gigantescas, e três gerações de um ambiente de desenvolvimento devem produzir o amadurecimento — quiçá menos que isso, se a China mantiver o recrutamento forçado e solucionar o problema alimentar.

Os juro compostos, por certo, continuarão a se fazer sentir nas sociedades que já atingiram ou ultrapassaram a ma-

turidade. Seus produtos nacionais brutos quase que certamente aumentarão — a menos que se decidam radicalmente pelo ócio — e sua virtuosidade em armamento moderno crescerá, se prosseguir a corrida armamentista. Contudo, enquanto se mantiver o impasse militar, êsse processo pouco tenderá a acrescentar à sua capacidade para utilizar racionalmente a fôrça militar. Entrementes, salvo se fôr adotado um eficiente sistema de contrôle de armamentos, as potências mais novas provàvelmente adquirirão, duma forma ou de outra, suficientes armas atômicas para ingressar, complicando-o, no jôgo de xadrez da corrida armamentista, se não para dominá-lo. Dentro dos limites impostos por essa corrida, estarão elas em condições de afirmar seus interêsses com eficácia crescente.

É verdade que pode surgir certo incremento na utilização racional da fôrça, à medida que as possibilidades de guerra limitada aumentarem e os antagonistas penetrarem a senda das regras do direito comum que permitem certos embates sem que êstes se convertam numa indesejável troca de ataques nucleares desenfreados. Mas enquanto cada um dos lados fôr julgado capaz de escudar-se numa capacidade substancial de lançamento de armas contra um ataque nuclear decisivo, o uso da fôrça pelas principais potências industriais provàvelmente permanecerá racional apenas por pequena margem. E, além das exigências da política de segurança, o grosso do incremento da produção tenderá a ser canalizado para o consumo, mesmo nos Estados atualmente comunistas.

Assim, a perspectiva mais provável — eliminando tanto a guerra generalizada quanto a organização de um sistema eficaz de contrôle de armas — é dos Estados industriais mais novos diminuir o hiato entre suas possibilidades militares e as das atuais potências industriais.

O fato básico a que tôdas as nações devem presumivelmente acomodar suas orientações oficiais, pois, é a probabilidade de que a arena de fôrças se ampliará para tornar-se, pela primeira vez na História, verdadeiramente global, e que os centros de fôrça efetiva dentro dela aumentarão. A imagem de um mundo bipolar, em que todos salvo Washington e

Moscou são espectadores, agora é inexata e se tornará cada vez mais inexata com o passar do tempo. Embora ainda nas garras de uma corrida armamentista essencialmente bipolar, estamos, com efeito, aproximando-nos de uma era de poder difuso, em que a imagem da hegemonia eurásia — assustadora e sedutora — perderá sua realidade, e o domínio do mundo se tornará um objetivo cada vez mais utópico — admitindo-se, sempre, que se conserve o impasse nuclear.

## O PROBLEMA DA PAZ

Este é o ambiente em que enfrentamos o problema da paz. Tecnicamente, o problema consiste na instauração de um sistema de controle e inspeção de armas dentro de um acordo sobre o nível do armamento, que ofereça a todas as potências maior segurança do que aquela hoje proporcionada por uma corrida armamentista de dissuasão mútua. Dadas a natureza das armas modernas e as oportunidades para seu ocultamento, isso por sua vez impõe que todas as sociedades sejam franqueadas a inspetores que tenham, com efeito, privilégios como os dos inspetores de bancos: isto é, poderem ir a qualquer parte, a qualquer hora, sem aviso prévio.

A presença de um quadro de inspetores assim informados e móveis (apoiados por vigilância aérea mútua e livre) não poderá garantir de forma absoluta que nenhuma arma atômica seja guardada em desacordo com o combinado; não poderá garantir de forma absoluta que não se possa montar um ataque de surpresa; contudo, poderá gerar uma situação imensamente menos perigosa do que aquela em que vivemos agora quotidianamente.

Além disso, a despeito de dúvidas e de cuidados honestos e justificados, os governos dos Estados Unidos — e do Ocidente como um todo — aceitariam uma alteração assim drástica da soberania nacional, caso estivessem convencidos de que os direitos de inspeção dentro do bloco comunista fôsem concedidos de boa fé.

Finalmente, está bastante claro que se a política soviética fôsse orientada exclusivamente por critérios de interesse nacional análogos aos que governam a dos Estados Unidos e do Ocidente, um acôrdo dêsses poderia ser celebrado desde já.

## O INTERESSE NACIONAL RUSSO

Por que razões nacionais a Rússia iria agora aderir a um sistema eficaz de contrôle de armas?

Havendo fracassado na oferta que fêz imediatamente após a guerra, no sentido de converter as confusões da Europa e da Ásia numa imediata hegemonia euro-asiática para o comunismo dominado por Moscou, e pondo de lado a hipótese de um súbito ataque nuclear coroado de êxito — baseado na obtenção de possibilidades técnicas radicalmente superiores — qual é a perspectiva para a Rússia? A perspectiva para a Rússia é ver vastas nações novas, que ela não possa controlar, ingressarem na arena mundial. Outrossim, à medida que as possibilidades das armas atômicas se disseminam, essas novas nações ficarão em condições de realizar ações que poderão precipitar uma guerra desastrosa para os interesses russos. O interesse básico nacional da Rússia, com respeito tanto às novas armas quanto à maioria das novas nações, é um interesse defensivo, essencialmente similar ao dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão.

A grande opção acessível à Rússia, neste momento da História, quando ela compartilha o *status* de Grande Potência nuclear com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, entre as nações mais antigas do Norte, é criar um sistema eficaz de contrôle de armas, bem como concentrar seus esforços, junto com os dos outros, para fazer êsse sistema funcionar. O objetivo comum seria o de tornar o sistema de contrôle de armas tão firme e seguro nas décadas vindouras, que, quando estas novas nações gigantescas — a China e as do Sul — atingirem a maturidade, venham a ingressar em um mundo

de política ordenada em vez de em um outro onde persista a luta de forças ainda empunhando armas de destruição em massa numa de suas guerras. Em face da difusão de poder que está sendo provocada por uma nova série de arrancos, o interesse nacional russo aproxima-se cada vez mais dos Estados Unidos e do Ocidente. A antiga porfia euro-asiática, baseada na vulnerabilidade da Europa Oriental e da China a intrusões durante seu período de precondições, é coisa do passado.

É evidente que certa percepção deste problema já existe em Moscou. Certamente está por trás do destaque dado à campanha contra as experiências com bombas de hidrogênio, que sustariam, com efeito, as possibilidades das armas atômicas no ponto em que se encontram, aproximadamente. Esta abordagem, porém, não é sustentável, a menos que seja em breve seguida pela verdadeira solução: um eficaz sistema internacional de controle de armas. Por outras palavras, as potências mais novas (a China, por exemplo) e algumas das mais antigas (França, Alemanha e Japão — e até a Suécia e a Suíça) provavelmente não permitirão que as possibilidades de armamento se limitem aos Três Grandes, enquanto a Guerra Fria prossegue nas antigas condições, simplesmente sem provas nucleares.

Em suma, não é uma decisão realista conceber um mundo que se prolongue com duas ou três potências atômicas re-freando as demais, porém continuando na competição da Guerra Fria; tampouco é realista a de conceber um mundo controlado por Washington, Moscou, ou ambos. As atuais Grandes Potências, entretanto, dispõem de uma solução realista: consiste ela em estabelecer as condições e o ambiente dentro dos quais a força se difundirá, à medida que novas nações forem arrancando e marchem para a maturidade — esse, porém, é o limite histórico de sua capacidade, exceto, está claro, o de fazer o mundo inteiro voar pelos ares.

A difusão do poder talvez se torne relativamente segura ou muito perigosa; contudo, não pode ser evitada. O processo do crescimento e as etapas em que várias nações agora se encontram eliminam igualmente a idéia de um

século norte-americano, um século alemão, um século japonês ou um século russo.

A política racional para uma Rússia nacionalista seria, pois, aproveitar este momento de opção para juntar-se aos Estados Unidos e imporem-se mutuamente, assim como ao mundo, a única coisa que este aceitaria das duas Grandes Potências: isto é, um eficaz sistema internacional de controle de armamentos.

Talvez hajam sido considerações desta ordem que moldaram a peroração do Presidente Eisenhower, quando êle falou — evidentemente dirigindo-se a Moscou — na Assembléia das Nações Unidas, durante o debate sobre o Oriente Médio, a 13 de agosto de 1958, da forma seguinte:

Ao contemplar esta Assembléia, em que muitos são representantes de nações novas, uma idéia domina meu pensamento. O mundo que está sendo remodelado em nosso planeta virá a ser um mundo de muitas nações amadurecidas. À medida que uma após outra dessas nações transponha a difícil transição para a modernização e aprenda os processos do desenvolvimento, novos níveis de prosperidade e produtividade emergirão dêsse labor.

Este mundo de nações dotadas de individualidade própria não será controlado por nenhuma potência ou grupo de potências. Não se comprometerá com nenhuma ideologia. Peço acreditem-me quando afirmo que o sonho de domínio do mundo por uma potência qualquer, ou de conformismo mundial, é um sonho impossível. A natureza das armas de hoje e dos meios modernos de comunicação, a par do círculo cada vez mais dilatado de nações novas, torna claro que teremos de ser, no fim, uma comunidade mundial de sociedades abertas. E a concepção de sociedade aberta é a chave para um sistema de controle de armas em que todos possamos confiar.

## O PROBLEMA DE ACEITAÇÃO POR PARTE DE MOSCOU

Contudo, a aceitação de uma proposta dessa natureza significa que Moscou teria de abandonar a noção de domínio mundial e aceitar um *status* explícito de Estado-nação importante e responsável em um mundo de poderosos Estados-nações, em que todos êstes renunciaram, em grande parte, a matar outros povos na consecução dos respectivos interesses nacionais.

É extremamente difícil para Moscou agir baseado nesta compreensão da difusão do poder — que provàvelmente se está alastrando entre os russos — porque em dois aspectos fundamentais a política soviética não é determinada por critérios convencionais do interesse nacional.

Primeiro, o governo soviético externamente está comprometido a esforçar-se por atingir a meta da hegemonia mundial do comunismo. Com efeito, desde pouco depois da Revolução de Novembro, isso tem sido interpretado em termos operacionais como uma tentativa para maximizar o poder efetivo exercido por Moscou, antes que em termos simplesmente ideológicos. Tito não foi o primeiro comunista a descobrir que ao surgir um choque entre o grau de poder exercido por Moscou e a disseminação do comunismo como ideologia, Moscou optaria pelo primeiro.

Por outras palavras, se o problema fôsse meramente o empenho de Moscou pelo comunismo, não seria muito difícil resolvê-lo por uma aceitação *de facto* do *status* nacional para a União Soviética, acompanhado do culto da retórica que impregnava a antiga religião do domínio mundial. A retórica de uma nação pode perdurar por longo tempo, como uma melodia conhecida, confortadora, que soa ao fundo, após ela ter perdido qualquer referência com a realidade.

É a segunda dimensão do problema, a interna, que o torna tão difícil e sério para a Rússia e para o mundo. Pois a aceitação do *status* nacional convencional, dentro de um

sistema eficaz de controle de armas, não exigiria apenas uma mudança na relação da Rússia com o mundo, como também mudanças básicas e revolucionárias na relação do Estado russo com as populações russas.

Durante quarenta anos tem sido dito aos homens da Rússia que leis imutáveis da História decretam que o mundo externo é implacavelmente hostil e há de acabar por ser conquistado; que esta contenda iniludível exige verbas extraordinariamente elevadas para fins de investimento e militares, além de justificar e impor alto grau de controle da polícia secreta dentro da União Soviética. Sobre essas três proposições — hostilidade externa, controle interno pelo Estado policial, e austeridade — se baseou toda a política soviética durante duas gerações, e igualmente as instituições do Estado soviético e a economia política soviética. Todas desmoronariam se um eficaz sistema de controle de armas viesse a instalar-se dentro do bloco soviético.

Por que ocorrerá isso? Porque um sistema eficaz de controle de armas criaria, deveras, uma sociedade aberta na Rússia. Como poderia o Estado policial — cujo fundamento lógico até hoje repousa na hipótese da existência de estrangeiros espíões e sabotadores — como poderia o Estado policial justificar-se quando as populações russas fossem informadas de que a segurança russa se apoiava num intercâmbio de homens com privilégios de inspetores bancários, e a qualquer hora aparecessem ocidentais, em qualquer lugar da Rússia, sem aviso prévio às autoridades russas? E como poderia a Rússia evitar a era dos bens duráveis de consumo e dos serviços, se algo como 20% do PNB — que agora entram no orçamento militar soviético — fossem liberados para despesas civis? Resumindo: seriam violentadas as razões para a hostilidade, a polícia secreta e a austeridade e tornar-se-iam avassaladoras as razões em prol da democracia e do bem-estar, caso fosse instaurado um sistema eficaz de controle internacional de armas.

É este conjunto de conseqüências revolucionárias convergentes, para o domínio interno dos soviets, que torna tão

diffícil o problema da paz. Se as elasticidades da procura dos preços e da renda na Rússia se mostrarem análogas às da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, está claro que a sociedade aberta e a era do consumo em massa, implícitas no contróle eficaz de armamentos, exigiram revisões drásticas nas concepções e instituições da União Soviética, de um gênero tal que os políticos buscarão evitá-las a duras penas.

No momento, a União Soviética é uma sociedade técnica-mente pronta para a era do consumo em massa; está estruturalmente pronta em termos de educação e aptidões de sua força de trabalho; está psicologicamente pronta e ansiosa, conforme o demonstra a literatura, a política e, de fato, até as tendências da economia soviética, em que a procura de habitações e de bens duráveis de consumo está começando a afirmar-se. O regime, entretanto, debate-se para sustentar a reprêsa, para controlar o grosso do incremento da renda anual, destinando-o a fins militares e de investimento.

Em função das etapas do desenvolvimento, a Rússia é uma nação procurando converter sua maturidade em primazia mundial, adiando ou sufocando o advento da era do consumo em massa. Mas o está fazendo não porque sejam excelentes as perspectivas de uma vitória temporária sôbre o Ocidente; não porque a segurança russa não pudesse ser garantida de forma mais barata e eficiente; não porque seja do interêsse nacional russo prosseguir na corrida armamentista — pois dá-se o contrário — mas porque o comunismo é uma forma curiosa de sociedade moderna unicamente apropriada ao aspecto da oferta do problema desenvolvimentista: talvez para o arranco, conquanto isso esteja ainda por ser provado, haja vista as dificuldades inerentes do comunismo na agricultura; mas por certo pode impelir uma sociedade desde o arranco para a maturidade industrial — como Stalin o demonstrou — uma vez que seus contrôles sejam impostos àquela sociedade. Em sua essência, contudo, o comunismo provavelmente definhará na era do consumo em massa; e isso, quase certamente, é muito bem entendido em Moscou.

## O GRANDE ATO DE PERSUASÃO

Como, então, conseguiremos persuadir os russos a enfrentar o fato da difusão do poder no cenário mundial; a aceitar as conseqüências da paz e a era do grande consumo, de maneira que eles possam progredir juntamente com o resto da humanidade na lida para encontrar novas fronteiras pacíficas para a experiência humana? Em última análise, nós, do mundo não-comunista, temos de demonstrar três coisas.

Temos de demonstrar que não lhes permitiremos avançar muito no sentido de tornar racional uma solução militar temporária.

Temos de demonstrar que as nações subdesenvolvidas — atualmente o foco principal das esperanças comunistas — podem atravessar com êxito as condições e alcançar um arranco bem estabelecido dentro da órbita do mundo democrático, resistindo aos engodos e tentações do comunismo. Este, creio eu, é o tópico mais importante da ordem do dia para o mundo ocidental.

E temos de demonstrar aos russos que existe uma alternativa interessante e estimulante para a Rússia no panorama mundial, fora da corrida armamentista ou da rendição incondicional.

O grande ato de persuasão, todavia, possui uma outra dimensão — e esta é a do tempo: pois êste decisivo problema de metamorfose há de ser resolvido pelos próprios russos, e isso demandará tempo. O resto do mundo pode facilitar-lhes a tarefa, em vez de dificultá-la: criando um cenário que elimine a solução aparentemente barata seja da vitória militar seja da política; e, ademais, explicando de forma persuasiva para onde gostaríamos de atrair todos de modo bastante preciso para que os russos possam sôbriamente ponderar as suas vantagens em comparação com o custo de um sistema de controle de armas. Mas levará tempo para os russos aceitarem e absorverem as conseqüências do nôvo mundo de poder difuso. Levará tempo para eles aceitarem que seu único

destino racional é juntarem-se às grandes potências adultas do Norte num esforço comum a fim de assegurar que o amadurecimento do Sul e da China não venha a causar uma devastação no mundo como quando do advento da maturidade do Japão, da Alemanha e da própria Rússia em época anterior; pois, com armas nucleares, não há mais lugar para permitir-se o luxo, com segurança, daquele velho sentimento nacional de satisfação dos próprios apetites, para ver até que ponto se podia ir, ao atingir a maturidade, em busca do poder mundial — o esporte do Kaiser, de Hitler, dos militaristas japoneses e de Stalin.

Especificamente, é provável que a dinâmica dos Buddenbrooks se faça sentir na Rússia, uma vez que se dê tempo ao tempo e que uma vigorosa política ocidental elimine como utópicas as diretrizes de expansão soviética — quer dura, branda ou misturada. Recorde-se, caso se deseje, como Stalin criou e apoiou uma geração de técnicos modernos, para suplantarem os velhos bolchevistas, cujas habilidades na dialética e na política conspiratória não mais se ajustavam à era russa do aço, das máquinas-ferramenta e dos exércitos modernos. Os quadros da década de 1930 — a segunda geração soviética — são agora, ou serão em breve, aqueles que “decidem tudo”; porém os filhos deles — admitindo como coisa natural um moderno sistema industrial — estão em busca de coisas que a sociedade amadurecida criada por Stalin não pode proporcionar. O que é que podemos notar agitando a sociedade soviética? Uma crescente afirmação do direito do indivíduo à dignidade e à vida privada; uma afirmação crescente da dignidade da Rússia — como nação e como cultura nacional — no panorama mundial; uma afirmação crescente da vontade de desfrutar níveis mais elevados de consumo, não em alguma época futura, mas já; uma apreciação crescente da maneira pela qual a ciência moderna transformou o problema do poder, inclusive certas máximas militares antigas e estimadas, ao mesmo tempo russas e comunistas em suas origens.

Essas tendências, impelindo a Rússia de maneira ampla nas direções do nacionalismo e do bem-estar, por certo ainda não triunfaram na sociedade ou na política soviéticas. Outros-

sim, não há razão para se acreditar que essas tendências subjacentes se afirmarão automaticamente, de modo suave e pacífico. Por outro lado, devemos ter em mente que a dinâmica das gerações dentro da sociedade soviética — e notadamente as tendências da primeira geração pós-maturidade — combinada com a difusão do poder, no cenário mundial, poderão, com o tempo, solucionar o problema da paz, se o Ocidente fizer o que lhe incumbe.

O gênero das controvérsias atuais é daqueles que, no passado, normalmente levavam à guerra; ou seja, um aranhão de problemas tanto ligados ao poder quanto à ideologia. Via de regra os homens têm preferido agir segundo o estilo a que foram acostumados, em vez de modificar suas maneiras de pensar e de encarar o mundo. Não há razões para olhar o futuro com otimismo complacente; mas, quando combinadas com a atuação da dinâmica dos Buddenbrooks, a existência das novas armas e a série de arrancos na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina pode permitir-nos sair do atoleiro apresentando à Rússia perspectivas julgadas, no fim, como ainda mais perigosas que a aceitação da era do automóvel para as massas, a casa suburbana para cada família e a livre inspeção mútua.

O conceito das etapas do desenvolvimento, por conseguinte, deita certa luz sobre a forma do futuro e o problema da paz. Auxilia a preparar nossos espíritos — e, é de esperar-se, nossas políticas nacionais — para o mundo de poder difuso em que devemos penetrar e no qual fomos prematuramente mergulhados, até certo ponto, pelo paradoxo das novas armas. Ele auxilia a dar, a grosso modo, uma certa dimensão temporal ao surto da China e das novas nações do hemisfério austral para a maturidade; isto é, caso se esteja de acordo em que muitas das novas nações, à parte a África, que ainda não iniciaram seu arranco, provavelmente o farão dentro de um decênio. Lança ele certa luz sobre a natureza do difícil problema para Moscou de aceitar a difusão do poder no estrangeiro, e de aceitar internamente o primado do bem-estar e o fim do Estado policial. E auxilia a definir a área de esperança na aceitação assaz técnica exposta no capítulo VII,

ou seja, de que podemos ver uma possibilidade de existirem no âmbito da sociedade soviética forças capazes de optar por um equilíbrio diferente entre as três direções principais para as quais se podem voltar as capacidades de uma economia adulta: neste caso, afastando-se da busca do poder em favor de maior consumo e bem-estar humano no sentido mais amplo.

## PARA ALÉM DA PAZ

A História e os riscos para a paz, evidentemente, não terminarão quando os soviéticos aceitarem a era dos bens duráveis de consumo, mesmo que acompanhada da aceitação de um sistema internacional de inspeção eficaz. É bem verdade que as sociedades envolvidas no processo de traduzir potencial industrial em satisfação das necessidades dos consumidores e em difusão de novos bens e serviços em base cada vez mais larga tendem a criar poderosos freios contra a agressão e uma disposição crescente para aceitar diluições da soberania a fim de preservar um *status quo* razoavelmente cômodo. Todavia, opõe-se totalmente ao espírito desta análise fazer uma simples associação mecânica dêsse gênero entre a paz e o consumo em massa. Esta é uma análise que apresenta, não imperativos férreos, mas escolhas franqueadas aos homens.

Ademais, há muito da História que fica para além do divisor de águas que todos estamos buscando atingir. Por exemplo, para citar duas grandes questões que ultrapassam o controle de armamentos, certamente haverá o problema das relações entre o Norte e o Sul, em uma base global, quando todas as sociedades estiverem modernizadas, e que sob muitos aspectos é um problema racial, assim como haverá o problema nada simples de manter um sistema de controle de armas por um longo período, uma vez estabelecido.

## SIGNIFICADO DA DIFUSÃO DO PODER PARA A EUROPA OCIDENTAL

Uma palavra, agora, a respeito de um aspecto particular desta análise: a saber, suas conseqüências em relação ao papel e ao *status* presentes e futuros da Grã-Bretanha e, de fato, da Europa Ocidental como um todo, na arena mundial de poder.

Em março de 1958, o *Punch* publicou um poema cuja idéia geral era esta:

*Quando a Grã-Bretanha emergiu pela primeira vez,  
No celestial comando, do mar azul,  
Difícilmente previu como a OTAN planejaría  
Submergi-la uma vez mais.*

*Acalme-se, Britânia, sob a vaga nuclear;  
Enquanto as nações muito, muito maiores fazem das suas (\*).*

Se o quadro traçado neste capítulo acêrca das implicações para o futuro das etapas do desenvolvimento é aproximadamente exato, as dêste poema — assim como o estado de ânimo nêle subentendido — são excessivamente pessimistas. Naturalmente, as “nações muito, muito maiores” podem, de fato, fazer-nos voar todos pelos ares; contudo, em têrmos das tarefas que têm de ser executadas em um mundo de poder difuso, há bastante margem para a Grã-Bretanha e a Europa Ocidental desempenharem papéis cheios de dignidade, iniciativa e responsabilidade. A corrida armamentista tende a confundir-nos quanto ao que realmente está ocorrendo e ao que é mais importante fazer-se.

Por exemplo, a Grã-Bretanha e a Europa Ocidental possuem os recursos e o cabedal de assistência técnica necessários para exercer papel importante — e mesmo decisivo — no

---

(\*) Paul Dehn, *Punch*, 19 de março de 1958.

assegurar que as áreas subdesenvolvidas do mundo não-comunista atravessem as precondições e o arranco sem sucumbir àquela forma peculiar e obstinada de organização social moderna denominada comunismo. E a Comunidade Britânica apresenta em sua estrutura uma base e um modelo para erguer-se a alternativa do colonialismo, desde que haja vontade e recursos. Não há razão alguma, por exemplo, para que a Grã-Bretanha não possa desviar os olhos de quinhões justos e das compras a prazo, e decidir-se, considerando como um empreendimento nacional de vulto, a converter em êxito o terceiro Plano Quinquenal da Índia, de que tão grandemente depende, no plano operacional, o futuro da Comunidade. A Europa Ocidental tem relevante papel de que se desincumbir, igualmente, nos aspectos mais construtivos do grande ato de persuasão — no processo de iniciativa, comunicação e negociações com o mundo comunista. E estas nações podem até oferecer — como a Grã-Bretanha agora está fazendo — uma significativa contribuição militar para a dissuasão do recurso à guerra, tanto nuclear quanto limitada.

Não haverá, evidentemente, a volta dos impérios à moda antiga, do tipo daqueles que foram criados e construídos na era anterior a 1914. As sociedades tradicionais já avançaram demasiadamente no período das precondições para tornar isso viável. Por outro lado, se nossos espíritos se libertarem da ilusão de que o poder total de algum modo mudou da Europa Ocidental para Moscou e Washington; se encararmos o mundo tal como é e em que se está convertendo, se olharmos para suas possibilidades assim como para seus perigos, torna-se claro que estamos procurando criar e organizar um mundo de potências médias que, presumivelmente, compartilharão todos os artifícios da tecnologia moderna. Com efeito, é somente numa faixa muito reduzida de questões que, mesmo agora, Washington e Moscou são capazes de portar-se como algo mais que meras potências médias.

Nesta perspectiva, há muito pouco motivo para um excesso de nostalgia ou autocomiseração de parte da Europa ocidental. E há perigo para nós todos na política de uma Pequena Europa ou de uma Pequena Inglaterra que êsse estado de

espírito suscita, porquanto há muita coisa, da máxima importância, para a Grã-Bretanha e a Europa Ocidental fazerem a fim de atingirmos o resultado que todos almejamos e que não poderá nem será alcançado se elas não o fizerem. A missão consiste em isolar êstes novos desafios para constituírem uma nova ordem do dia, e, a seguir, arrancar dos crescentes recursos da Europa Ocidental uma margem suficiente — malgrado as pressões da era de consumo em massa — para fazer-se o que pode e deve ser feito. Com certas exceções limitadas na corrida armamentista pròpriamente dita, não há contribuição que os Estados Unidos possam e devam dar para o seu próprio porvir e o do mundo que a Grã-Bretanha e a Europa Ocidental também não possam dar, pelo menos em escala proporcional.

A lição das etapas do desenvolvimento para os povos da Grã-Bretanha e da Europa Ocidental é que seu destino continua em suas mãos como sempre estêve — ou, no mínimo, não menos que para os demais povos do planêta.

## ARRANCOS DO PASSADO E DO PRESENTE

O tema dêste livro — e particularmente dêste capítulo — até aqui tem presumido que é útil, assim como aproximadamente exato, encarar o processo desenvolvimentista atualmente em curso na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina, como análogo às etapas de precondições e arranco de outras sociedades, no fim do século XVIII, no XIX e no início do XX. Chegou a hora de perguntar-se: será justa essa analogia? Ou, mais particularmente, quais são as semelhanças, quais as diferenças, e que conseqüências decorrem dessas diferenças?

### *Semelhanças*

As semelhanças são bastante claras. Com relação aos setores, observamos muitos problemas e padrões conhecidos do passado. A maioria das nações atualmente subdesenvol-

vidas, na etapa das precondições ou no início do arranco, têm de destinar grande parte de seus recursos à formação e à modernização dos três setores não-industriais necessários ao crescimento industrial: capital social fixo, agricultura e setores que atraem moeda estrangeira, endereçados ao melhor aproveitamento dos recursos naturais. Além disso, elas devem começar a encontrar áreas de processamento, ou manufatura, moderno em que a aplicação da moderna técnica (combinada com elevadas elasticidades-renda ou elasticidades-preço da procura) tenda a permitir índices de crescimento rápido, com uma taxa elevada de reinvestimento de lucros.

Muitas se vêem também enredadas nos problemas da formação do capital em geral, examinados no capítulo IV, em que se considerou a mecânica interna do arranco. Elas têm de procurar meios de introduzir no setor moderno níveis de renda acima do consumo, até então esterilizados pelos sistemas com que era controlada a agricultura tradicional. Têm de procurar transferir homens de empresa do comércio e da atividade bancária para a indústria. E, para esses fins, devem ser aplicados padrões de orientação fiscal, monetária e outras (inclusive educacionais), análogos aos criados e aplicados no passado.

Outrossim, os problemas não-econômicos dessas áreas se parecem muito com os de outrora. No plano da política, podemos observar uma gama de posições, referentes à modernização, que vão desde o mais ferrenho tradicionalismo até aquelas dispostas a abrir caminho para a modernização a todo custo, e essas posições colidem umas com as outras. Ademais, o problema do equilíbrio entre expressão interna e externa da ambição nacionalista está presente — de forma intensa — em quase todos os casos. Acima de tudo, há uma continuidade no papel do nacionalismo reativo, como propulsor da modernização, vinculado efetivamente ou oposto a outros motivos para a remodelação da sociedade tradicionalista.

E, mais estritamente, o catálogo contemporâneo de transformações sociais necessárias é conhecido do historiador:

como persuadir o camponês a modificar seus processos e passar a produzir para mercados maiores; como formar um quadro de técnicos, apto a manipular as novas técnicas; como criar um corpo de homens de empresa, voltados não para grandes margens de lucro nos níveis de produção e técnica existentes, mas para maior rendimento, num regime de mudança e obsolescência tecnológica sistemática; como estabelecer uma mentalidade profissional moderna no serviço público, tanto civil quanto militar, em que todos estejam satisfeitos com seus vencimentos e orientados para a prosperidade da nação e para os padrões de eficiência ao invés de para a concussão, o nepotismo, o bairrismo e o regionalismo estreitos.

### *Algumas Diferenças Relativas*

Contudo, há também algumas diferenças, entre as quais algumas tornam mais difícil contemporaneamente o avanço para o arranco e outras o tornam mais fácil que no passado.

A dificuldade mais profunda provém diretamente de um fato que proporciona igualmente a mais acentuada superioridade atual: qual seja, o das áreas atualmente subdesenvolvidas terem a seu dispor um enorme acervo acumulado de tecnologia, onde se inclui o da saúde pública. As técnicas modernas de medicina e higiene são extremamente eficazes para baixar rapidamente os índices de mortalidade, exigindo relativamente reduzido dispêndio de capital e defrontando-se com escassa resistência social e política. Assim, os índices de crescimento demográfico nas áreas atualmente subdesenvolvidas são maiores do que os geralmente obtidos na etapa de condições em outras épocas.

Históricamente, os índices de crescimento demográfico durante os decênios do arranco dum modo geral ficaram abaixo de 1,5% ao ano. Na França foi apenas de 0,5%; na Alemanha, Japão e Suécia, cerca de 1%; na Grã-Bretanha só se elevou até 1,4% nos dois decênios anteriores a 1820. Os Estados Unidos do século XIX (acima de 2,5%) e a Rússia anterior a 1914 (acima de 1,5%) são as grandes exceções; em ambos os casos, porém, êsses índices apareceram em sociedades

que estavam expandindo celeremente a área cultivada. Os índices anuais agregados para as principais regiões subdesenvolvidas do mundo contemporâneo são aproximadamente os seguintes: América Latina, 2,5%; Ásia Meridional, 1,5%; Oriente Médio, 2,3%; Extremo Oriente, 1,8%; África, 1,7%.

Esses índices mais elevados de crescimento demográfico impõem uma tensão e um desafio tanto em termos agregativos quanto em termos de ritmo da revolução tecnológica da agricultura. Globalmente, se considerarmos a razão capital-produto marginal como, digamos, 3, então uma quota adicional de 3% da renda nacional tem de ser investida simplesmente para contrabalançar o aumento adicional de 1% na população. Mas, dada a estrutura do consumo dessas áreas pobres, a tensão mais significativa vai depender do problema da disponibilidade de alimentos, em que se exige uma difusão mais rápida das modernas técnicas agrícolas do que no passado, para que todo o processo de desenvolvimento não corra o risco de ver-se frustrado.

Política e socialmente, os elevados índices de crescimento demográfico impõem exigências excessivas em outras direções, pois dão origem ao problema do desemprego crônico ou do desemprego parcial. O desemprego assume urgência especial, como problema de política, visto como a população dessas áreas, notadamente suas populações urbanas, vive em um ambiente de comunicações internacionais que faz suas frustrações, talvez sentidas mais vigorosamente do que em situações comparáveis do passado. O hiato entre os níveis de consumo existentes e os possíveis — ou que como tal são considerados — é extremamente agudo, e está-se espalhando rapidamente a consciência desse hiato.

Por fim, a Guerra Fria, que constitui uma parte do cenário internacional do processo de transição, afeta o delineamento deste de várias maneiras. Por um lado, os entrechoques dos interesses de segurança comunistas e não-comunistas tendem a desviar a atenção, o talento e os recursos dos misteres internos de desenvolvimento, em algumas dessas áreas, especialmente naquelas localizadas perto das fronteiras do bloco comunista. Por outro lado, as dimensões ideológicas da

Guerra Fria realçam um sentido de opção referente às técnicas sociais e políticas apropriadas à modernização, suscitando em particular a questão de saber se deve ser seguido o método comunista. Mais do que isso, a existência do movimento comunista internacional, com seu objetivo declarado de assumir o contróle das áreas subdesenvolvidas, desvia parte da elite alfabetizada das tarefas correntes de desenvolvimento e cria uma dimensão especial de um cisma, que custa muito caro ao esforço nacional.

### *Algumas Vantagens Relativas*

Todavia, as áreas atualmente em transição também desfrutam duas vantagens substanciais que não se achavam presentes, em grau igual, noutras épocas. Primeiramente, o acervo de tecnologia importante e ainda não aplicada é maior do que jamais o foi. Em segundo lugar, o auxílio internacional sob a forma de assistência técnica, empréstimos suaves ou subsídios — inclusive grandes quantidades de alimentos e fibras excedentes — são um aspecto singular do panorama moderno. No passado, está claro, nações em transição podiam entrar nos mercados internacionais de capitais particulares a fim de lançar títulos, especialmente destinados à formação de capital social fixo, e não foi ignorado delas o artifício algo grosseiro de aliviar a pressão dos empréstimos pelo seu não-pagamento. Contudo, mudanças da estrutura dos mercados, associadas à instabilidade inerente à sua situação, até certo ponto diminuíram as correntes convencionais de capital privado para fins de formação de capital social fixo. A boa vontade dos governos das nações industrializadas para encarar empréstimos suaves e subsídios maiores constitui, portanto, uma compensação potencial para as conseqüências diversionistas e desagregadoras da Guerra Fria.

### TRÊS CONSEQÜÊNCIAS CAPITAIS PARA A POLÍTICA

Enquanto as dificuldades relativas enfrentadas pelas nações contemporaneamente em transição lhes estão causando

apertos, as vantagens relativas estão sendo apenas exploradas indiferentemente. Especificamente, êste balanço esquemático sugere três áreas gerais para ação combinada, a fim de que as nações em transição possam vencer as etapas de precondições e arranco sem perderem a possibilidade de um desenvolvimento cada vez mais democrático, tanto social quanto político.

Inicialmente, as potencialidades da tecnologia conhecida capazes de elevar a produtividade da agricultura devem ser aplicadas de molde a se fazerem sentir mais deliberada e rapidamente do que agora. Conquanto, evidentemente, o mais breve possível declínio das taxas de natalidade facilitasse o processo de desenvolvimento, as potencialidades conhecidas de irrigação, fertilizantes químicos e sementes selecionadas são capazes de proporcionar durante certo tempo um aumento do consumo de alimentos *per capita*, mesmo em face dos índices presentes de crescimento demográfico. A limitação consiste sobretudo nos efetivos e na competência do quadro de técnicos capazes de e dispostos a irem para a zona rural demonstrar pacientemente as vantagens dos métodos mais recentes. O perigo para o nível do bem-estar nas sociedades contemporâneas em transição não se acha em nenhuma tendência intrínseca para a aceleração do investimento a fim de coibir o consumo, pois os artifícios da produtividade agrícola são altamente produtivos e de efeitos rápidos; mas reside êle na lentidão dos líderes para enfrentarem diretamente o problema da produtividade agrícola e para organizarem os recursos humanos e materiais indispensáveis para acelerar a disseminação de técnicas bem conhecidas.

Em segundo lugar, as potencialidades de ajuda externa devem ser organizadas em base mais ampla e, especialmente, mais estável. Diante dos níveis atuais de crescimento demográfico e de formação do capital interno e da ajuda externa, um acréscimo da ordem de uns 4 bilhões de dólares anuais seria necessário como ajuda externa para colocar tôda a Ásia, Oriente Médio, África e América Latina num crescimento regular, a um aumento anual da renda *per capita* de, digamos, 1,5%. Em muitas áreas, o processo das precondições ainda

não está suficientemente adiantado para permitir que o capital externo seja produtivamente absorvido na escala implícita nesta estimativa global (\*). Os dados realistas para maior ajuda internacional são mais baixos. O que está claro é que o nível atual de assistência externa é bastante inadequado à tarefa de ultrapassar o índice de crescimento demográfico em muitas regiões-chave onde o capital poderia ser absorvido produtivamente. Ainda mais importante, todavia, que a questão do aumento da escala é a da continuidade da ajuda. A análise da marcha das precondições feita no capítulo III salientou a importância essencial da decisão política dentro de uma sociedade em transição a fim de concentrar alta proporção de energia, aptidões e recursos no desenvolvimento interno, em vez de em manifestações nacionalistas. Se os chefes políticos locais quiserem dedicar-se a essa linha de ação, terão de fazê-lo com a máxima confiança de que depois de seu limite de poder político (digamos, 5 anos) será mantido um nível razoável de ajuda. A própria capacidade de absorção é, em grande parte, um produto da extensão com que os governos mobilizam seus próprios recursos em relação ao problema do desenvolvimento. Assim, o volume de capital produtivamente absorvível em sociedades em transição depende, em parte, da escala e continuidade da oferta de ajuda externa.

No fim, entretanto, a missão do desenvolvimento tem de ser cumprida pelos que se acham nêle diretamente envolvidos. As elites alfabetizadas não-comunistas dessas sociedades em transição arcam com uma pesada responsabilidade pelo futuro de seus povos. Elas têm o direito de esperar que o mundo das democracias evoluídas auxilie em uma escala ampliada, com maior continuidade, mas são elas que terão de superar as dificuldades apresentadas pela rápida difusão da medicina moderna e assegurar que a decisão humana de salvar vidas não conduza a uma sociedade desumana. São elas que têm

---

(\*) Para os cálculos e hipóteses de que decorre esta estimativa, ver M. F. Millikan e W. W. Rostow, *A Proposal* (New York, 1957).

de concentrar seus espíritos nas tarefas do desenvolvimento, a despeito das tentações para forçar o nacionalismo em outras direções e para render-se às distrações da Guerra Fria. São elas que, tendo auxiliado a conseguir a independência, sob as bandeiras da liberdade humana, apelando para os valores do Ocidente que compartilham, terão agora de aceitar grande parte da responsabilidade de fazer tais valores viver, em função de suas respectivas sociedades e culturas, à medida que completam as precondições e se lançam no desenvolvimento autônomo.

O desfecho, para os que vivem nas sociedades contemporâneas em transição, não está claramente predeterminado, seja pelos figurinos da História seja pela natureza das tarefas técnicas do desenvolvimento ou pelo equilíbrio da Guerra Fria. A etapa histórica em que se encontram suas sociedades, o acervo de tecnologia importante, e não aplicada ainda, e o cenário mundial em que se encontram fixam os limites e as possibilidades de seus problemas. Mas, como outros povos em grandes momentos de decisão, seu destino se encontra substancialmente em suas próprias mãos.

## CAPÍTULO X

### MARXISMO, COMUNISMO E ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO

ESTE capítulo final coteja a análise das etapas do desenvolvimento com o marxismo, pois que êste, em sua essência, também é uma teoria acêrca de como as sociedades tradicionais chegaram a incorporar os juroz compostos em suas estruturas, aprendendo os artifícios da moderna tecnologia industrial, bem como das etapas que se seguirão até chegar à etapa final que, no modo de ver de Marx, não seria o socialismo sob a ditadura do proletariado, mas o verdadeiro comunismo. Em contraste com as nossas etapas — a sociedade tradicional, as condições, o arranco, a maturidade e a era do consumo em massa — colocamos, pois, as de Marx: o feudalismo, o capitalismo burguês, o socialismo e o comunismo.

Proseguiremos, resumindo primeiro a essência das proposições de Marx. Notaremos, a seguir, as semelhanças entre a análise dêle e as etapas do desenvolvimento, bem como as diferenças entre os dois sistemas de idéias, etapa por etapa. Isso proporcionará um meio de definir a *status* e a significação do marxismo, segundo se observa através da seqüência das etapas do desenvolvimento. Finalmente, olharemos rapidamente a evolução do pensamento marxista e da política comunista, a partir de Lênine, tirando algumas conclusões.

## AS SETE PROPOSIÇÕES MARXISTAS

O pensamento marxista pode ser sintetizado nas sete proposições seguintes:

1.º — As características políticas, sociais e culturais das sociedades são função do modo como se conduz o processo econômico. E, basicamente, o comportamento político, social e cultural dos homens é função de seus interesses econômicos. Tudo o mais que se lê em Marx deriva dessa proposição até ser alcançada a etapa do comunismo, quando o peso da escassez é retirado de sobre os homens e passam a dominar seus outros motivos e aspirações (\*).

2.º — A História avança por meio de uma série de lutas de classe, em que os homens afirmam seus interesses econô-

---

(\*) A forma exata da função que liga o interesse econômico ao comportamento não-econômico varia nas obras de Marx e na literatura marxista posterior. Muito dos textos originais — e praticamente todas as conclusões práticas deles derivadas — depende de uma função simples e direta que relaciona o interesse econômico com o comportamento social e político. Em algumas partes da literatura marxista, porém, a função é apresentada de modo mais complicado. O comportamento não-econômico é visto como sendo relacionado não imediata e diretamente com o interesse próprio econômico, mas com a ideologia e lealdades de classe. Já que, contudo, os interesses e ideologias de classe são apresentados como sendo, em última análise, uma função das técnicas de produção e das relações sociais destas decorrentes, essa formulação indireta produz mais ou menos os mesmos resultados que a definição anterior da conexão. Na tendência principal da literatura marxista, de princípio ao fim, os homens são realmente sérios apenas ao procurar, proteger e ampliar propriedade e renda. Por fim, há umas poucas passagens em Marx — e mais em Engels — que revelam uma percepção de que o comportamento humano é afetado por motivos que não têm de ser relacionados nem convergir para o interesse econômico próprio. Esta percepção, se tivesse sido sistematicamente esmiuçada, teria alterado de maneira radical todo o fluxo da argumentação marxista e de suas conclusões. Marx, Engels e seus sucessores deram as costas a esse entendimento, nas formulações ideológicas; no entanto, conforme se alvitra adiante neste capítulo, Lênine e seus sucessores na política comunista agiram vigorosamente baseados nesse entendimento.

micos inevitavelmente contraditórios num ambiente de escassez.

3.º — As sociedades feudais — em nossa terminologia, sociedades tradicionais (\*) — foram destruídas porque permitiram que dentro de seu arcabouço crescesse uma classe média, cujos interesses econômicos dependiam da expansão do comércio e de manufatura modernos. Essa classe média combateu com êxito a sociedade tradicional e logrou impor uma nova superestrutura social, política e cultural, adequada à busca do lucro por aqueles que controlavam os novos meios modernos de produção.

4.º — Análogamente, as sociedades industriais capitalistas, predisse Marx, criariam as condições para sua destruição devido a duas características intrínsecas: porque criavam uma força de trabalho na maior parte não-qualificada, à qual se continuava a destinar apenas um salário real mínimo de sobrevivência, e porque a busca do lucro levaria a um aumento progressivo da capacidade industrial, do que se originaria uma luta competitiva pelos mercados, pôsto que o poder de compra dos trabalhadores seria uma fonte inadequada de procura para a produção potencial.

5.º — Esta contradição inata do capitalismo — salários reais relativamente estagnados para os trabalhadores e acúmulo de pressão para encontrar mercados para a capacidade em expansão — produziria o seguinte mecanismo específico de autodestruição: um proletariado cada vez mais cômico de si mesmo e afirmativo, incitado, pelo menos, a apoderar-se dos meios de produção em face das crises cada vez mais sérias de desemprego. Essa apropriação seria facilitada porque, à medida que a concorrência pelos mercados aumentasse, na etapa mais amadurecida do capitalismo, seriam formados

---

(\*) A concepção marxista de feudalismo é por demais restrita para abarcar tôdas as sociedades tradicionais, entre as quais várias delas não chegaram a ter uma classe nobre, vinculada à Coroa e dona de terras. As análises marxistas da China tradicional, por exemplo, foram muito forçadas neste ponto.

monopólios, criando-se, assim, o ambiente para a transferência da propriedade para o Estado.

6.º — Esta é uma extensão leninista do marxismo — o mecanismo do declínio do capitalismo consistiria não só de sucessivas crises de desemprego cada vez mais graves, mas também de guerras imperialistas, à proporção que a concorrência pelo comércio e por válvulas de saída para o capital, induzida pela inadequação dos mercados à capacidade, conduziria não só a monopólios como também a uma luta colonialista de âmbito mundial entre os monopólios nacionais do mundo capitalista. A classe trabalhadora conquistaria, então, o poder e instalaria o socialismo não só num ambiente de desemprego crônico e grave, mas igualmente de dilaceração causada por guerras imperialistas, a que o mundo capitalista seria arrastado para evitar o desemprego e para escapar à crescente agressividade e desviá-la de um proletariado cada vez mais mobilizado e com consciência de classe, dirigido e educado pelos comunistas existentes em suas fileiras.

7.º — Uma vez conquistado o poder pelo Estado socialista, agindo em nome do proletariado — na fase chamada de “ditadura do proletariado” — a produção seria impulsionada num progresso constante, sem crises, e a renda real aumentaria até o ponto de tornar possível o comunismo. Isso ocorreria porque o socialismo removeria as contradições internas do capitalismo. Permitam-me transcrever a visão que Marx tinha da conclusão do processo: “Em uma fase mais elevada da sociedade comunista, após ter-se desvanecido a subordinação escravizadora dos indivíduos decorrente da divisão do trabalho e, por conseguinte, também a antítese entre trabalho intelectual e braçal; após o trabalho ter-se convertido de mero meio de vida em necessidade primordial da vida; após os recursos produtivos se terem também ampliado com o desenvolvimento total do indivíduo e tôdas as fontes da riqueza cooperativa jorrarem com maior abundância — só então poderá ser deixado de todo para trás o estreito horizonte da lei burguesa e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: de cada um

segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades. (\*)”

## SEMELHANÇAS COM A ANÁLISE DAS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO

Identifiquemos, agora, as semelhanças essenciais entre a seqüência histórica de Marx e a análise das etapas do desenvolvimento.

1.<sup>a</sup> — Ambas são concepções acêrca de como sociedades como um todo evoluem, vistas por uma perspectiva econômica; ambas são explorações dos problemas e conseqüências para sociedades como um todo da introdução dos juros compostos em seus hábitos e instituições.

2.<sup>a</sup> — Ambas aceitam o fato da mudança social ter conseqüências sociais, políticas e culturais, se bem que as etapas do desenvolvimento repudiem a idéia de que a economia como um setor da sociedade e a vantagem econômica como um motivo do comportamento humano sejam necessariamente dominantes.

3.<sup>a</sup> — Ambas aceitam a realidade dos interesses de grupos e classes no processo político e social, embora as etapas do desenvolvimento contestem terem sido êles a única força determinante da progressão das sociedades tradicionais para a etapa do consumo em massa.

4.<sup>a</sup> — Ambas aceitam a realidade dos interesses econômicos haverem auxiliado a determinar o cenário de que brotaram certas guerras, conquanto as etapas do desenvolvimento neguem o primado dos interesses e motivos econômicos como causa decisiva da deflagração de guerras, além de relacionarem os fatores econômicos e a guerra de maneira assaz diferente das adotadas por Marx e Lênine.

---

(\*) Citado de “Critique of the Gotha Programme”, em J. Eaton, *Political Economy, a Marxist Textbook* (London, 1958), pág. 187.

5.<sup>a</sup> — Ambas colocam, no fim, a meta ou o problema da verdadeira abundância — da época em que, na frase feliz de Marx, o trabalho “se torne por si mesmo a necessidade primordial da vida”, embora as etapas do desenvolvimento tenham algo mais a dizer a respeito da natureza das opções possíveis.

6.<sup>a</sup> — Em termos de técnica econômica, ambas se baseiam em análises setoriais do processo do desenvolvimento; no entanto, Marx se limitou aos setores dos bens de consumo e dos bens de capital, ao passo que as etapas do desenvolvimento se radicam numa análise menos agregativa dos setores líderes, decorrente de uma teoria dinâmica da produção.

### TEMAS CENTRAIS DAS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO

Partindo dessas duas relações, podemos agora destacar de modo mais preciso e categórico como a análise das etapas do desenvolvimento procura, etapa por etapa, enfrentar e resolver os problemas com que Marx se debateu, evitando o que parece serem os erros fundamentais deste.

A primeira e mais fundamental diferença entre as duas análises reside na opinião adotada quanto à motivação humana. O sistema de Marx, tal e qual a economia clássica, é um conjunto de deduções lógicas mais ou menos sofisticadas da idéia de maximização do lucro, caso esta seja dilatada para abarcar, sem precisão, a vantagem econômica. A mais importante afirmação analítica em tudo o que Marx escreveu é a que se encontra no Manifesto Comunista de que o capitalismo “não deixou outro nexos entre o homem e seu semelhante que não o interesse próprio nu e cru, o desumano ‘pagamento a vista.’”

Na seqüência das etapas do desenvolvimento, o homem é encarado como uma unidade mais complexa. Ele procura, não apenas a vantagem econômica, mas também o poder, o lazer, a aventura, a continuidade da experiência e a segurança; preocupa-se com a família, com os valores familiares

de sua cultura regional e nacional, e mesmo com um pouco de divertimento lá onde vive. E, além dessas diversas vinculações domésticas, o homem também é capaz de ser impelido por um sentimento de união com todos os seres humanos, os quais, êle reconhece, compartilham sua situação essencialmente paradoxal. Em suma, a resultante do comportamento humano é vista não como uma atividade de maximização, mas como um balanceamento de objetivos humanos alternativos, e muitas vêzes contraditórios, em face da variedade de opções que os homens percebem ter diante de si.

Esta noção de balanceamento de alternativas que se percebe estarem abertas é, evidentemente, mais complexa e difícil do que uma simples idéia de maximização, e não conduz a uma série de etapas rígidas e inexoráveis da História. Leva a padrões de escolha dentro do arcaçouço permitido pelo panorama mutável da sociedade, panorama êsse que é, por sua vez, o produto tanto de condições reais objetivas quanto de opções prévias feitas pelos homens e que auxiliam a determinar o ambiente com que os homens se defrontam no momento (\*).

Não esmiuçaremos aqui as propriedades formais de um sistema assim dinâmico; todavia, conclui-se diretamente dêste modo de ver como os indivíduos agem que o comportamento das sociedades não é determinado exclusivamente por considerações econômicas. Os setores de uma sociedade interagem: forças culturais, sociais e políticas, refletindo facêtas diversas dos seres humanos, têm seu próprio impacto, autêntico e independente, na atuação das sociedades, inclusive em sua

---

(\*) Nas etapas do desenvolvimento, algumas das características que têm efeito duradouro sobre tôda a seqüência do desenvolvimento estão radicadas na sociedade tradicional e em sua cultura. Constituem uma condição inicial para o processo do desenvolvimento com as conseqüências para um período de tempo que ultrapassa o surto a partir das precondições. Ver, do autor, *British Economy of the Nineteenth Century* (Oxford, 1948), cap. VI, especialmente págs. 128 n. e 140.

atuação econômica. Assim, a orientação das nações e a atuação total das sociedades — como o comportamento dos indivíduos — representam atos de balanceamento mais bem do que um simples procedimento visando aos lucros máximos possíveis.

Nessa ordem de idéias, muito interessa saber como as sociedades procedem para pesar os prós e os contras. Especificamente, segue-se que o fenômeno central do mundo das sociedades pós-tradicionais não é a economia — quer seja capitalista ou não — sim o critério global com que são feitas as escolhas. As etapas do desenvolvimento rejeitam como inexata a poderosa, porém ultra-simplificada suposição de Marx, de que as decisões de uma sociedade dependem apenas de quem detém a propriedade. Por exemplo, o que Marx vê como sociedades capitalistas, em nenhuma etapa, nem mesmo em sua forma mais pura, jamais tomaram tôdas as suas grandes decisões simplesmente em função do mecanismo do mercado livre e do interesse privado. Na Grã-Bretanha, por exemplo, ainda no auge da marcha para a maturidade — digamos, no período 1815-50, quando o poderio do capitalista industrial estava menos diluído — foi posta em ação a legislação fabril e, após o voto ter sido estendido nas Segunda e Terceira Leis de Reforma, a política da sociedade foi determinada por um balanceamento entre interesses de lucro e a maximização da utilidade relativa de um lado, e, de outro, interesses de bem-estar tornados efetivos em uma base de “um homem, um voto”, por intermédio do processo político. O capitalismo, que é o cerne da narrativa feita por Marx da fase pós-feudal, é assim inadequado como base analítica para explicar o funcionamento das sociedades ocidentais. É mister olhar-se diretamente para o conjunto do mecanismo de opção entre orientações alternativas, incluso o processo político — e, de fato, os processos social e religioso — como arenas independentes para a tomada de decisões e para fazer escolhas.

Para ser mais preciso, nada na análise de Marx pode explicar como e por que os interesses agrários afinal aceitaram a Lei de Reforma de 1832, ou por que os capitalistas aceitaram

o impôsto progressivo sôbre a renda ou o Estado do Bem-Estar, já que para o marxismo é fundamental que seja por causa de propriedade que os homens lutam e morrem. Com efeito, tem-se de explicar aquêles fenômenos com relação a um sentimento de devotamento à comunidade nacional e aos princípios do credo utilitário-individualista que transcendiam o mero lucro. Igualmente, nada na análise de Marx explica a aceitação paciente do arcabouço do capitalismo privado pela classe operária, quando associado ao processo político, apesar de persistirem as disparidades de renda.

Marx, assim como Hegel, andou certo ao afirmar que a História avança devido ao choque de interesses e concepções antagônicas, mas o resultado do conflito numa sociedade em desenvolvimento regular tende a ser governado por considerações superiores de continuidade comunitária que um advogado de Boston, Charles Curtis — veterano nos expedientes da advocacia e da acomodação — recentemente expôs da seguinte forma:

Julgo (disse êle) que as coisas se realizam gradativamente apenas entre fôrças opostas. Não há absolutamente comedimento nas pessoas. O que parece isso é apenas indecisão... Pode ser que a verdade seja mais bem procurada no mercado da palavra livre, porém as melhores decisões não são compradas nem vendidas. Elas resultam do desacôrdo, em que a última palavra não é "Eu concordo que você está certo", mas sim "Afinal eu tenho que viver com êsse filho de uma égua, não é? (\*)"

Êste definitivo solvente humano jamais foi entendido por Karl Marx — um homem solitário, profundamente isolado de seus semelhantes. Êle o considerava, de fato, como covardia e traição, e não como a condição mínima para a vida social organizada, em qualquer época e em qualquer lugar.

---

(\*) C. Curtis, *A Commonplace Book* (New York, 1957), págs. 112-13.

E, conforme se expõe no capítulo VIII, uma análise simples da guerra, em termos de vantagem econômica, esboça-se ante a apreciação dos diferentes tipos de conflito armado e de como êles deveras surgiram. O nacionalismo — e tudo o que o acompanha em termos de sentimento humano e de orientação pública — é uma ressaca remanescente do mundo das sociedades tradicionalistas (\*).

Não se precisa olhar mais longe do que para a primazia que os povos coloniais atribuem à independência sobre o desenvolvimento econômico, ou para as ardentes emoções que os políticos árabes podem despertar nas turbas das ruas, para saber-se que a vantagem econômica é uma base insuficiente para explicar o comportamento político. Tôda a História moderna sustenta o ponto de vista de que tudo o que vemos agora ao redor de nós na Ásia, no Oriente Médio e na África é típico da experiência humana, quando confrontado com as opções com que se defrontam as sociedades em transição.

Portanto, a descrição da desintegração das sociedades tradicionais que aqui damos se baseia na convergência dos motivos de lucro privado nos setores modernos com um nôvo sentimento ofendido de nacionalidade. Outras forças desempenham igualmente seu papel, como, por exemplo, a simples percepção de que as crianças não precisariam morrer tão cedo nem viver no analfabetismo: um sentimento de horizontes humanos alargados, independente tanto do lucro quanto

---

(\*) Este tema é exposto por Schumpeter em seus trabalhos acêrca de Marx e em seu ensaio sobre o imperialismo (J. Schumpeter, *Imperialism*, B. Hoelitz, Meridian Books, New York, 1955), especialmente págs. 64 ss. e *Ten Great Economists* (London, 1952), sobretudo págs. 20 e 61 ss.). Enquanto Schumpeter salientou a persistência de atitudes nacionalistas irracionais e românticas, na presente análise eu sublinharei dois outros fatores. Primeiro, o papel de certos grupos e atitudes oriundos da sociedade tradicional, no próprio processo de desenvolvimento. Segundo, o fato estrutural de que, uma vez aceita a soberania nacional como regra da arena mundial, as nações encontraram-se prêsas numa quase inevitável luta oligopolista pelo poder, que de fato possuía elementos irracionais.

da dignidade nacional. E quando a independência ou o *status* moderno de nacionalidade são afinal alcançados, não há uma transição simples e automática para uma supremacia do motivo do lucro e progresso econômico e social. Pelo contrário, há uma escolha aflitiva e um problema de opção entre as três direções que a política pode adotar: agressividade externa, concentração maior do poder no centro em vez de nas regiões, e desenvolvimento econômico.

Então, de fato, quando essas opções são afinal feitas e o progresso apoderou-se da sociedade, a História geralmente decreta a existência de uma longa fase em que o desenvolvimento econômico é a atividade dominante, mas não exclusiva: o arranco e os sessenta anos, aproximadamente, de disseminação das técnicas modernas. É nesta marcha para a maturidade que as sociedades se têm comportado mais de acôrdo com o modo de ver marxista, porém cada uma em função de sua própria cultura, estrutura social e processo político, pois que as sociedades em crescimento, mesmo as capitalistas, têm diferido radicalmente nesses aspectos. Não tem havido uma "superestrutura" uniforme nas sociedades em crescimento. Pelo contrário, a natureza diversa das "superestruturas" tem afetado fortemente os padrões revestidos pelo desenvolvimento econômico. Ainda na marcha para a maturidade, devemos cuidar de não identificar o que foi feito — a vigorosa propagação da técnica moderna — com uma hipótese excessivamente simplista acêrca da motivação humana. Sabemos que durante os arrancos e a marcha para a maturidade as sociedades, com efeito, tenderam substancialmente para pôr de lado outros objetivos e abrir caminho para atividades que, dentro das restrições devidas aos elementos humanos e recursos materiais e outras de caráter social, elevariam ao máximo o índice de desenvolvimento. Isso não quer dizer, entretanto, que o motivo de lucro pròpriamente dito tenha sido supremo. Ele por certo desempenhou certo papel. Mas, nos Estados Unidos após a Guerra Civil, por exemplo (talvez a fase mais materialista de qualquer sociedade capitalista, examinada superficialmente), os homens realizaram as coisas necessárias para indus-

trializar um continente grande e rico, não simplesmente para ganhar dinheiro, mas por causa do poder, do prestígio social, da aventura e do desafio que eram encontrados no mercado de uma sociedade em que a Igreja e o Estado ainda eram de relativamente pouca importância. O jôgo de expansão e aquisição de riquezas era compensador nessa fase, não apenas em termos de dinheiro, porém em termos de tóda a escala de motivos e aspirações humanas. Como, de outra forma, se poderia explicar o ardente labor de certos homens, muito depois de haverem amontoado mais dinheiro do que êles e os filhos dêles poderiam utilizar? E modificações semelhantes na opinião marxista sôbre a motivação humana seriam necessárias em uma descrição precisa das marchas para a maturidade da Alemanha, Japão, Suécia, França, Grã-Bretanha e — com efeito — da Rússia.

Nessa etapa deparamos, está claro, com os conhecidos erros técnicos de Marx: sua implícita teoria demográfica malthusiana e sua teoria sôbre os salários reais estagnados.

É velho esporte assinalar que, de fato, a população não cresceu de maneira a conservar uma reserva de desempregados e que as atividades do capitalismo competitivo não deram lugar a salários reais estagnados, mas sim a salários reais crescentes. Robinson e Kaldor, por exemplo, recentemente sublinharam essas falhas profundas na economia de Marx (\*). E elas são, deveras, em termos formais, grandes erros técnicos ao julgar como o processo econômico funcionaria. Mas são mais que isso: refletem diretamente a proposição básica de Marx sôbre as sociedades, porquanto nem o poder político, nem o social nem mesmo o econômico foram nitidamente influenciados pelo fato de a propriedade ser privada. A concorrência não deu lugar ao monopólio; e a concorrência, mesmo imperfeita, permitiu aos salários aproximarem-se do valor marginal líquido do produto; e êste aspecto técnico do mecanismo mercantil foi reforçado por uma aceitação dos

---

(\*) Joan Robinson, *Marx, Marshall, and Keynes* (Delhi, 1955); e N. Kaldor, "A Model of Economic Growth", *Economic Journal*, dezembro de 1951, especialmente págs. 618-21.

sindicatos pela sociedade e por um conjunto crescente de intervenções políticas, permitidas e encorajadas pelo processo político democrático. Outrossim, o fato de sobrevir o próprio progresso das massas, eliminado na análise de Marx, fêz os homens reverem os cálculos sôbre as vantagens de ter ou não ter filhos, produzindo um freio não-malthusiano para o índice de natalidade: um freio baseado não na pobreza e na doença, porém no próprio progresso. Lembremo-nos, neste ponto, não só dos casos mais antigos do declínio das taxas de natalidade registradas pela História, mas na queda radical de tais índices no Japão e na Itália ressurgentes na década de 1950.

E assim, quando os juros compostos assumiram o controle, o progresso foi partilhado pelo capital e pelo trabalho, a luta entre as classes foi mitigada, e ao ser alcançada a maturidade eles não se defrontaram com um impasse cataclísmico. Defrontaram-se, unicamente, com um nôvo conjunto de opções, isto é, o equilíbrio entre o Estado do Bem-Estar, o consumo em massa e um surto de afirmação no cenário mundial.

Por conseguinte, os juros compostos e as opções que eles aos poucos foram desvendando, graças à elevação média da renda real, tornam-se uma variável importante das etapas do desenvolvimento; pelo contrário, na teoria de Marx, os juros compostos aparecem sob a forma pervertida de lucros ascendentes, sômente suscetíveis de serem distribuídos numa vida altamente capitalista, capacidade inútil e guerra. Por outras palavras, a elasticidade-renda da procura é uma fôrça viva na análise das etapas do desenvolvimento, ao passo que é virtualmente extirpada nas vigorosas simplificações de Marx.

Vejamos, agora, a questão leninista: se o capitalismo, possuindo uma alegada capacidade intrínseca para fazer os lucros baixarem, dá origem a monopólios e torna as crises progressivamente mais sérias, leva a uma desesperada luta de concorrência internacional por mercados e a guerras.

Primeiramente, a questão da concentração industrial. Aqui desejamos apenas afirmar que as provas existentes, nos Estados Unidos pelo menos, de maneira alguma sugerem que o

grau de concentração haja crescido significativamente, digamos, nos últimos 50 anos. E onde aumentou, foi antes baseado nas economias de pesquisas e desenvolvimento em vasta escala do que devido ao mercado se haver tornado demasiadamente fraco para sustentar pequenas firmas. Duvido que a realidade seja muito diferente nas outras sociedades adultas do Ocidente. Ademais, onde persistiram as concentrações do poder econômico, foram obrigadas a agir cada vez mais em termos antes estabelecidos pelo processo político do que por simples normas do próprio mercado para a maximização.

Em segundo lugar, a questão de crises cada vez mais graves. Até 1914 não há qualquer indício de ter aumentado a amplitude dos ciclos de desemprego. Pelo contrário, as provas são de uma notável uniformidade nos ciclos do século XIX, quer encarados em função das estatísticas de desemprego de que dispomos, quer em função dos anos de atividade econômica crescente e decrescente. Houve, naturalmente, a depressão sem paralelo da década de 1930. Mas, se está certa a opinião exposta no capítulo VI, a relativa estagnação entre as guerras na Europa Ocidental não foi devida a rendimentos decrescentes a longo prazo, porém ao fato de ter a Europa Ocidental deixado de criar um ambiente em que suas sociedades nacionais passassem rapidamente para a era do consumo em massa, fazendo surgir novos setores líderes. Isso, por sua vez, deveu-se sobretudo a não haver ela criado o pleno emprego inicialmente, no ambiente das condições do comércio de pós-1920. Análogamente, a depressão prolongada dos Estados Unidos no decênio de 1930 não se deveu a rendimentos decrescentes a longo prazo, mas a não ter criado de início um novo ambiente para o pleno emprego, por meio duma orientação pública que houvesse permitido aos novos setores líderes de moradias suburbanas, difusão do automóvel, bens duráveis de consumo e serviços anteciparem-se a 1929.

Temos toda a razão para crer, vendo a sensibilidade do processo político até aos menores bolsões de desemprego nas sociedades democráticas modernas, que as orientações lerdas e tímidas das décadas de 1920 e 1930 com referência ao

nível de empregos não mais serão toleradas nas sociedades ocidentais. E agora, os artifícios técnicos dêsse mister — graças à revolução de Keynes — são amplamente compreendidos. Não se deve esquecer que o próprio Keynes se atribuiu a missão de invalidar o prognóstico de Marx a respeito da trajetória do desemprego sob o capitalismo, e que em grande parte alcançou êxito.

Quanto àquele clássico e velho demônio dos “rendimentos decrescentes” — de que Marx se apoderou sob a forma de sua hipótese do nível descendente dos lucros — não podemos ser dogmáticos a longo prazo; contudo, a escala e o ritmo do empreendimento científico do mundo moderno (que, como setor, se acha em uma etapa de rápido crescimento) torna improvável que nos venham a faltar tarefas a executar produtivamente se as pessoas preferirem a atividade produtiva ao lazer. Além disso, as sociedades têm à sua disposição, caso queiram continuar a vida laboriosa, a possibilidade de seguir o exemplo norte-americano e reimpor um surto malthusiano da população, quando ficarem enjoadas de aparelhos e engenhocas.

Finalmente, a questão do capitalismo amadurecido ~~depende de colônias~~. Basta notar que, embora o colonialismo esteja praticamente morto, o capitalismo no hemisfério ocidental, na Europa Ocidental e no Japão está passando por um surto extraordinário de crescimento. É perfeitamente óbvio que, quaisquer que sejam as dificuldades econômicas das sociedades capitalistas, elas não provêm primordialmente de uma suposta dependência do imperialismo. Se algo houver, sua vulnerabilidade origina-se agora de uma relutância para se preocuparem suficientemente — e a êle atribuir recursos adequados — com o mundo de nações subdesenvolvidas. A procura interna não é tão inadequada a ponto de forçar a atenção para o exterior: ela é por demais robusta para tornar possível aos governos mobilizar recursos adequados para os assuntos exteriores. A esperança atual do comunismo não está na exploração da confusão e das crises provocadas por uma luta compulsiva para desembaraçar-se de produtos expor-

táveis, mas de uma absorção excessiva do mundo capitalista pelos atrativos dos mercados internos.

Isto leva-nos a uma comparação entre o modo de Marx ver o comunismo e a etapa do desenvolvimento que se segue à do consumo em massa. A êste respeito, Marx foi um romântico do século XIX. Confiava êle em que os homens, tendo vencido a escassez, permitiriam florescer a parte melhor de suas naturezas, trabalhar pelo prazer da expressão pessoal num cenário em que a abundância teria afastado a necessidade e a tentação para a avareza. Esta é, com efeito, uma esperança digna e genuína, uma aspiração, e até mesmo uma possibilidade. Porém, como foi sugerido no fim do capítulo VI, não é a única alternativa. Há crianças e tédio, o desenvolvimento de novas fronteiras humanas interiores, do espaço astral e de prazeres banais — ou, quiçá, a destruição, se o diabo se encarregar de arranjar trabalho para mãos ociosas. No entanto, se bem que êste seja o problema econômico definitivo do homem, caso tudo corra bem trata-se de um problema que nós desta geração podemos deixar de lado, até certo ponto, levando em conta a ordem do dia com que nos defrontamos em um mundo de armas nucleares e com a tarefa de formar uma comunidade mundial pacífica que abranja as nações mais antigas e mais novas que aprenderam as artimanhas do desenvolvimento.

## PERSPECTIVA DE MARX

O que podemos, então, dizer de Marx, à luz da análise das etapas do desenvolvimento? Onde é que êle se enquadra?

Intelectualmente, reuniu êle dois conjuntos de instrumentos: uma concepção hegeliana da dinâmica da História e uma versão generalizada da maximização do lucro (assim como várias proposições substantivas) do mundo dos economistas clássicos.

Êle aplicou êste estôjo de ferramentas ao que pôde perceber de um caso histórico: o caso do arranco e marcha para

a maturidade da Grã-Bretanha, e em seguida generalizou e projetou no futuro o resultado. Todo o seu sistema se achava completamente formado em 1848, quando êle e Engels escreveram o *Manifesto Comunista*; isto é, estava formado antes que qualquer outra sociedade, a não ser a Grã-Bretanha, tivesse vivido o arranco. E, conquanto Marx comentasse *ad hoc* através dos anos sôbre vários aspectos imediatos dos casos francês, alemão e norte-americano — e se envolvesse pessoalmente nos acontecimentos políticos da França e da Alemanha — foi a Revolução Industrial Britânica e o que se seguiu à arrancada da Grã-Bretanha que moldaram suas categorias. Nada realmente importante em Marx data de após 1848.

Ora, como vimos, o caso britânico de transição foi ímpar na aceção de que parece ter sido provocado pela dinâmica interna de uma sociedade única, sem intervenção externa; isto é, lá cresceu, dentro de uma sociedade agrícola e comerciante, uma classe média industrial, que progressivamente transformou a política, a estrutura social e os valores da sociedade, notadamente nas três décadas seguintes a Waterloo. Os casos francês, alemão e norte-americano não foram suficientemente característicos, pelo menos na época de Marx, e dentro de sua compreensão, para forçarem-no a rever suas categorias; o Japão não foi por êle estudado nem incorporado a seu sistema; a Rússia o fazia estremecer, pelo menos até bem tarde em sua vida, quando os intelectuais russos começaram a levá-lo a sério; e, como intelectual provinciano bairrista da Europa Ocidental que era, as possibilidades da Ásia e da África lhe escaparam quase totalmente ao entendimento, só sendo tratadas a propósito da política britânica em vez de em função de seus problemas próprios de modernização (\*).

A concentração no caso britânico lhe deu uma concepção muito mais simplista do período de transição e do arranco do

---

(\*) I. Berlin, *Karl Marx* (London, edição de 1956), págs. 254-58. Marx, contudo, fez algumas observações *ad hoc* interessantes acêrca da Índia e da China, ao escrever como jornalista sôbre a política britânica nas Guerras do Ópio e no Motim da Índia.

que o âmbito de nossos atuais conhecimentos históricos admirariam. Marx, generalizando suas conclusões sobre a Grã-Bretanha, apegou-se à classe média e ao motivo do lucro. O papel do nacionalismo reativo na transformação de uma sociedade tradicional e o problema da opção enfrentado ao criar-se um Estado independente moderno puderam ser desprezados.

Em resumo, Marx se enquadra entre os muitos homens do Ocidente que, de maneiras diferentes, reagiram contra os custos humanos e sociais da marcha para a maturidade e procuraram um equilíbrio melhor e mais humano na sociedade. Impelido — segundo a frase do próprio pai dele — por um “egoísmo demoníaco” (\*), por uma identificação com os “de baixo” e por um ódio contra os “de cima”, mas também disciplinado até certo ponto por uma paixão de ser “científico” ao invés de sentimental, Marx criou seu notável sistema: um sistema cheio de falhas, mas também cheio de percepções parciais legítimas, uma grande contribuição formal para a Ciência Social, um roteiro monstruoso para a política de um povo.

Uma deficiência do sistema de Marx começou a revelar-se antes de ele morrer, e que não soube como enfrentá-la. Alguns crêem que esta admissão íntima de tal fracasso é responsável pelo fato de *Das Kapital* ser um livro inacabado. O fracasso revestiu-se da forma de um aumento dos salários industriais reais da Europa Ocidental e do fato perfeitamente aparente de que as classes obreiras britânica e europeia ocidental estavam inclinadas a aceitar melhorias; a aceitar as condições do capitalismo democrático ao invés de concentrar seus esforços num sangrento ajuste de contas final, no confisco das propriedades e sua entrega a um Estado que, na opinião de Marx, de algum modo os trabalhadores poderiam então controlar. A Primeira Internacional que ele formou e dirigiu desintegrou-se nos primeiros anos da década de 1870, quando os dirigentes sindicais voltaram as costas a Marx

---

(\*) C. J. S. Sprigge, *Karl Marx* (London, 1938), pág. 27.

e procuraram reformas gradativas dentro das respectivas sociedades.

Assim Marx e também Engels terminaram com uma opinião um tanto desiludida a respeito do operário com quem haviam contado tanto para concretizar a dialética deles: o operário contentava-se com uma migalha de progresso razoavelmente regular; um sentimento de que as coisas estavam melhorando para ele próprio e para seus filhos; um sentimento de que, de modo geral, estava conseguindo um justo quinhão da organização da sociedade como um todo; uma disposição para lutar pelo que desejava dentro das regras da democracia política, num regime de propriedade privada; uma tendência para identificar-se com sua sociedade nacional de preferência ao mundo abstrato dos supostamente espeznhados operários de todos os países; uma disposição, a despeito de conflitos e injustiças, para viver com seus semelhantes em vez de conspirar para matá-los. E é aí que principia a história de Lênine e do comunismo moderno.

## A EVOLUÇÃO DO COMUNISMO MODERNO

A verdade é que o comunismo moderno foi criado diretamente num esforço para lidar com os problemas que Marx não solucionou ou resolveu incorretamente, tanto como teórico quanto como político revolucionário na prática. O comunismo moderno foi forjado, de maneira assaz concreta, pelos erros e insucessos de Marx. Lênine teve de lidar com um mundo de operários tal como eram; e de camponeses, que Marx deixou de lado com algumas frases perfunctórias, pois os considerava uns patetas; um mundo em que o nacionalismo competitivo era uma força poderosa; e um mundo em guerra. Marx preferiu dissolver a Primeira Internacional do que debater-se com a realidade; Lênine permaneceu no jôgo da política e do poder como o encontrou.

Como procedeu Lênine? Sua primeira e mais fundamental decisão foi a de buscar o poder político a despeito do fato de a maioria da classe operária russa não estar disposta a

apoiar uma tentativa revolucionária para capturar o poder. O panfleto de Lênine, *Que Fazer?* publicado em 1902, é a verdadeira origem do comunismo moderno. Ele asseverou ali que se os operários russos estavam despreparados para desincumbir-se de seu destino histórico marxista — como evidentemente o estavam — o Partido Comunista os faria desincumbirem-se do mesmo. O Partido Comunista não agiria como uma fração do movimento socialista, conforme aconselhava o Manifesto Comunista. Formaria um partido separado, uma elite conspiratória, e buscaria o poder numa base minoritária, em nome do proletariado, “nadando contra a corrente da História.”

Lênine resolveu, em suma, cumprir a profecia de Marx apesar do fracasso da predição deste. Desde o começo até agora — desde a cisão do movimento socialista da Rússia anterior a 1914 até a atitude em 1956 dos operários de Budapeste e a contínua relutância de Moscou para aceitar eleições livres ainda em sociedades em que o capitalista e o grande proprietário de terras se acham totalmente liquidados — este é o rato morto que há no fundo do pensamento e da prática do comunismo: o operário não tem nem pensado nem se conduzido como teoricamente deveria fazê-lo.

A segunda decisão de Lênine fluiu diretamente da primeira; e foi a de apoderar-se do poder na Rússia, na confusão que se seguiu à revolução de março de 1917, embora, segundo os padrões marxistas, a retrógrada Rússia estivesse historicamente “verde” para o socialismo. Por pouco tempo, os verdadeiros marxistas do campo de Lênine confortaram-se com a esperança de que a Alemanha — uma sociedade historicamente “madura” — também se tornaria comunista, após a Primeira Guerra Mundial, e assim criaria uma zona totalmente comunista dentro da qual o atraso histórico da Rússia pudesse ser submerso. Essa esperança, porém, se perdeu, e Lênine continuou tomando como base o comunismo de um só país, muito antes que Stalin conhecesse essa expressão.

A terceira, na revolta do Kronstadt, em março de 1921, quando Lênine confirmou o modelo de 1902 e de novembro de 1917, empregando a força para reprimir a revolta de uma

provável maioria dentro do Partido Comunista, maioria essa que se opunha ao rápido nascimento de um Estado ditatorial. Lênine resolveu, após certa introspecção, prosseguir com o governo baseado na ditadura de um Estado policial.

A quarta, na década de 1930, quando Stalin, tendo prazentemente aceitado a ditadura do Estado policial como base de governo, alterou radicalmente o estilo da sociedade ao introduzir poderosos incentivos materiais para os que estivessem dispostos a trabalhar efetivamente dentro da órbita do Estado comunista, e ao suplementar a ideologia comunista com elementos vigorosos de nacionalismo da Grande Rússia, acarretando revisões em tudo, desde os uniformes dos soldados até o conteúdo dos compêndios de História, a educação primária e o padrão aprovado da vida em família.

A quinta, no 19.º Congresso do Partido, em outubro de 1952, porém mais claramente após a morte de Stalin, em que a direção da expansão comunista foi desviada dos países adiantados para as áreas subdesenvolvidas, obedecendo à prescrição de Lênine e, deveras, à sua prática. Com efeito, o julgamento de Marx a respeito da seqüência da História e a passagem inevitável das sociedades capitalistas amadurecidas para o socialismo foi abandonada em favor da fórmula leninista, que continua sendo o guia de Khrushchev na teoria e na prática.

O que surgiu, pois, foi um sistema de Estado moderno organizado sobre a base não do determinismo econômico, porém do determinismo político ou do poder. Não é a propriedade dos meios de produção que decide tudo, e sim o controle do exército, da polícia, dos tribunais, e dos meios de comunicação. Lênine e seus sucessores, de fato, repuseram Hegel sobre os pés; e viraram Marx de cabeça para baixo. O determinismo econômico não deu certo para eles; o determinismo do poder, entretanto, preencheu bem o vazio. Eles têm agido partindo da idéia de que, em certas circunstâncias, uma minoria decidida e bem disciplinada pode conquistar o poder político em uma sociedade confusa e mal organizada; uma vez de posse do poder, este pode ser mantido com economia de forças, caso a elite comunista conserve sua unidade; tendo o

poder nas mãos, os recursos de uma sociedade podem ser organizados de tal maneira que a economia se desenvolva segundo as linhas que consolidam e alargam o poder dessa elite comunista.

A ironia dessa história ainda se propaga à natureza da economia política sob o regime comunista. Na História da Rússia moderna, e igualmente na Europa Oriental de após 1945 e na China comunista, pode-se encontrar uma aproximação bastante boa da descrição inexata feita por Marx de como a economia capitalista funcionaria: os salários são mantidos tão perto dos mais férreos mínimos quanto o permite a necessidade de incentivos; os lucros retornam aos investimentos e aos gastos militares em larga escala; e o sistema é estruturado de tal forma que seria fundamentalmente ameaçado se a vasta capacidade daí resultante fôsse dirigida francamente para o fim de elevar os salários reais. A diferença entre a imagem que Marx formava do capitalismo e a economia política comunista é, está claro, que o motivo num caso seria o lucro privado, enquanto no outro é a manutenção e ampliação do poder da elite.

Anàlogamente, a ditadura política da elite sôbre a maioria, agindo em função de seus próprios interesses, é uma aproximação razoável daquilo que Marx acreditava ser a conformação política do capitalismo, em que mandavam os que possuíam propriedade; todavia, a vinculação automática feita por Marx da posse da propriedade e poder político deixava um certo hiato quanto à maneira pela qual o poder era exercido (\*). E êste hiato o comunismo precisou preencher com a polícia secreta, bem como com todo o sistema de coerções e incentivos que lhe permite mandar e obter o desempenho desejado por parte daqueles a quem controlam.

---

(\*) Segundo Berlin mostra (*op. cit.*, pág. 108), Bakunin percebeu que, no fundo, Marx era "um fanático adorador do Estado"; tôda a sua atuação como político revolucionário, com sua compulsão para exercer o poder pessoalmente ou então nenhum, sugere que, em condições semelhantes, êle teria transposto êste lapso teórico, como Lênine o fêz, embora Marx carecesse dos dotes táticos dêste.

Sem embargo, esta inversão de Marx em nome de Marx também apresenta seus problemas e dilemas. Embora o poder possa ser mantido com economia de forças, o nacionalismo da Europa Oriental não pode ser derrotado; e, dentro da Rússia, o estrategema tático de Stalin no evocar o nacionalismo nas décadas de 1930 e 1940, cada vez acumulando mais força, provocou certas correntes cruzadas a gerar tensões.

Da mesma forma, conquanto o rendimento possa ser incrementado pelas técnicas comunistas, o movimento para a maturidade tecnológica cria aspirações e níveis de refinamento intelectual que também geram importantes tensões cruzadas.

Ademais, a dinâmica dos Buddenbrooks prossegue, geração após geração; os que capturaram o poder e empregaram-no para construir uma máquina industrial de enorme riqueza podem ser sucedidos por homens que, caso aquela máquina não possa produzir um resultado internacional decisivo, resolvam que há outros objetivos melhores a visar, tanto interna quanto externamente.

Resumindo, apesar de Lênine e Stalin — e agora Mao — terem conseguido sobrepujar as debilidades da análise que Marx fez do processo histórico, não decorre daí que suas técnicas provarão ser viáveis a longo prazo. Tanto o marxismo quanto o comunismo moderno são concepções que fixam metas transcendentais, independentes das técnicas empregadas para alcançá-las, porém a lição antiga da História é que os fins realmente atingidos são em grande parte função dos meios usados em sua consecução.

## COMUNISMO: UMA DOENÇA DA TRANSIÇÃO

Por outro lado, o comunismo tal como é — um importante acontecimento da História — não pode ser considerado liquidado pelo simples fato de revelarem-se sua natureza, suas ilusões e seus dilemas. Identificar os erros do marxismo e demonstrar o caráter não-marxista do comunismo não é lá

grande façanha. O fato é que o comunismo como técnica de poder é uma força formidável. Embora fôsse uma intenção não-marxista, Lênine andou certo ao dizer que o poder, em certas circunstâncias, podia ser conquistado e mantido por uma minoria decidida, preparada para empregar uma polícia secreta. Embora tampouco fôsse marxista, estava correto na intuição de que as sociedades em transição do *status* tradicional para o moderno são peculiarmente vulneráveis a uma conquista do poder nessas condições.

É nisto, com efeito, que o comunismo provavelmente encontrará seu lugar na História. Recordemos novamente a análise do capítulo III, em que foi considerado o período das precondições: uma situação em que a sociedade adquiriu um acervo considerável de capital social fixo e conhecimentos tecnológicos modernos, mas está confundida não apenas pelo conflito entre os elementos tradicionais residuais e os que poderão modernizar sua estrutura, mas também embaralhada por conflitos entre os que querem avançar, mas não conseguem decidir-se por qual dos três caminhos devem seguir, e os que carecem da coerência e organização para avançar resolutamente em qualquer direção firme.

É num ambiente desses de confusão social e política, antes de ser alcançado o arranco e de consolidado política e socialmente assim como economicamente, que é mais fácil a conquista do poder pela conspiração comunista; é num ambiente desses que uma ditadura centralizada pode oferecer uma precondição técnica essencial ao arranco e à marcha contínua para a maturidade: uma organização efetiva de Estado moderno.

Lembremo-nos, por exemplo, do que é que no comunismo atraiu os intelectuais chineses após a Primeira Guerra Mundial. Não foi sua origem marxista, pois que os comunistas chineses eram — e continuaram a ser marxistas indiferentes. Não foi a realização econômica do comunismo, pôsto que a economia russa estava em má situação nos primeiros anos da década de 1920. Os intelectuais chineses foram atraídos pelas técnicas de organização de Lênine como um meio de unificar e controlar um país imenso e profundamente dividido. Tanto o

Kuomintang quanto os próprios chineses comunistas se organizaram de acordo com o modelo leninista; e isso era compreensível em uma nação em transição sem um governo central eficaz, dominada, na realidade, por chefes guerreiros locais. (De passagem, diga-se que se não houvesse ocorrido a Primeira Guerra Mundial — ou se tivesse ocorrido dez anos depois — a Rússia quase certamente teria feito uma transição bem sucedida para a modernização e se tornado invulnerável ao comunismo. O comunismo agarrou a Rússia muito perto do fim da fase em que ela provavelmente seria sensível ao gênero de crise com que se defrontou em 1917.)

O comunismo não é, de modo algum, a única forma de organização estatal eficaz que pode consolidar as condições na transição de uma sociedade tradicional, desencadear um arranco e impelir uma sociedade para a maturidade tecnológica. Mas ele pode ser um meio de se realizar essa difícil tarefa, se — e isto ainda está para ser visto — puder resolver o problema da produção agrícola nas décadas do arranco. O comunismo ocupa lugar, portanto, ao lado do regime da restauração Meiji no Japão e da Turquia de Atatürk, por exemplo, como uma forma particularmente desumana de organização política capaz de desencadear e sustentar o processo de desenvolvimento em sociedades em que o período das condições não produziu uma classe média comercial empreendedora e substancial e um conveniente consenso político entre os líderes da sociedade. É uma espécie de doença que pode afetar uma sociedade em transição, caso esta não consiga organizar efetivamente seus elementos preparados para levar adiante a tarefa da modernização.

Para aqueles que prefeririam ver as sociedades em ascensão no mundo não adotarem este caminho especial para a modernização — na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina — a técnica comunista de mobilização de poder e recursos constitui um problema colossal, quase com certeza o que os historiadores julgarão ser o desafio decisivo de nossa época: isto é, o desafio de criar, em associação com os políticos e povos não-comunistas das áreas que se encontram nas condições e no início do arranco, uma parceria que os auxi-

liará a alcançar o desenvolvimento autônomo numa base social e política que mantenha abertas as possibilidades de desenvolvimento progressista e democrático.

## UMA DECLARAÇÃO DE VALORES

Por que é que desejamos êste resultado? O que é, em nossa concepção dos homens e da vida que reage igualmente contra o determinismo econômico de Marx e o determinismo do poder hegeliano do comunismo, contra sua insistência de que o julgamento correto da História pela elite comunista justifica qualquer emprêgo do poder que essa elite considere necessário para satisfazer as leis históricas ou seus próprios interesses?

A resposta está na maneira pela qual definimos o bem e o mal. Um colega meu, o Professor Elting Morison, do Massachusetts Institute of Technology, falando sôbre outro assunto, disse recentemente: (\*)

Minha própria concepção do mal é esta: êle consiste no esforço para chegar a um determinado fim — por motivos de ordem, lógica, estética, decência, ou outro qualquer — por meios que neguem aos homens a oportunidade de levar em conta as alternativas inevitáveis apresentadas pela diversidade e pelo paradoxo de suas próprias naturezas. Os fins podem ser pervertidos — como o de pôr a Alemanha acima de tudo; ou ideais — como tornar os homens nobres; os meios podem ser vis — como o ecúleo, a roda ou o óleo de ricino; ou benignos — como esconder das crianças o fato de que os deuses se embriagam e contam anedotas obscenas no Olimpo — isso não faz diferença.

---

(\*) E. E. Morison (organizador), *The American Style*, New York, 1958, pág. 321.

Esta (continua Morison) não é uma opinião original. Para a nossa civilização, concordamos em que ela foi definida de modo mais memorável no Novo Testamento — com sua intensa reocupação pela relação do homem consigo mesmo e com seu próximo, com sua desconfiança do sistema lógico e das soluções uniformes, suas parábolas irradiantes de significados ambíguos, suas admoestações acerbamente contraditórias, e sua insistência em que a sabedoria só é sábia se, à medida que mudam as situações, também muda o que é sábio. Esse modo de ver as coisas parece ter estado no espírito dos homens que inventaram a democracia — a qual é um método que em sua imprecisão e desordem permite que anelos antagônicos se expressem e que as pontas do paradoxo sejam conservadas numa resolução tolerável porém mutável. Ela não prefigura os fins ou os resultados finais. Ela espera a chegada das novas ocasiões antes de proporcionar novos deveres.

Algo parecido com esta declaração de Morison jaz no coração de tôdas as sociedades ocidentais. Mais do que isso, não há nenhuma cultura importante — inclusive a russa e a chinesa — que não admita, a seu próprio modo, a originalidade e diversidade dos homens, e ofereça, em sua estrutura e cânones, oportunidades de balanceamento e de áreas privadas de retiro e de expressão.

A declaração de Morison sôbre o credo democrático pode ser facilmente traduzida nos termos de outras culturas: ela é, falando de maneira lata, o que a maioria dos seres humanos escolheria, se lhes fôsse dado o direito de escolha.

As sociedades, todavia, precisam de fazer algo mais do que possuir um credo. Elas têm de resolver seus problemas. A própria democracia, quando funciona, é um exercício extraordinário de equilíbrio entre disciplina imposta, disciplina voluntária e expressão pessoal. Para que nós e nossos filhos possamos viver num ambiente em que algo como o credo democrático sirva de base à maioria das sociedades, inclusa

a nossa, os problemas de transição do *status* tradicional para o moderno, na Ásia, no Oriente Médio e na África — problemas surgidos da criação das precondições e do arranco — têm de ser solucionados por meios que deixem aberta a possibilidade de uma evolução assim humana e equilibrada.

É aqui, pois, que em 1959, escrevendo no Norte democrático, chega a um fim a análise das etapas do desenvolvimento: não com a era da abundância; não com o automóvel e a compra a prazo; não com o problema da estagnação espiritual secular; nem mesmo com os Estados Unidos e sua vasta safra de crianças — mas com os dilemas e preocupações dos homens de Jacarta, Rangum, Nova Déli e Carachi; os homens de Teerã, Bagdá e do Cairo; os homens ao sul do deserto, também, em Acra, Lagos e Salisbury. Pois o destino de todos nós que vivemos agora na etapa do consumo em massa vai ser em grande parte determinado pela natureza do processo das precondições e do arranco de nações distantes, processos êsses que nossas sociedades experimentaram há bem mais de um século, por formas menos angustiantes e difíceis.

Será mister imaginação criadora para compreender o que se está passando nessas partes decisivas do mundo e para resolver o que podemos e devemos fazer para exercer papel útil nesses processos remotos. Esperamos que a análise das etapas do desenvolvimento, comprimindo e tornando mais flexível a experiência histórica moderna, possa contribuir de certa forma para o discernimento de assuntos que, por sua natureza, hão de ser vicários para nós. Esperamos, ao mesmo tempo, que um certo conhecimento das muitas diferentes sociedades que, de maneiras diversas, se organizaram para o desenvolvimento sem suprimir a possibilidade da liberdade humana, nos dê coragem para prosseguir confiantes. Porque, no fim, a lição de tudo isto é que os artificios do desenvolvimento não são de maneira alguma difíceis; podem parecê-lo, em momentos de frustração e confusão de sociedades em transição, e assim pareceram quando nossas próprias socie-

dades se viram emparedadas entre a maturidade e o consumo em massa, como se passou entre as duas grandes guerras.

Num ponto, porém, Marx estava certo — e partilhámos de sua opinião: o fim de tudo isto não são os juros compostos para sempre; é a aventura de ver o que o homem pode fazer e o que ele fará quando a pressão da escassez em seus ombros fôr bastante diminuída.

Vamos levar a economia a sério — mas não em demasia — recordando sempre o brinde de Keynes perante a Real Sociedade de Economia em 1945: “Levanto o meu brinde à Real Sociedade de Economia e dos economistas, que são os guardiães não da civilização, mas da possibilidade de civilização.” E devemos ter essa advertência em mente não só como um mandato para acelerar o dia em que todos possamos partilhar as opções abertas na etapa do consumo em massa e além dela, mas também no processo da marcha para aquela etapa. Bilhões de seres humanos hão de viver no mundo, se o conservarmos, durante este século ou pouco mais até que o consumo em massa se torne universal. Eles têm o direito de viver sua vida em ambientes civilizados, marcados por um mínimo de respeito por uma singularidade e dignidade próprias, caracterizados por uma política de equilíbrio em suas sociedades, não simplesmente por uma obsessão compulsiva pela estatística da produção e um conformismo com objetivos públicos definidos por uma elite cooptativa (\*). O homem é um ser pluralista — um conjunto complexo, não uma unidade para a maximização — e tem o direito de viver em uma sociedade pluralista.

Além disso, como uma hipótese de Ciência Social e uma declaração de fé, as metas que alcançamos na História não podem separar-se dos meios que empregamos para logr-las. Talvez não reste muito da civilização para salvar a menos que nós do Norte enfrentemos e lidemos com o desafio implícito nas etapas do desenvolvimento, tal como se encontram agora no mundo, com tôdas as fôrças de nosso devotamento moral, de nossa energia e de nossos recursos.

---

(\*) No original: *a co-optive élite*. (N. do T.).

## APÊNDICE

### A DIFUSÃO DO AUTOMÓVEL PARTICULAR

#### NOTAS AO QUADRO 8

As seguintes fontes de consulta são citadas por meio de títulos abreviados:

A. F. and F. — *Automobile Facts and Figures* 1958, Automobile Manufacturers Association (Detroit, 1958).

Handbuch — *Statistisches Handbuch der Weltwirtschaft* (Berlim, 1936).

Jahrbuch — *Statistisches Jahrbuch für die Bundesrepublik Deutschland*, 1951-58.

U. N. S. Y. — *United Nations Statistical Yearbook*.

#### ESTADOS UNIDOS

Âmbito: Os dados abrangem táxis.

Fontes: 1940-5, *Historical Statistics of the United States 1789-1945* (1949).

1946-57, *Statistical Abstract of the United States*.

1958, A. F. and F. (ajustado).

CANADÁ — incluindo a Terra Nova, a partir de 1949.

Âmbito: Os dados abrangem veículos comerciais até 1921; o número destes era então 42.000. Os táxis foram incluídos a partir de 1931; havia 8.000 em 1930.

Fontes: 1904-56, *Canada Yearbook*.  
1957, U. N. S. Y.

FRANÇA — inclusive Alsácia-Lorena a partir de 1921.

Âmbito: Os dados abrangem caminhões comerciais com menos de 1 t. de capacidade, exceto entre 1951 e 1953.

Fontes: 1904-10, 1914-33, *Annuaire Statistique de la France*, 1936.  
1913, Handbuch; 1934-36, Jahrbuch.  
1937-56, U. N. S. Y.  
1957, A. F. and F.

## GRÁ-BRETANHA

**Ambito:** Os dados para 1904-20 incluem a Irlanda. Em 1921 havia 4.000 automóveis particulares na Irlanda do Norte.

**Datas:** 1904-20, 31 de março; 1921, último trimestre; 1922-34, 1939-45, 31 de agosto; 1935-8, 1946-58, trimestre iniciado em setembro.

**Fontes:** 1904-21, *Motor Industry of Great Britain, 1947* (Society of Motor Manufacturers, 1947).

1922-34, *Statistical Abstract for the United Kingdom*.

1935-57, *Annual Abstract of Statistics*.

1958, *Monthly Digest of Statistics*.

## ALEMANHA

**Ambito:** 1913-38, os dados são para a Alemanha dentro de suas fronteiras variáveis, mas excluindo a Áustria em 1938. Os dados abrangem ônibus (28.000 em 1938).

1939-57, os dados são para a área da Bundesrepublik, excluindo o Sarre e Berlim Ocidental.

Antes de 1954, os veículos de dupla finalidade não foram distinguidos separadamente. A partir de 1954, quando havia 33.000 desses veículos, eles passaram a ser incluídos entre os carros particulares.

**Fontes:** 1913-36, *Handbuch*.

1937-8, *Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich*.

1939-58, *Jahrbuch*.

## ITALIA

**Ambito:** Os dados abrangem táxis.

**Fontes:** 1913, *Handbuch*.

1911-12, 1914-57, *Annuario Statistico Italiano*, 1953-8.

## JAPÃO

**Ambito:** As séries são muito descontínuas porque não se dispôs de uma fonte única e porque os veículos motorizados japoneses não são de fácil classificação. Os jirinquixás não foram incluídos antes de 1929. Os carros liliputianos, que eram em número superior a meio milhão em 1955, ficaram de fora. A principal interrupção é entre 1935 e 1937. Tomando como base 1935, os dados para 1937-8 de 60 e 59 mil talvez tivessem sido de 100 e 105 mil.

**Datas:** 1913, 1920-25, 31 de março; 1916-9, 1926-30, dezembro; 1931-3, agosto; 1934-5, outubro; 1937-57, dezembro.

**Fontes:** 1913, 1920-25, *Handbuch*.

1915-19, *Annuaire Statistique de la France*, 1936.

1926-30, *League of Nations Statistical Yearbook*.

1931-35, Mitsubishi Economic Research Unit: *Japanese Trade and Industry* (Londres, 1936).  
1937-56, U. N. S. Y.  
1957, A. F. and F. (ajustado).

#### RÚSSIA

**Âmbito:** A partir de 1946 os dados são meros palpites, aparentemente originados de *American Automobile*.

**Datas:** 1924-8, 1931-2, 1 de janeiro; 1929-30, outubro; 1933-41, dezembro.

**Fontes:** 1913-32, Handbuch.  
1933-6, *Motor Industry of Great Britain*.  
1937-42, *Automobile Facts and Figures*, American Automobile Manufacturers Association, Detroit.  
1946-57, Jahrbuch.

#### NOTAS AO QUADRO 9

1. Para o âmbito dos dados referentes ao licenciamento de veículos, ver notas ao Quadro 8.

2. Onde as datas a que se referem os dados de licenciamento divergiram, ajustaram-se para este fim os dados relativos à população. Onde foram coerentes os dados do licenciamento, foram sempre usados os dados referentes à população no meio do ano.

3. As fontes para os dados demográficos são geralmente as mesmas para os do licenciamento. Os dados de 1913-38 para o Japão são de K. Ohkawa, *The Growth Rate of the Japanese Economy Since 1878* (Tóquio, 1957). Os dados de após-guerra são geralmente do *United Nations Demographic Yearbook*.

4. Os dados de população de tempo de guerra raramente são comparáveis com os de épocas normais, que são via de regra *de facto* ou aproximadamente *de facto*; as relações entre população e automóveis significam muito pouco em tempo de guerra. Assim, as razões são geralmente omitidas nos anos em que um país esteve envolvido em uma das Guerras Mundiais.

5. Alguns dos dados usados para a França, Alemanha, Japão e Rússia nos últimos anos, e para Itália e Japão antes de 1920, foram acrescentados ou revistos depois de terem sido confeccionados os quadros.

QUADRO 8

*Automóveis particulares em uso em alguns países, 1900-58*

(Milhares)

Ano	Estados Unidos	Canadá	França	Grã-Bret.	Alemanha	Itália	Japão	Rússia
1900	8	.	3	.	.	.	.	.
1901	15	.	.	.	.	.	.	.
1902	23	.	.	.	.	.	.	.
1903	33	.	.	.	.	.	.	.
1904	55	1	.	8	.	.	.	.
1905	77	1	22	16	.	.	.	.
1906	106	1	.	23	.	.	.	.
1907	140	2	.	32	.	.	.	.
1908	194	3	.	41	.	.	.	.
1909	306	5	.	48	.	.	.	.
1910	458	9	54	53	.	.	.	.
1911	619	22	.	72	.	14	.	.
1912	902	36	.	88	.	17	.	.
1913	1,190	54	91	106	50	20	1	7
1914	1,664	74	108	132	.	22	.	.
1915	2,332	95	.	139	.	23	1	.
1916	3,368	128	.	142	.	21	1	.
1917	4,727	204	.	110	.	17	1	.
1918	5,555	277	.	78	.	7	3	.
1919	6,679	342	.	110	.	24	4	.
1920	8,132	409	135	187	.	31	6	.
1921	9,212	423†	173	246*	61	34	8	.
1922	10,704	462	217	315*	83	41	10	.
1923	13,253	515	266	384	100	54	12	.
1924	15,436	574	352	474	132	57	15	7
1925	17,440	640	453	580	175	85	21	7
1926	19,221	736	541	676	207	105	28*	8
1927	20,142	821	643	778	268	119	35	8
1928	21,308	921	758	877	351	144	47	9
1929	23,060	1,014	930	970	433	170	52	11*
1930	22,973	1,047	1,109	1,042	501	183	56*	10
1931	22,330	1,024*	1,252	1,076	523	186	64	11*
1932	20,832	945	1,279	1,119	497	188	67	15
1933	20,586	917	1,397	1,196	522	219	68	26*
1934	21,472	952	1,432	1,298	675	236	76*	34
1935	22,495	990	.	1,477*	810	244	83	44
1936	24,108	1,042	1,687	1,643	960	222	.	45
1937	25,391	1,103	1,721	1,798	1,126	271	60†	65*
1938	25,167	1,160	1,818	1,944	1,300	289	59	85
1939	26,140	1,190	2,020	2,034*	713†	290	.	.
1940	27,372	1,235	.	1,423	.	270	.	.

(Milhares)

Ano	Estados Unidos	Canadá	França	Grã-Bret.	Alemanha	Itália	Japão	Rússia
1941	29,524	1,280	.	1,053	.	97	.	170
1942	27,869	1,217	.	858	.	74	.	.
1943	25,913	1,194	.	718	.	.	.	.
1944	25,466	.	.	755	.	.	.	.
1945	25,691	1,160	.	1,487	.	.	.	.
1946	28,100	1,234	1,550	1,770*	.	150	20	150†
1947	30,719	1,370	.	1,944	187	184	28	.
1948	33,214	1,497	1,519	1,961	215*	219	30	.
1949	36,312	1,672*	1,520	2,131	352	267	36	.
1950	40,185	1,907	.	2,258	516	342	43	.
1951	42,525	2,098	1,600*	2,330	682	425	58	180
1952	43,654	2,296	1,800	2,508	900*	510	88	180
1953	46,289	2,514	2,020	2,762	1,126	613	115	225
1954	48,324	2,688	2,677*	3,100	1,393*	744	139	225
1955	51,989	2,935	3,016	3,526	1,663	879	153	350
1956	54,004	3,187	3,477	3,888	2,030	1,051	181	400
1957	55,693	3,375	3,972	4,187	2,436	1,237	219	415
1958	56,645	.	.	4,549	2,936	.	.	.

\* Alteração nas séries. † Alterações importantes nas séries.

QUADRO 9

*Automóveis particulares em uso, por milhão de habitantes, em alguns países, 1900-1958*

Ano	Estados Unidos	Canadá	França	Grã-Bret.	Alemanha	Itália	Japão	Rússia
1900	100	.	80	.	.	.	.	.
1901	190	.	.	.	.	.	.	.
1902	290	.	.	.	.	.	.	.
1903	410	.	.	.	.	.	.	.
1904	670	86	.	220	.	.	.	.
1905	920	100	560	410	.	.	.	.
1906	1,240	230	.	600	.	.	.	.
1907	1,610	330	.	830	.	.	.	.
1908	2,190	470	.	1,030	.	.	.	.
1909	3,380	710	.	1,200	.	.	.	.
1910	4,960	1,320	1,370	1,310	.	.	.	.
1911	6,590	3,020	.	1,760	.	400	.	.
1912	9,460	4,930	.	2,150	.	480	.	.
1913	12,200	7,130	2,290	2,560	740	580	20	52
1914	16,800	9,420	2,710	3,160	.	610	.	.
1915	23,200	.	.	.	.	.	.	.
1916	33,000	.	.	.	.	.	.	.
1917	45,800	.	.	.	.	.	.	.
1918	53,800	.	.	.	.	.	.	.
1919	63,900	41,200	.	.	.	670	70	.
1920	76,400	47,800	3,460	4,440	.	870	100	.
1921	84,900	48,100†	4,410	5,660*	970	900	140	.
1922	97,300	51,800	5,500	7,320*	1,340	1,070	170	.
1923	118,000	57,200	6,670	8,870	1,610	1,390	210	.
1924	135,000	62,800	8,730	10,900	2,110	1,460	250	47
1925	151,000	68,800	11,200	13,300	2,770	2,160	350	53
1926	161,000	77,900	13,200	15,400	3,250	2,650	460*	54
1927	169,000	85,200	15,700	17,600	4,180	2,980	580	56
1928	177,000	93,700	18,500	19,800	5,460	3,570	760	57
1929	189,000	101,000	22,600	21,800	6,690	4,170	820	69*
1930	186,000	103,000	26,700	23,300	7,700	4,460	880*	61
1931	180,000	98,700*	29,900	24,000	7,990	4,490	980	68*
1932	167,000	90,000	30,600	24,800	7,570	4,510	1,010	92
1933	164,000	86,200	33,300	26,400	7,910	5,200	1,020	157*
1934	170,000	90,900	34,100	28,600	10,200	5,560	1,120*	201
1935	177,000	91,300	.	32,400*	12,100	5,700	1,200	260
1936	188,000	95,100	40,300	35,900	14,300	5,160	.	270
1937	197,000	99,900	41,900	39,100	16,600	6,250	850†	380*
1938	194,000	104,000	44,100	42,100	19,000	6,610	830	500
1939	200,000	106,000	49,000	43,600*	17,800†	6,710	.	.

Ano	Estados Unidos	Canadá	França	Grã-Bret.	Alemanha	Itália	Japão	Rússia
1940	207,000	.	.	.	.	.	.	.
1941	222,000	.	.	.	.	.	.	930
1942	.	.	.	.	.	.	.	.
1943	.	.	.	.	.	.	.	.
1944	.	.	.	.	.	.	.	.
1945	.	.	.	.	.	.	.	.
1946	201,000	100,000	38,300	37,300*	.	3,240	.	1,100†
1947	214,000	109,000	.	40,600	4,160	4,020	360	.
1948	227,000	117,000	36,700	40,500	4,650*	4,730	380	.
1949	244,000	124,000*	36,500	43,800	7,480	5,750	390	.
1950	266,000	139,000	.	46,100	10,700	7,310	520	.
1951	277,000	150,000	37,900*	48,600	14,100	9,010	680	1,000
1952	280,000	159,000	41,300	51,100	18,500*	10,800	1,020	.
1953	292,000	169,000	47,200	56,100	23,000	12,900	1,320	1,200
1954	300,000	175,000	62,100*	62,800	28,000*	15,500	1,560	.
1955	316,000	186,000	69,300	71,100	33,100	18,200	1,710	1,800
1956	323,000	197,000	79,300	78,100	40,000	21,700	2,000	2,000
1957	327,000	203,000	89,700	83,600	47,300	25,500	2,410	2,000
1958	327,000	.	.	90,300	56,300	.	.	.

\* Alteração nas séries. † Alterações importantes nas séries.



*Edipe*  
COMPOS E IMPRIMIUM

